



ANTÔNIO CARLOS BATISTA DE SOUZA
MICHEL JUSTAMAND
THARCISIO SANTIAGO CRUZ
(ORGS.)

faas

Fazendo Antropologia
NO ALTO SOLIMÕES



ALEXA
CULTURAL

EDUA

EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

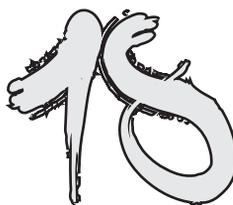
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvania de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidad da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Grazielle Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Antônio Carlos Batista de Souza
Michel Justamand
Tharcisio Santiago Cruz
(Organizadores)

Fazendo
Antropologia no
Alto Solimões



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Geresa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor

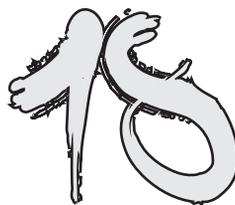
Jacob Moysés Cohen

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Antônio Carlos Batista de Souza
Michel Justamand
Tharcisio Santiago Cruz
(Organizadores)

**Fazendo
Antropologia no
Alto Solimões**



ALEXA
Embu das Artes - SP
2018



© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Foto de capa

Gilse Elisa Rodrigues

Revisão Técnica

Adailton da Silva, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

Revisão de língua

Joaquim Onéssimo F. Barbosa

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S452a - SOUZA, A. C. B.
J276m - JUSTAMAND, Michel
C379t - CRUZ, T. S.

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 18, Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, Alexa Cultural: São Paulo, 2018

14x21cm -212 páginas

ISBN -978-85-5467-051-1

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexax@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com



Gravura: Nascente
Xilogravura, Teti, Belém/2018
Stephanie Belém

Fortalecendo ainda mais a pesquisa no Alto Solimões/AM – FAAS 18

Antônio Carlos Batista de Souza

Michel Justamand

Tharcísio Santiago Cruz

Nós, os organizadores deste volume, Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, temos o prazer de tornar público essa nova obra livresca, Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS 18. Ela é composta por treze (13) textos, com mais de trinta autores.

Na presente obra encontraremos textos de estudantes de graduação, de mestrado e de doutorado. Há trabalhos daqueles que já têm suas formações consolidadas. Alguns estão no começo de carreira e outros consagrados nas instituições que atuam. Entre as instituições acadêmicas representadas estão federais, estaduais, particulares e internacionais.

Neste volume, contribuíram colegas que atuam em três regiões do país Norte, Nordeste e Sul. Além dos colegas que atuam em instituições na Argentina. Sejam bem vindo Hermanos!

Somos orgulhosos de termos enviado os convites, em agosto desse ano (2018), e termos recebido trabalhos com temáticas as mais variadas, como já é o espírito consagrado da coleção FAAS, que desde 2012, publica escritos de colegas que pesquisem os mais diferentes assuntos relacionados, em especial às Ciências Humanas. Mas não deixamos de ter nesse volume, como em nossos anteriores, autores que abordam outras áreas.

Autores com formações diversas tais como Administração, Antropologia, Arqueologia, Artes Visuais, Educadoras Especial, de Jovens e Adultos e Física, Engenharia Ambiental, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Sociologia e Técnicos em Gestão Administrativa, do Trabalho e em Processos Gerenciais, contribuíram e muito com seus trabalhos para ajudar a fortalecer as pesquisas realizadas no Alto Solimões. Mostrando que juntos nós nos fortalecemos e com isso temos condições de construir um futuro mais fraterno, igualitário, justo e melhor para todas e todos!

Lembramos também que, novamente, como tem ocorrido ultimamente nas edições da coleção, e como já um pouco salientado acima, pesquisadores de instituições, as mais diversas, contribuíram com suas ideias, seus olhares e interpretações sobre o desenvolvimento da vida e do mundo.

Os temas abordados nas próximas páginas se relacionam com a principal área de inserção da coleção que é a Antropologia, mas outros temas que são pertinentes e se relacionam, às vezes direta e outras indiretamente, e que contemplam as discussões transversais e interdisciplinares, que valorizamos, dos estudos da cultura da espécie humana.

Para os organizadores da obra, para dirigentes (Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand) e os colaboradores que são parceiros da construção (Adaílton da Silva e Tharcísio Santiago Cruz) da Coleção FAAS, que conta com dezessete (17) edições anteriores, a interdisciplinaridade é interessante e deve ser mantida em nossas produções. Por esse motivo, incentivamos a relação entre as áreas do saber humano.

Assim, vejamos...

Inquietações com a Geopolítica na região amazônica, é a contribuição dos escritos que serão encontrados no capítulo inicial, nomeado de A crise política, econômica e social da Venezuela e os impactos migratórios no estado de Roraima, de autoria quadrupla de Antônio Carlos Batista de Souza, Artemis de Araújo Soares, Rosane de Almeida Resende e Ana Paula Bastos da Silva.

Já o segundo trabalho está relacionado com o cotidiano de rua de Florianópolis. O título do texto é Cenas de um cotidiano: paisagens simbólicas da população em situação de rua no centro de Florianópolis-SC. Esses escritos são de autoria de Fabiana Martins e Ana Paula Chaves.

O seguinte capítulo se chama Amazônia: para além da flexibilidade e resiliência proposta por Mark Harris, de Joaquina Maria Batista de Oliveira. Faz uma análise do artigo “Presente ambivalente: uma maneira Amazônica de estar no tempo”, de Mark Harris (2006), inserido no livro “Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade”.

O quarto capítulo se intitula Trabalho e Precarização: o egresso prisional como parte do precariado, de Joyce Freitas Araújo Firmino e Washington Napoleão Eufrazio. Abordam a precarização do trabalho dos egressos prisionais, que enfrentam dificuldades no mercado de trabalho formal, sem direitos trabalhistas, subordinação e trabalhos temporários informais.

Os anotados seguintes são sobre O registro Arqueofaunístico no Forte General Paz (Distrito de Carlos Casares, Província de Buenos Aires, Argentina), de autoria de Julio Fabián Merlo, Diana Sandra Tamburini e Juan B. Leoni. Esse estudo enfatiza o papel preponderante que cumpriram algumas espécies na alimentação da população deste enclave fronteiriço durante a segunda metade do século XIX.

O sexto escrito foi produzido por Kelly Ludkiewicz Alves. A autora aborda um relato metodológico sobre o processo de construção do banco de dados de cartas escritas e enviadas por monitores e alunos das escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco. O trabalho leva o nome de Os escritos cotidianos como fontes para a História da Educação: a construção de um banco de dados das cartas escritas pelos monitores e alunos do Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco.

Ludson da Cruz França, Sebastião Melo Campos, Ana Maria de Mello Campos, Bruno Reinert de Abreu e Josenildo Santos de Souza são os produtores do próximo texto. Tratam nesses escritos de como a educação ambiental é trabalhada em sala de aula. Intitularam seu trabalho de Educação Ambiental em uma escola pública de Benjamin Constant, no Amazonas.

Já o capítulo oito é nominado de A importância do Serviço Social na Casa da Criança em Manaus – AM. Ele é dividido por quatro colegas Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães, Solange Maria Pimentel, Jean Carlos Oliveira Coelho e Darlan de Castro Coelho. Abordam em seus escritos como se desdobra e ocorre o trabalho do assistente social na Casa da Criança em Manaus.

O seguinte texto é elaborado a oito mãos Maria Almerinda de Souza Matos, Michel Justamand, Emerson Sandro Silva Saraiva e Claudenilson Pereira Batista. Esses escritos levam o nome de Estado, Neoliberalismo, Globalização e Inclusão na Educação. Ali são analisadas as transformações da instituição Estado na sociedade. E se suas transformações ocorrem por meio do viés econômico e suas relações com as ideologias liberal e neoliberal.

O texto Memórias de um Juteiro: pensar a História regional a partir da entrevista, de Mírian de Araújo Mafra Castro, reflete sobre a história regional a partir da narrativa de um juteiro, tendo como recorte temporal o período áureo da juticultura em Parintins – década de 1930 a 1970.

O próximo capítulo se chama Novos marcadores de gênero no tempo contemporâneo: o olhar para a rede de coletivo de mulheres em Manaus. Esse escrito é de autoria dividida entre Nicole Maria Fernandes de Sousa e Iraíldes Caldas Torres. Sousa e Torres comentam sobre novos marcadores de gênero no tempo contemporâneo, buscando verificar a existência de novos coletivos de mulheres em Manaus, no Amazonas, suas expressões, ideologias e formas de organização política.

O penúltimo trabalho da coletânea é de autoria de Paulo Alves Junior. Essa escritura analisa o movimento abolicionista no Brasil, do século XIX, nos livros didáticos. Alves Junior o intitula Aspectos da história cruenta – José Honório Rodrigues e a instituição da ordem liberal no Brasil.

Enquanto que o último capítulo da presente edição é da autoria de Tharcísio Santiago Cruz. Leva o nome de Capoeira e musicalidade no Alto Solimões – Amazonas. Cruz analisa as contribuições teóricas da Antropologia da Arte para os eventos e rituais da capoeira. Busca mostrar, a partir de uma observação etnográfica, o quão presente é a arte na capoeira.

Por meio desse breve preambulo, para orientar as vossas leituras, nós organizadores, ambicionamos que os anotados a seguir contribuam para fortalecer os laços das pesquisas acadêmicas interdisciplinares na região, mas não só... que outras e outros pesquisadores, leitores e demais pessoas se usem dessas reflexões apresentadas para suas vidas e afazeres!

E que essa pequena contribuição acadêmica contribua para a construção de um outro mundo. Um mundo onde caibam todos os mundos!

Boa leitura!

Diretamente do Alto Solimões/AM, outubro de 2018

Sumário

Fortalecendo ainda mais a pesquisa no Alto Solimões/AM – FAAS 18

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

- 9 -

A crise política, econômica e social da Venezuela e os impactos
migratórios no estado de Roraima

*Antonio Carlos Batista de Souza, Artemis de Araújo Soares, Rosane de Almeida Resende e Ana
Paula Bastos da Silva*

- 15 -

Cenas de um cotidiano: paisagens simbólicas da população em situação de
rua no centro de Florianópolis-SC

Ana Paula Nunes Chaves e Fabiana Martins

- 27 -

Amazônia: para além da flexibilidade e resiliência proposta
por Mark Harris

Joaquina Maria Batista de Oliveira

- 39 -

Trabalho e precarização: O egresso prisional como parte do precariado

Joyce Freitas Araújo Firmino, Washingthon Napoleão Eufrázio

-55 -

O registro arqueofaunístico no Forte General Paz
(Distrito de Carlos Casares, província de Buenos Aires, Argentina)

Julio Fabián Merlo, Diana Sandra Tamburini e Juan B. Leoni

- 69 -

Os escritos cotidianos como fontes para a História da Educação: a
construção de um banco de dados das cartas escritas pelos monitores e
alunos do Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco

Kelly Ludkiewicz Alves

- 83 -

Educação Ambiental em uma escola pública de
Benjamin Constant no Amazonas

*Ludson da Cruz França, Sebastião Melo Campos, Ana Maria de Mello Campos, Bruno Reinert
de Abreu e Josenildo Santos de Souza*

- 95 -

A importância do Serviço Social na Casa Da Criança em Manaus - AM

Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães, Solange Maria Pimentel, Jean Carlos

Oliveira Coelho e Darlan de Castro Coelho

- 109 -

Estado, Neoliberalismo, Globalização e Inclusão na Educação

Maria Almerinda de Souza Matos, Michel Justamand, Emerson Sandro Silva Saraiva e

Claudenilson Pereira Batista

- 125 -

Memórias de um Juteiro: pensar a história regional a partir da entrevista

Mírian de Araújo Mafra Castro

- 137 -

Novos marcadores de gênero no tempo contemporâneo: o olhar para a
rede de coletivo de mulheres em Manaus

Nicole Maria Fernandes de Sousa e Iraildes Caldas Torres

- 155 -

Aspectos da história cruenta:

José Honório Rodrigues e a instituição da ordem liberal no Brasil

Paulo Alves Junior

- 169 -

Capoeira e musicalidade no Alto Solimões - Amazonas

Tharcísio Santiago Cruz

- 183 -

Sobre os autores

- 197 -

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

- 207 -

Obras afins

- 209 -

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

- 211 -

A crise política, econômica e social da Venezuela e os impactos migratórios no estado de Roraima

Antonio Carlos Batista de Souza

Artemis de Araújo Soares

Rosane de Almeida Resende

Ana Paula Bastos da Silva

Introdução

Ao publicar em 2015 o livro *A maldição do petróleo*, o cientista político Michael Ross demonstra através de análises quantitativas e qualitativas como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações. Este artigo estreita três fenômenos justapostos: a “maldição” que há por trás da exploração dos recursos naturais, a recessão econômica na Venezuela e a crise humanitária dos milhares de imigrantes deste país.

Há um desequilíbrio migratório desencadeado pelo êxodo de venezuelanos para Roraima trazendo consequências políticas, econômicas e sociais que a cada dia recrudesce fomentado por conflitos e manifestações de xenofobia.

Didaticamente, entende-se por migração os deslocamentos de grupos humanos. Esses movimentos podem ser voluntários ou forçados, internos ou externos, definitivos ou temporários, legais ou clandestinos. Mas sempre em busca de melhores condições de vida. De um polo menos desenvolvido para um polo mais desenvolvido.

De acordo com a ONU, são mais de 200 milhões de imigrantes internacionais. O triste título de 5º “país” mais populoso do mundo com milhões de pessoas atingidas pela desigualdade de renda, o desemprego, a pobreza, as guerras e a fome. Injustiças sociais do século XX que cruzaram o século XXI.

Explicações abstratas, imprecisas ou vagas podem nos induzir a eufemismos que suavizam o peso conotador das migrações. Omitindo as causas estruturais.

Logo, somando-se às explicações didáticas, deve-se enfatizar que todo migrante “foge” de uma área em colapso, historicamente ou recente-

mente empobrecida. Múltiplos fatores que vão de desastres ambientais às guerras que atingem grosso modo a população civil, chegando aos interesses do grande capital no campo que concentra terras a fim de beneficiar o agronegócio. Na Geografia terra concentrada é sinônimo de êxodo rural, com camponeses pobres migrando para a periferia das cidades.

Nesse contorno social, por se tratar de um estrangeiro, esse emigrante geralmente não é bem acolhido. Acaba por prevalecer uma relação de desconfiança, sentimentos preconceitualizados corroborados na crença de que os imigrantes roubam empregos e são a causa de muitas mazelas urbanas como a prostituição e a criminalidade.

Na América Latina, a questão econômica não é a única causa das migrações. A violência também pode ser a causa da mobilidade das pessoas. As décadas de conflitos na Colômbia provocaram a saída de milhares de colombianos em direção ao Equador, fugindo da guerrilha.

Falando especificamente da entrada de imigrantes latinos em território brasileiro, observa-se que um dos fatores que impulsionam essa migração são a proximidade física e a capacidade de compreensão do idioma. Isso explica, em parte, o porquê de milhares de bolivianos na cidade de São Paulo.

Na compreensão desse mosaico, o Brasil nos últimos anos emerge como espaço estratégico dos fluxos migratórios, das migrações transnacionais do século XXI. De países periféricos para a periferia do capital.¹

Primeiro foram os haitianos. Vítimas das constantes catástrofes naturais, como os terremotos e furacões. E, principalmente, dos governos ditatoriais que solaparam a combalida economia do país mais pobre das Américas, destruindo os frágeis pilares de suas principais atividades produtivas. O Haiti, nas palavras de Diamond (2014), “emergiu como o mais triste cesto de roupa suja do Novo Mundo”. Em seguida, começaram a chegar os venezuelanos.²

1 Termo utilizado por Pietro Basso, sociólogo italiano pesquisador das migrações internacionais. Em seus estudos como em “Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratory”, Basso relaciona causas e características da atual crise migratória sem desvinculá-la da crise capitalista. As raízes das migrações estão na essência da desigualdade de desenvolvimento produzida pelo colonialismo e neo-colonialismo, que divide o mundo em países ricos e pobres. E que “ninguém deixa alegremente seu lugar de nascimento. É fugir ou morrer”.

2 A este respeito é importante lembrar que além dos venezuelanos, os efeitos da “primavera árabe” no Oriente Médio e no Norte da África tiveram impactos no território brasileiro. A guerra na Síria, passados sete anos, criou um fluxo maciço de refugiados de 5,5 milhões pessoas. Desses, 4,6 mil já haviam entrado com pedido de refúgio ao Brasil.

Sobre a geopolítica da Venezuela, Nogueira afirma que:

A Venezuela é fortemente centralizada em torno de sua capital. Caracas, onde concentra a maior densidade populacional e das atividades econômicas, principalmente a atividade petrolífera. Apresenta, como consequência, uma grande disparidade regional. Deve-se assinalar que este país sempre deu pouca atenção ao pequeno território amazônico situado ao sul (NOGUEIRA, 2007, p. 47).

A história da Venezuela não é muito diferente da maioria dos países da América Latina. Até os anos 20, fora uma economia de plantação e criação de gado, mas a descoberta de abundantes reservas de petróleo transformá-la-ia num dos maiores produtores mundiais (WILLIAMSON, 2012). No início da década de 1990, a respeito desse país da região Caríbio-Guianense, o geógrafo Nelson Bacic Olic escreveu que:

Do ponto geopolítico, o país mais importante da região é a Venezuela. Sendo grande produtora de petróleo e membro da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), a Venezuela tem interesse em aumentar sua influência junto aos países da América Central, aos quais fornece ajuda econômica e petróleo em condições vantajosas. Sua presença na região pode ser sentida também em função de sua atuação como um dos membros mais importantes do Grupo de Contadora. Esse grupo, instituído em 1982, e que, além da Venezuela, conta com México, Panamá e Colômbia, visa dar uma solução política para os vários conflitos que venham atingir países da América Central (El Salvador e Nicarágua, principalmente). A Venezuela, junto com o México, tenta fixar mais solidamente sua área de influência junto aos países da região, mas até onde os Estados Unidos permitem que isso aconteça (OLIC, 1992, p. 18).

Dois décadas e meia depois, contrariando o que escrevera o geógrafo, a Venezuela passa por uma grande recessão econômica, cujo epicentro manifesta seus reflexos em território brasileiro. A ocorrência e efeitos dessa migração sul-sul está, sobretudo, no estado de Roraima, na capital Boa Vista, e em Pacaraima, que faz fronteira com a nação vizinha.

Como o problema da Venezuela reverberou em Roraima

De acordo com o Alto Comissariado da ONU para refugiados (Acnur) é crescente o número de venezuelanos chegando ao norte do país. Calcula-se que desde o começo de 2017, com a crise na Venezuela, cerca de 52 mil imigrantes atravessaram a fronteira pela rodovia BR-174 em direção

ao Brasil. Destes, cerca de 40 mil estariam em Boa Vista e Pacaraima, dos quais 25 mil teriam pedido asilo.

Dentro dos conceitos pré-estabelecidos pela Acnur, caracterizam-se como refugiados pessoas que correm o risco de serem mortas por perseguições religiosas, políticas e raciais. O que dentro de uma análise criteriosa não seria o caso destes. Por outro lado, estariam os venezuelanos caracterizados como “deslocados internos”? Os chamados IDPs (Internally Displaced Persons) que para a ONU sofrem perseguições ou ameaças dentro de seu próprio país, sem poder contar com a proteção do governo.

Na análise desse fenômeno migratório, há algo que pode estar passando despercebido por parte dos estudiosos. A relação entre essa migração em massa para a região e uma nova geografia. A geografia das estradas. A fim de sustentar essa tese, recorreremos aos escritos de Nogueira (2007):

A implantação dessa modalidade de transporte na Amazônia vai modificar substancialmente as relações sociais nos lugares atingidos por ela. Não resta dúvida que o impacto da chegada de rodovias em lugares que, até então eram atendidos somente por via fluvial, altera a direção e a intensidade dos fluxos, bem como produz uma reorganização do espaço urbano-regional na medida em que, tendencialmente, as cidades passam a crescer, expandir-se em direção à rodovia, e não mais ao longo das margens dos rios, e a conecta mais rapidamente com outros núcleos urbanos. Isto altera a percepção de tempo, que, se anteriormente era contabilizado em dias, agora passa a ser em horas (NOGUEIRA, 2007, p. 37).

Então, a percepção de tempo contabilizado em dias, em rios que comandam a vida, imortalizado em obras como as de Antonio Porro (1995) e Leandro Tocantins (2000), agora passa a ser em horas, construindo-se outra geografia frente à geografia existente. Essa outra geografia redefine as fronteiras da Amazônia do ponto de vista econômico e social, pois:

Dependendo de como se relaciona com o outro lado e também com o seu interior, é comumente percebida de modo negativo. Resultado de sua construção histórica como divisor de soberanias; de disputa de poder; defesa do território do Estado-Nacional, limite das leis do Estado para proteção/punição de seus cidadãos e até mesmo de sua ‘produção’, a fronteira não poderia ter outra imagem senão a de lugar em que vicejam as contravenções, o contrabando, a saída ou entrada daqueles que infringem a lei e a ordem em seus respectivos Estados. Imagem cada vez mais próxima do real quanto mais fechado for o Estado-Nação. Porém, esta visão é predominantemente uma visão do Estado e da sociedade que não pertence a ela, que não está na ‘borda’, mas no interior, pois a

fronteira para o Estado é a *fronteira controlada*, para a sociedade do interior é uma *fronteira percebida*, e para a sociedade que está na fronteira é uma *fronteira vivida* (NOGUEIRA, 2007, p. 51).

Controladas, percebidas ou vividas, as fronteiras supõem-se vigiadas. Sejam essas migrações legais ou clandestinas, as fronteiras tendem a ser burladas. O total de venezuelanos em Boa Vista, de acordo com o Ministério da Justiça, já corresponde a 12% da população nessa capital. À medida que inflama a situação política, econômica e social na Venezuela, aumenta o fluxo migratório. Dados da Polícia Federal apontam a entrada de 350 novos migrantes a cada dia, pressionando a demanda por serviços públicos.

Diante de uma “fronteira de caos” que se instalou em Roraima, duas alternativas radicais vêm se avigorando. O fechamento da fronteira Brasil-Venezuela e a criação de campos de refugiados. Duas medidas que, a princípio, choca-se com os pilares da Declaração Universal dos Direitos Humanos.³

A fim de conter a migração descontrolada, o governo de Roraima entrou com uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para exigir que a União feche temporariamente a fronteira do Brasil com a Venezuela. Mais do que isso, solicitou que sejam repassados recursos adicionais para suprir os custos causados pela imigração. Roraima queixa-se da omissão do executivo federal para ajudar a resolver esse problema. Um problema que recai justamente sobre o estado mais pobre da federação, que alega não ter condições de oferecer serviços essenciais como saúde e educação. Por sua vez, sob a égide do “incogitável”, o governo federal alega estar ajudando o estado com recursos financeiros, materiais, assistência social e assistência médica.

De acordo com o governo de Roraima, a transferência de algumas dezenas de venezuelanos para os estados de São Paulo, Mato Grosso e Amazonas são apenas medidas paliativas diante da magnitude do problema, diante dos milhares de venezuelanos que estão morando em praças públicas, de baixo de árvores e imóveis abandonados.

3 Os trinta artigos que norteiam a Declaração Universal dos Direitos Humanos rezam sobre as condições básicas da promoção a uma vida digna para todos os habitantes do mundo, independentemente de sua nacionalidade, cor, sexo, orientação sexual, política e religiosa. De posse de uma atenciosa observação, conclui-se que as situações vivenciadas pelos venezuelanos encaixam-se em pelo menos três artigos. Artigo VII – Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, à igual proteção da lei. Todos têm direito à igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Artigo XIII – 1 Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2 Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. Artigo XIV – 1 Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e gozar asilo em outros países.

Além do fechamento das fronteiras, surge a proposta radical de criação de campos de refugiados em Boa Vista. Políticos e simpatizantes dessa medida alegam que se trata de uma “prática normal” que acontece em qualquer país do mundo.

Nesse arcabouço, surge um importante ponto de inflexão, pois frente a esse fogo cruzado de discursos de austeridade, burocracia, incerteza, morosidade e inércia política estão, de um lado, a população de Roraima e, de outro, os venezuelanos. Dia a dia, notícias divulgadas pela mídia retratam situações de animosidade descambando para a violência.

São situações como as que ocorreram no município de Mucajaí, distante de Boa Vista 52 quilômetros, onde os moradores atearam fogo em pneus e bloquearam a BR-174, dentro do perímetro urbano do município. Antes disso, o abrigo para os venezuelanos havia sido invadido, de onde a população retirou e incendiou móveis e roupas. O estopim para o conflito foi o assassinato de um brasileiro supostamente em uma briga de bar envolvendo venezuelanos. No discurso de ordem por parte da população mucajaiense, estava a saída desses imigrantes do município.

Após esses incidentes, multiplicaram-se manchetes associando venezuelanos com o crime organizado, envolvidos em roubos a residências e supermercados. Há um aumento na sensação de insegurança.

No município de Pacaraima, a transformação do ginásio de esportes da cidade em um abrigo foi o rastilho para mais manifestações. O episódio mais crítico ocorreu após um comerciante brasileiro ter sido assaltado na cidade, supostamente por venezuelanos. A população se revoltou. Moradores da cidade praticaram atos de violência, destruíram acampamentos e expulsaram os imigrantes das ruas. Com medo, centenas de venezuelanos atravessaram a fronteira de volta ao seu país.

Porta de entrada no Brasil para os imigrantes fugindo da crise, Pacaraima teve seu cotidiano impactado com a chegada deles. A estimativa é que entrem cerca de 500 venezuelanos por dia pela fronteira do estado. A estes se atribuem, também, a reincidência de doenças como o sarampo. Doença que estava erradicada do território brasileiro.

Está se tornando uma cena cada vez mais comum na paisagem de Boa Vista, nas principais avenidas, nos semáforos, em portas de supermercados e bancos a figura de venezuelanos tentando sobreviver como flanelinhas, limpadores de para-brisas, pedindo esmolas ou segurando cartazes improvisados com dizeres do tipo “Eu preciso de trabalho. Nem todo

venezuelano é ladrão”. Ao anoitecer entram em cena *Las ochenta*, venezuelanas que trabalham como profissionais do sexo, que se prostituem nas ruas da capital. São chamadas de “Ochenta” porque cobram oitenta reais por programa. As brasileiras cobram em média cem reais.

Há registros de tráfico internacional de pessoas. Venezuelanas resgatadas de cárcere privado, ludibriadas por promessa de emprego, mas que em Boa Vista foram obrigadas a se prostituir. Sem acompanhamento e assistência social, elas demonstram o lado mais frágil da corrente migratória. Mulheres excessivamente expostas à violência, doenças e discriminação.

Ademais, a cada dia crescem manifestações de ódio nas redes sociais, em grupos de aplicativos, com pessoas incitando a população contra esses imigrantes ou encaminhando mensagens com esse teor. Sobre eles recai o termo pejorativo de “venecas”. Vale enfatizar que a Lei 7.716/89 estabelece como crime a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. O dispositivo legal criminaliza, no artigo 20, o comportamento de induzir e incitar o racismo por origem nacional, com penas de dois a cinco anos, se praticado por meio de comunicação.

As raízes da crise migratória

As raízes dessa crise migratória estão diretamente relacionadas às questões políticas e econômicas na Venezuela, que pouco a pouco foi deteriorando a qualidade de vida da população. Uma inflação considerada a maior do mundo que atinge, sobretudo, os trabalhadores de baixa renda que viram seus salários perder o poder de compra. A pobreza aumentou. Além disso, comprometeu-se o acesso a serviços básicos como saúde e educação. A hiperinflação trouxe consigo o tripé de uma economia falida: desabastecimento, aumento constante dos preços e a desvalorização da moeda local, o Bolívar.

Dúvidas permanentes e soluções provisórias. De 1980 a 2006, a renda per capita caiu 6% na Venezuela. Um paradoxo para um país que é membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e detentora da maior reserva de petróleo do mundo. Sobre a geopolítica dos hidrocarbonetos, Ross (2015, p. 21) destaca que:

A indústria do petróleo é a maior do mundo. Em 2009, US\$ 2,3 trilhões em petróleo e gás natural foram bombeados para fora do solo. O petróleo e seus subprodutos respondem por 14,2% do comércio de commo-

dities do mundo. A demanda global por petróleo vai quase que certamente continuar crescendo nas próximas décadas, apesar da evidência esmagadora de que a queima de combustíveis fósseis está desestabilizando o clima do planeta. Para atender a essa demanda, a produção de petróleo está se espalhando para países cada vez mais pobres.

Muito longe de ser sinônimo de riqueza, esse modelo de produção atrelado à ineficiência de governos fracos e corruptos constrói aquilo que muitos cientistas políticos denominam de “ironia da riqueza do petróleo”. O paradoxo dessa riqueza pode ainda ser explicado por outros fatores. Uma análise conjunta, tanto pela macroeconomia quanto pela microeconomia não pode ser desconsiderado, haja vista que:

Todos os países têm quatro tipos de riqueza: capital físico, que inclui estradas, prédios e outras infraestruturas; capital humano, que significa tamanho, qualidade e educação da força do trabalho; capital social, que consiste nos valores, normas e organizações civis comuns a todos; e capital natural, que é feito de seu território, florestas e minerais. Capitais físico, humano e social são recursos renováveis. Se cultivados corretamente, podem gerar receita indefinidamente. Receitas advindas de petróleo, contudo, vêm quase que inteiramente do capital natural. Alguns tipos de capital natural, como solo e florestas, podem ser sustentados indefinidamente se propriamente mantidos. Contudo, o petróleo é um recurso limitado e, uma vez explorado, não pode ser recriado. É uma forma de riqueza não renovável. Quando um país extrai e vende seu petróleo, está reduzindo seu estoque de capital natural. A menos que substitua esses ativos com outras formas de capital, como estradas e escolas, o esgotamento de seu petróleo levará a uma queda na renda do país (ROSS, 2015, p. 77).

O setor de petróleo cria relativamente poucos empregos e utiliza poucos insumos das empresas locais, o que não ajuda a agregar valores e diversificar postos de trabalho na economia.

Na Arábia Saudita, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o petróleo e o gás natural respondem por cerca de 90% do PIB do país, mas empregam apenas 1,6% da força de trabalho ativa e 0,35% da população total. O exemplo da Venezuela é ainda mais revelador, pois:

Nos anos 1980 e 1990, a Petróleos de Venezuela S.A. (amplamente conhecida pelo acrônimo PDVSA) era uma das companhias de petróleo nacionais mais independentes politicamente e bem administradas do mundo. No início dos anos 2000, Hugo Chávez retirou da PDVSA sua autoridade independente e substituiu seus mais altos representantes por

seguidores leias. Ele então colocou a PDVSA a cargo da administração de uma série de programas sociais, intimamente ligados à sua máquina política. Em 2004, dois terços do orçamento da PDVSA seguiam para programas sociais e não para atividades relacionadas ao petróleo. Conforme esses programas sociais cresciam, a transparência da PDVSA diminuía. Depois de 2003, suas divulgações financeiras caíram acentuadamente e observadores independentes relataram que as atividades da empresa se tornaram cada vez mais difíceis de monitorar (ROSS, 2015, p. 82).

É a personificação mais concreta e atual da “doença holandesa”, pois a abundância de petróleo no território venezuelano levou esse país a se especializar na produção desse bem, inibindo o processo de desenvolvimento econômico em outros setores, como a indústria.

Considerações Finais

Entre os minerais, o petróleo, que corresponde por mais de 90% do comércio mundial é o responsável pelos problemas mais graves para a maioria dos países. A maldição dos recursos é, predominantemente, uma maldição do petróleo (ROSS, 2015). O resultado é uma Venezuela em colapso e uma crise migratória em Roraima com forte impacto na saúde, na educação e na segurança pública.

O governo do estado de Roraima e órgãos do judiciário vêm travando batalhas para o fechamento e controle da fronteira. De um lado, Roraima tenta endurecer as regras de acesso aos serviços públicos do estado, que estaria restrito apenas a imigrantes com passaporte. Por outro, a Advocacia Geral da União (AGU) solicitou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão imediata do decreto por considerá-lo inconstitucional.

Nas ruas de Boa Vista e nas redes sociais os discursos de ódio e intolerância aumentam a cada dia. Um antagonismo alimentado pelo crescente índice de violência e roubos. Após um suposto episódio de ameaças, com agressão física e verbal, a quatro médicas e servidores da maternidade local por parte do marido de uma paciente de nacionalidade venezuelana, expressões apócrifas ganharam força na internet, do tipo “nação ordinária, folgada, e covarde esse povo venezuelano. Deviam ter ficado e lutado pelo país deles, onde nasceram. Teriam pelo menos honra e respeito de muitos. Preferiram fugir, roubar, pedir e matar. Eu pergunto que honra há nisso? Malditos!”.

Apesar de sua enorme riqueza em reservas petrolíferas, a Venezuela atravessa uma severa crise econômica resultante da incapacidade de

seus governos de lidar com a volatilidade das receitas. O desacerto fatídico perpetrado no governo Chávez ao:

Capitalizar sobre o aumento dos preços do petróleo para financiar projetos que aumentaram sua popularidade entre segmentos importantes, incluindo as famílias de baixa renda e os militares. Ele, então, aproveitou esse apoio para eliminar verificações independentes sobre sua autoridade através da substituição de juízes da Suprema Corte e da imposição de restrições à mídia. Em fevereiro de 2009, Chávez venceu um referendo nacional para remover os limites de tempo de permanência em cargo para os funcionários públicos, permitindo-lhe permanecer no cargo por tempo indeterminado (ROSS, 2015, p. 119).

É fático que se trata de uma crise humanitária com efeitos devastadoramente negativos sobre a população roraimense que estava despreparada e sem capacidade de mensurar e dimensionar esse fluxo migratório. Como resultado à falta de políticas de acolhimento e emprego robusteceu-se as manifestações de preconceito e xenofobia.

Recomeçar à sombra de uma árvore. À primeira vista soaria como uma licença poética. Mas na paisagem de Boa Vista essas cenas estão distantes de qualquer conotação. Sem dinheiro e perspectiva resta-lhes tentar reiniciar a vida nas praças ou árvores existentes.

A praça Simón Bolívar, que carrega o nome do herói que lutou pela independência da América do Sul, se tornou uma espécie de símbolo do êxodo venezuelano para a capital. Quem está lá não quer ir para o abrigo porque acreditam que o local é perigoso, precário e superlotado. Escolhem, então, dormir embaixo das árvores da praça, onde, apesar da insegurança, ainda encontram aquilo que vieram buscar no Brasil: alimento.

Comem graças à solidariedade de ONGs, igrejas e da população em geral, que se organiza em respostas muito mais rápidas e eficazes do que as do poder público. Os episódios de solidariedade são mais frequentes do que os de intolerância.

Referências

BASSO, P. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratory. In: BASSO, P. PEROCOO, F. (Org.). Gli imiigrati in Europa: desiguaglianze, razzismo, lotte. Parte prima. Milão: Franco Angeli, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. (2002), Programa Nacional de Direitos Hu-

manos II. Brasília: Ministério da Justiça.

DIAMOND, Jared. Colapso. Rio de Janeiro: Record, 2014.

NOGUEIRA, Ricardo. Amazônia Continental: geopolítica e formação de fronteiras. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura, CCPA, 2007.

OLIC, Nelson Bacic Olic. Geopolítica da América Latina. São Paulo: Moderna, 1992.

PORRO, Antonio. O Povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes/Edusp, 1995.

ROSS, Michael. A maldição do petróleo. Porto Alegre: CDG, 2015.

TOCANTINS, Leandro. O rio comanda a vida - uma interpretação da Amazônia. 9ª Ed. Ver. – Manaus: Editora Valer, 2000.

WILLIAMSON, Edwin. História da América Latina. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2012.

Cenas de um cotidiano: paisagens simbólicas da população em situação de rua no centro de Florianópolis-SC

Fabiana Martins

Ana Paula Chaves

Introdução

O presente relato de experiência é fruto dos debates em sala de aula da disciplina de Geografia Cultural, oferecida no segundo semestre de 2017 pelo curso de Geografia da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. A partir das discussões teóricas realizadas em sala de aula, foi possível lançar o olhar para questões geográficas que vão além da morfologia da paisagem (SAUER, 1998), dando abertura para pensarmos a geografia nas relações espaço/sociedade e, principalmente, em suas paisagens simbólicas.

Partimos do princípio que a Geografia é uma ciência que estuda a dinâmica da sociedade e suas formas de construção do espaço. E, nesse sentido, concordamos com Lindón quando diz que

a palavra geografia não se refere mais a uma ciência ou conhecimento científico, mas ao comportamento espacial das pessoas, práticas sociais espacializadas ou formas espaciais resultantes da atividade humana. (LINDÓN, 2006, p. 425, tradução nossa)

O diálogo com o trabalho de Alicia Lindón (2006), que trata sobre as espacialidades da vida cotidiana, e de Denis Cosgrove (2004) que aborda conceitos de paisagem, cultura e simbolismo, foram essenciais para o entendimento das análises espaciais que pretendemos desenvolver neste texto.

As ruas da cidade manifestam valores materiais e simbólicos, sendo transformadas constantemente por diversos atores, o que torna o espaço um ambiente de complexidade dotado de diversos significados. A paisagem está intimamente ligada a ação humana que a altera, a aperfeiçoa e a harmoniza em cenas do cotidiano, sendo visíveis aos olhos e interpretadas conforme a expressão cultural do espectador. As ruas estão repletas

dessas expressões culturais e, para entendê-las, é necessário compreender a linguagem empregada em seus significados simbólicos.

Os significados simbólicos das paisagens são apreendidos a partir das transformações e apropriações do espaço. Contudo, os simbolismos expressam as diversas culturas existentes, o que permite a interpretação daqueles que observam, visto que, o local no qual essas culturas coabitam estão repletos de significados a serem decodificados. A construção da paisagem está relacionada a ação humana que dá forma as cenas do cotidiano como Cosgrove (2004, p. 99) exemplifica quando trata sobre o conceito de paisagem especificando três implicações a serem refletidas: o foco nas formas visíveis, sua composição e estrutura espacial; sua unidade, coerência e ordem no meio ambiente e, por fim, a ideia de intervenção humana que modelam e remodelam nosso mundo.

Para decifrar os significados impressos nos simbolismos das paisagens Cosgrove (2004) utiliza outros exemplos para abordar a paisagem que a geografia deve considerar, sejam eles: *paisagens da cultura dominante*, cujo um determinado grupo tem poder sobre os outros. Esses grupos não são necessariamente do executivo ou governo, mas de um grupo que detém o controle dos meios de vida, tais como a terra, capital, matérias-primas e a força de trabalho; *as paisagens alternativas*, que são as culturas menos visíveis na paisagem, como as áreas dominadas por grupos étnicos que mesmo dominando tal espaço ainda assim ela continua subdominante à cultura oficial. Essa cultura alternativa é subdividida em residuais, que são as paisagens relíquias; as emergentes que são as culturas transitórias, por vezes futuristas e utópicas; e as excluídas, que são as paisagens do nosso cotidiano que estão repletas de significado simbólico e de símbolos deixados por esses grupos, como é o caso das pessoas em situação de rua na qual pode ser observado nesse trabalho.

Assim, propomos direcionar o olhar geográfico para outras espacialidades além das comumente estudadas, em outras palavras, objetivamos capturar cenários urbanos e analisar espacialidades cotidianas de pessoas que escolheram o espaço público como moradia.

O recurso fotográfico foi utilizado na captura de imagens do cotidiano citadino, por nós interpretadas como paisagens simbólicas da população em situação de rua. O local escolhido para a pesquisa foi a escadaria do Teatro da Ubro e seu entorno. A escadaria está localizada na rua Pedro Soares, no centro de Florianópolis/SC.

A fotografia possibilitou registrar o momento presente dos moradores, bem como identificar a construção da paisagem urbana em moradias, fixas ou móveis. O que motivou a escolha da fotografia foi o intuito de interpretar o significado simbólico do cotidiano dos indivíduos em questão, buscando teorizar a partir das imagens. A partir da convivência com esses moradores em seu cotidiano, percebeu-se como a paisagem urbana é criada e recriada em diferentes momentos do dia.

O trabalho está dividido em duas partes: a primeira sobre a apropriação do espaço público; e a segunda, acerca da reflexão sobre o olhar geográfico através de imagens das moradias e os valores simbólicos na paisagem urbana.

As ruas: valores simbólico e material

O objetivo aqui não é apresentar as condições dos moradores de rua em Florianópolis, mas interpretar, através da imagem fotográfica, as moradias, fixas ou não, desses indivíduos, bem como o apego ao lugar, que criam territorialidades em paisagens simbólicas.

Nos espaços públicos da cidade de Florianópolis, essas pessoas criam e recriam seus territórios, fazendo deles um espaço íntimo e de convivência. Eles pertencem a esses espaços criando assim multiterritorialidades, como destaca Valverde (2012, p. 16-17),

Devido as suas diferentes classes sociais de origem, raça, religião, nível educacional, vícios, entre outros aspectos, tais moradores de rua e seu uso do corpo não podem ser reduzidos a um mesmo grupo identitário, apesar de algumas semelhanças serem observadas em suas atividades direcionadas à sobrevivência.

Atualmente, há uma quantidade expressiva de pessoas que ocupam os espaços públicos da cidade, mas este trabalho não se ateve a entrevistar pessoas, tampouco mapear todos os indivíduos e sua procedência. O objetivo principal foi a observação e interpretação das apropriações realizadas por alguns deles ao longo do dia no centro da cidade.

O jornal Hora de Santa Catarina veiculou, em 2017, uma reportagem na qual divulga que cerca de 250 pessoas vivem nas ruas do centro da Capital. Essa contagem foi feita pela equipe do Instituto Padre Vilson Groh, que trabalha com população em situação de rua de Florianópolis. De acordo com a reportagem, a procura pelo centro da cidade se dá pelo

fácil acesso de trabalho informal, como exemplo, a função de catador de lixo (THOMÉ, 2017). Essa população concentra-se, geralmente, próxima às áreas comerciais para conseguir dinheiro e, até mesmo, alimento.

Nesse contexto, o olhar lançado sobre a sociedade e como essas se organizam nos espaços públicos requer um estudo qualificado sobre as paisagens simbólicas. Esse estudo requer uma observação mais acurada e aberta a outros pontos de vista analíticos que não apenas quantifiquem essa população, mas, como trata Cosgrove (2004), possam codificar e identificar os significados simbólicos presentes na paisagem.

A amplitude do olhar geográfico lançado para interpretar os simbolismos culturais na paisagem urbana fornece a base para, inclusive, compreender que podemos explorar o comportamento das pessoas. As práticas do atuar humano na espacialidade cotidiana modificam a paisagem e a forma espacial dessa atuação.

Para Lindón (2006), as espacialidades cotidianas podem ser exploradas através de hologramas sócios espaciais que permitem identificar as ações realizadas pelos indivíduos, são eles: as ruas tomadas (*las calles tomadas*), espacialidades interpretadas a partir das práticas de estar no lugar, em proximidade com outro desconhecido, ou seja, uma transferência de sentidos do espaço privado para o espaço público; as periferias e as urbanizações da vida natural, tranquilas e solitárias (*las perifeiras y urbanizaciones de la vida natural, tranquila y solitaria*), são cenários domésticos da vida familiar, ocorrendo quase sempre na casa do indivíduo e; a construção da interioridade na exterioridade (*la construcción de la interioridad la exterioridade*), sendo essa a apropriação do espaço público na qual a pessoa cria seu ambiente familiar trazendo para esse espaço seus pertences com os quais constrói em seu cotidiano a representação da casa familiar.

A apropriação do espaço público por parte das pessoas recria o espaço. No caso das pessoas que moram nas ruas, essa apropriação é a recriação do ambiente doméstico, ou seja, a interioridade dentro da exterioridade com apego material e simbólico. De acordo com Lindón (2006, p. 440, tradução nossa) “a criação de uma interioridade dentro da exterioridade a que nos referimos é a apropriação material e simbólica de um fragmento de espaço público para constituí-la em “casa”. Vejamos como situações como estas configuram cenas de um cotidiano na região central de Florianópolis.

Figura 2: Moradia fixa na escadaria do Teatro da Ubro



Fonte: Martins (2017).

Em uma conversa informal com a pessoa moradora dessa residência fixa, ela relata que trabalha durante uma parte do dia e que durante a noite, volta para “casa” para dormir. Diz que não troca sua moradia na rua por outra, pois ali se sente à vontade, e ninguém a incomoda. Conta também que por ser usuário de drogas, deixou sua casa e trouxe seus pertences para embaixo da lona preta que está fixa nesse local.

Para Cosgrove (2004, p. 108), “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são produtos da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”, sendo assim, podemos conferir que a paisagem é recriada pela pessoa que “mora” em frente ao teatro, dando outro significado para o lugar. Para outros, a escadaria é somente um lugar de descanso, conversa ou de passagem. No entanto, para essa pessoa, que mora nesse local, a escadaria ganha outro significado, é o seu lugar de moradia.

A figura 3 exhibe a fachada do Teatro da Ubro onde observa-se a moradia fixa, à direita, bem como o local de passagem para aqueles que utilizam o espaço para outras finalidades. Podemos perceber a moradia que fazemos alusão no lado direito da fotografia, na parte central da escadaria.

Figura 3: Fachada do Teatro da Ubro



Fonte: Martins (2017).

Ainda tratando das apropriações urbanas, Lindón destaca:

Essas práticas de apropriação são realizadas em fragmentos de espaços públicos. É a apropriação através da “instalação” em um lugar, ainda que seja uma instalação efêmera. Essas práticas de instalação fazem parte da montagem e desmontagem de um cenário, que pode ser movido ao mesmo tempo em que a instalação é repetida em outro lugar. (LINDÓN, 2006, p. 440, tradução nossa).

Podemos tratar exemplos desse tipo de ocupação espacial como uma questão topofílica, devido a maneira como o morador se apropria do lugar, pois além da apropriação propriamente dita, existe também o apego o qual se dá tanto pelo lugar vivido, como pela recriação de paisagens experienciadas por morador neste local. Além da própria morada, há objetos pessoais que fazem desse espaço um lugar. Para Tuan (1983, p. 06), ““espaço” é mais abstrato que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Desse modo, o espaço transformar-se em lugar quando este ganha significação. A pessoa que se apropria dos espaços públicos transforma-o em lugar a partir do momento que cria afeição, coloca ali sentimentos, experiências e objetos simbólicos que manifestam a vida doméstica, criando um ambiente familiar.

Na figura 4, é possível identificar alguns desses objetos com valor simbólico que recria o ambiente doméstico. Essas práticas de caracterizar o espaço com objetos pessoais criam um cenário particular, visto que o sujeito reconstrói o espaço doméstico onde, a princípio, é um espaço público. Podemos conferir na imagem dois desses objetos: um aparelho de som e caixas de papelão e plásticos utilizadas como paredes. Ademais, a pessoa faz um jardim particular onde antes existia um canteiro abandonado. É um jardim dentro de um jardim público (Figura 5) que, conforme relato, está sendo cuidado por ele, bem como os outros canteiros próximos ao local que deveriam ser cuidados pela prefeitura. Não é um jardim de flores, mas as plantas dão ao sujeito a harmonia de um ambiente familiar, cuidando, ao seu jeito, como se cuidasse do jardim de casa.

Figura 4:
Pessoa fazendo uma das refeições



Figura 5:
Jardim particular dentro do jardim público



Fonte: Martins (2017)

Em outro ponto da área de estudo delimitada, local próximo a escadaria, verifica-se que o montar e desmontar de moradias também é comum. As figuras 6 e 7 retratam imagens do segundo exemplo de ocupação espacial que gostaríamos de trazer à baila.

Na figura 6, vemos o momento em que a moradia está montada. Já na figura 7, não identificamos a moradia, pois a pessoa precisa deslocar a casa de lugar assim que o comércio abre suas portas. O morador desmonta a estrutura e procura outro espaço para a instalação da moradia. Para Lindón (2006, p. 440, tradução nossa) “essas práticas de instalação fazem parte da montagem e desmontagem de um cenário, que pode ser movido ao mesmo tempo em que a instalação é repetida em outro local”. Assim que o sujeito se desloca desse espaço para outro, onde, esse mesmo lugar transforma-se em outra paisagem, criando outras possibilidades de interpretação.

Figura 6:

Espaço público com a moradia móvel



Figura 7:

Espaço público com a moradia desmontada



Vimos pelas imagens que a casa ora está e ora não está mais no local. O sujeito monta e desmonta sua moradia todos os dias, recria espaços e se apropria de territórios. Neste caso, não é somente num lugar fixo da cidade como o exemplo de moradia anterior, mas ele se movimenta conforme sua necessidade e as possibilidades que lhes são postas. São experiências espaciais distintas na qual cada sujeito cria sua identidade no lugar e transforma o espaço que ocupa.

A transformação do espaço se dá através das experiências espaciais que são identificadas no cotidiano das pessoas. Segundo Lindón (2006, p. 428, tradução nossa)

as práticas diárias estão localizadas como o centro da experiência espacial, o desafio é identificar esses comportamentos, ações, gestos, às vezes minúsculos, às vezes não tanto, e em muitas ocasiões repetitivas, com as quais as pessoas fazem seus lugares, transformam-nas materialmente e / ou simbolicamente, eles os apropriam, dão-lhes certas funções, escampam-nas, abandonam-nas ou criam elas próprias.

Importante salientar que é possível identificar nessas práticas diárias de transformação do espaço público, bem como do lugar, os elementos de permanência e os de passagem que ao longo do tempo modificam as paisagens urbanas permitindo diversas leituras.

A figura 8 manifesta esses elementos que fazem parte do cotidiano das pessoas em situação de rua. O pertencimento ao lugar fica mais evidente quando o associamos a seus objetos pessoais. Esse sujeito marca seu território, seja por meio do nome ou pela disposição dos seus pertences no local. Nesta imagem, conferimos uma mochila deixada como objeto que delimita e territorializa o lugar de moradia móvel. O sujeito precisa sair

do local onde monta a casa, e deixa “guardado” seus pertences para voltar assim que o comércio se fechar.

Figura 8: Pertences do indivíduo



Fonte: Martins (2017).

Considerações

O presente trabalho teve como objetivo reconhecer o espaço de apropriação por pessoas que vivem em situação de rua, sendo a ação dessas que modelam a paisagem criando valores simbólicos. Por meio da observação de campo e do registro fotográfico, podemos conferir como se dá a apropriação do espaço público como moradia por pessoas em situações de rua. Nas cenas desses cotidianos, o valor simbólico na paisagem também se destaca, visto que algumas moradias apresentam características do ambiente familiar, tais como utensílios domésticos, aparelho de som, animais, etc.

Realizar esse tipo de trabalho não é fácil, pois requer ir além da observação imediata e superficial, já que essas pessoas trazem consigo experiências que seriam impossíveis de se compreender somente com as imagens fotográficas, mas também com observações diárias do cotidiano dessas pessoas, bem como seus próprios relatos nas conversas informais mantidos com os mesmos no período da produção desse trabalho. Em suma, as ruas guardam em seus espaços o cotidiano dos indivíduos, e estes vão adaptando suas vidas a esses locais.

Muito mais que a observação, a leitura das paisagens urbanas chama a atenção para a apreensão dos fatores que as modificam. O estudo das práticas cotidianas da sociedade permite um olhar mais minucioso por parte dos geógrafos no que tange às questões sobre espaços urbanos e suas dinâmicas, nas quais os indivíduos interagem, conferindo valores simbólicos para os elementos que fazem parte desta. A partir dessas observações podemos perceber que “a geografia está em toda parte” (COSGROVE, 2004, p. 93).

A observação e interpretação de imagens do cotidiano citadino instigam os geógrafos para as diversas possibilidades de estudo, assim, como visto nos hologramas citados nesse trabalho, evidenciando que as práticas de ocupar as ruas de forma passageira, mas lenta e sem rumo é uma prática cotidiana.

Conferimos com esse trabalho que as ruas são dotadas de valores simbólicos nos quais manifestam expressões culturais, experiências, exposição da vida particular de indivíduos que residem nas ruas, tomando-as como lugar familiar, trazendo para a exterioridade a sua interioridade. As ruas são locais de passagem de diversas pessoas, e também são moradias de outras tantas, sendo, sem dúvida, um objeto de estudos das dinâmicas e transformações da paisagem.

Referências

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

LINDÓN, Alicia. La espacialidade de la vida cotidiana. Hologramas sócio-territoriales de la cotidianeidad urbana. In: NOGUE, Joan; ROMERO, Joan. (Orgs.). Las otras geografías. Valencia: Tirantlo Blanch, 2006. p. 425-446.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

THOMÉ, Rafael. Prefeitura de Florianópolis reabre abrigo a moradores de rua em noites abaixo de 10°C. Jornal Hora de Santa Catarina. Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/04/prefeitura-de-florianopolis-reabre-abrigo-a-moradores-de-rua-em-noites-abaixo-de-10c-9781810.html>. Acesso em 22/11/2017.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VALVERDE, Rodrigo R. H.F. Corporidade e multiterritorialidade na Geografia Cultural: além da dominação, da resistência e da tradição. Revista GeoUSP, Volume Especial 30 Anos, 2012, p. 4-25.

Amazônia: para além da flexibilidade e resiliência proposta por Mark Harris

Joaquina Maria Batista de Oliveira

Interpretar uma obra é desvendar o mundo ao qual ela se refere em virtude de sua “disposição”, de seu “gênero” e de seu “estilo”. (Paul Ricoeur – *Metáfora Viva*, 2005)

Introdução

Vários estudiosos compuseram narrativas retratando a Amazônia e ajudaram a formar o pensamento a respeito desse espaço no decorrer da história. Muitos desses pensamentos, aceitos como a única forma de entender homens, épocas, organização social e cultural, trazem prejuízos, por vezes, difíceis de serem redimensionados, tendo em vista a força da linguagem repetida, reafirmada ao longo dos anos.

Muitas interpretações não conseguem ser revistas, foram escritas em outra época, mas ainda figuram como uma representação da atualidade. Prova disso, é que no discurso de estudiosos atuais ainda há uma reafirmação de outras épocas como se nada tivesse mudado. Quando se estuda Paul Ricoeur, todas essas inquietações aparecem, pois o texto, a narração são oportunidades para se compreender os homens, suas organizações, sua constituição, mas o autor não deixa esquecer que são idéias defendidas, reconstituição de um mundo, representação através da linguagem e, por isso, não podem ser entendidas como reflexo real de um mundo, é antes um espelho a refratar esse universo.

Assim, este estudo tem por objetivo fazer uma análise do artigo “Presente ambivalente: uma maneira Amazônica de estar no tempo”, escrito por Mark Harris¹, e faz parte do livro “Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade”, editado em 2006. A análise da obra se dará à luz das categorias *referência* e *metáfora* propostas por Paul Ricoeur, bus-

1 Mark Harris é professor de antropologia histórica na Universidade de St. Andrews. Obteve seu doutorado na London School of Economics and Political Science em 1996. Recebeu o Philip Leverhulme Prize em 2004. A British Academy publicou seu primeiro livro, *Life on the Amazon* (2000), e a Cambridge University Press publicou *Rebellion on the Amazon* (2010). Foi professor na Universidade Federal do Pará e na London School of Economics. Fonte: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas_vol_42_n1/Descobrimdo_conexoes_ao_longo_do_rio_no_Baixo_Amazonas_Brasil.pdf

cando perceber como o artigo de Harris se comporta em relação a estas categorias.

Primeiramente será realizada a análise da referência, como esta categoria é aplicada ao texto de Harris para uma interpretação com vistas não apenas ao que é referenciado, mas ao extralinguístico que se visualiza a partir do linguístico. Em seguida, será aplicada a categoria de metáfora para ampliar ainda mais a análise hermenêutica do texto em questão.

Certamente que a interpretação proposta neste artigo tem como base as discussões feitas em relação à formação do pensamento social, principalmente na Amazônia, alvo de muitas construções históricas que refletiram a ideologia de estudiosos, viajantes, historiadores, escritores. Muitas outras análises podem ser feitas da obra de Harris (2008), inclusive demonstrando aspectos positivos de sua interpretação da Amazônia, mas neste artigo, tendo em vista a categoria escolhida para análise, algumas considerações levarão a uma análise de fatores que devem ser revistos nas obras que pensam a Amazônia.

Narrativa científica e referência

Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura [...]; mas entendo, prioritariamente, a produção do discurso como obra. Com a obra, [...] novas categorias entram no campo do discurso, essencialmente categorias práticas, categorias da produção e do trabalho
Paul Ricoeur – Metáfora Viva, 2005

Um dos pontos de debate deste artigo está voltado para a categoria de referência proposta por Ricoeur (1994) aplicada ao estudo do antropólogo Mark Harris a respeito da Amazônia. Estudar as obras científicas requer um cuidado próprio de quem analisa obras e pensamentos filiados a um tempo, a uma epistemologia, a um paradigma, por isso, neste estudo, o texto é o *corpus* da análise e não se quer questionar a validade do estudo. Por certo que não estamos diante de um texto irresponsável, de um estudo sem compromisso com suas análises, porém há um discurso apreendido como verdade e repassado em um texto, que vai ser divulgado e compreendido como verdade absoluta.

Ao longo do tempo, a Amazônia é alvo de estudos das pessoas que vêm de fora para compreendê-la e, certamente, muito contribuem para a historiografia deste espaço, porém é necessário atualizar os estudos, redi-

mentonar as visões e ampliar a compreensão. Ao analisar o artigo de Mark Harris como um discurso, como um texto e a partir de categorias específicas é o texto e o discurso que são analisados: “*Tal é a coisa à qual se dirige o trabalho de interpretação: é o texto como obra, disposição, pertencimento a gêneros, efetuação em um estilo singular, são as categorias próprias à produção do discurso como obra*” (RICOEUR, 2000, p. 337).

A comunicação se dá para além do sentido, centra-se no mundo representado pelo discurso e ganha sentido dependendo do ouvinte, tendo, assim, “*o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor*”. Por este motivo, os textos só pertencem aos escritores antes de sua divulgação, depois, passam a ser do leitor e ganham diferentes contornos e interpretações, pois os mundos dos leitores são diferentes, cada um possui um repertório diferente e possibilita captações diferentes de um mesmo texto.

Ao tratar da categoria de referência, num primeiro momento, pode-se pensar nela como uma marca linguística, um recurso gramatical em que se utiliza um referente para a não repetição do termo primeiro. Estas marcas podem ser tanto pronomes e advérbios, quanto nomes que ampliam, reduzem ou equivalem ao primeiro nome. Enquanto categoria linguística-discursiva, Benveniste (2005, p. 279) explica que o uso da 1ª. pessoa singular implica um enunciado a respeito de mim, e é diferente do “ele” que pode se referir a uma infinidade de sujeitos. Essa referência discursiva do “eu” só tem valor na instância na qual é produzida, “*a forma eu só tem existência linguística no ato da palavra que a profere [...]*”; já “*A ‘terceira pessoa’ tem por característica e por função constante representar, sob a relação da própria forma, uma invariante não pessoa, e nada mais que isso*”. (BENVENISTE, 2005, p. 24).

Assim, no campo semântico – linguístico, discursivo – a referência está relacionada ao discurso e à frase, estabelece relações que se configuram como um campo de relações entre palavras e sentidos; do campo semântico para o campo hermenêutico, a categoria de referência se amplia, considerando o mundo que as palavras produzem, o mundo criado pelos sentidos (RICOEUR, 2000, p. 119).

Para se fazer uma análise adequada do texto, é preciso seguir um procedimento hermenêutico que não esteja voltado apenas para as aproximações semióticas do texto, com preocupação de apenas reconstruir os segmentos discursivos, como se eles fossem capazes de ofertar a totalidade do texto. Deve-se reconstruir a totalidade das operações, pois é através da

experiência prática, que se tornam possíveis obras, autores e leitores (RICOEUR, 1994).

A narração reflete um outro mundo através da linguagem, faz *referência* a algo que está no texto, mas traz um sentido para além das palavras. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 418 - 419): “*a referência designa a propriedade do signo linguístico ou de uma expressão de remeter a uma realidade*”. De acordo com os autores, é preciso diferenciar a *expressão referencial* da *expressão predicativa*, já que a 1ª. tem a função de referir e a 2ª. de predicar. No caso da *referência*, há uma divisão que se baseia em fundamentos ontológicos e gramaticais, ontológicos porque dá ao nome um privilégio que não é linguístico, tendo em vista que é a única unidade capaz de referir o existente; gramatical, pois está baseado na incompletude do verbo, que precisa de um sujeito para referir.

No artigo de Harris (2006) o principal sujeito referenciado é o homem rural da Amazônia, que no texto adquire várias referências, como observado no quadro 01:

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS EM HARRIS (2008)	
Homem rural da Amazônia	Caboclo (p. 81)
	Ribeirinhos (p. 82)
	Camponeses que vivem às margens dos rios (ribeirinhos, caboclos) (p. 82)
	Camponeses ribeirinhos (p. 82)
	Camponeses heterogêneos da Amazônia (p. 84)
	Vargeiros (p. 85)

QUADRO 01: *principais referências em Harris (2008)*

FONTE: Livro: *Sociedades caboclas amazônicas*. Artigo: *presente ambivalente: uma maneira de estar no tempo*.

Pode-se perceber que vários nomes são usados para referenciar os sujeitos ao longo do texto analisado, numa tentativa de ampliar e abranger todos os sujeitos que compõem o espaço amazônico. É possível observar que, em uma mesma página, utiliza referências diferentes e fica evidente certa insegurança quanto à categoria que melhor se adaptaria a um estudo científico. Também é bom destacar a utilização da referência “caboclo” que inicia na página 82 e se estende até a página 87, quando, então, o autor explica que vai abandoná-lo pela carga pejorativa do termo e a partir daí utiliza, predominantemente, o termo “ribeirinho”.

Parece que o sujeito da Amazônia rural ainda não foi definitivamente categorizado, de modo que se possa ter certa segurança para utilizar o termo “politicamente adequado” e cientificamente aceito. A própria comunidade acadêmica trava uma grande discussão em busca de validar categorias aceitas para o sujeito rural da Amazônia, por isso, não é de se estranhar que o autor em questão sinta insegurança ao longo do seu texto.

Essa dificuldade de categorizar, referenciar os homens da Amazônia, pode ser compreendida por conta da particularidade de cada grupo geográfico, cultural, histórico, étnico que, embora seja parte do que se denomina Amazônia, guarda certa particularidade. Este também é outro campo complexo, porque se generaliza o espaço amazônico como se fosse único, igual, sem considerar a natureza particular, local de cada grupo social e cultural. O próprio Harris (2006, p. 88) admite que há: “[...] *um certo nível de generalidade entre as diversas áreas ribeirinhas da Amazônia [...]. Desse modo, peço ao leitor que tenha em mente que existe tanto atributos históricos comuns, como variações ecológicas e etnográficas locais significativas entre essas populações*”.

Paul Ricoeur (1994, p. 119), ao instituir a categoria de *referência*, afirma: “*o que é comunicado, em última instância, é, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte*”. Nesta perspectiva, a dificuldade encontrada por Harris para referenciar os povos da Amazônia demonstra que ainda falta definir este povo do ponto de vista epistemológico, enquanto categoria de estudo, pois os termos trazem certo ranço do pensamento colonial e deixa um estado de alerta, de insegurança e está em aberto, pois estudiosos de diversas áreas fazem opções por referências diversas e precisam prestar contas da utilização do termo escolhido, sob pena de sofrerem questionamentos.

Analisar uma obra científica requer pensar nesses sentidos que extrapolam a linguagem e fazem aparecer um mundo que passa a ser significado, ressignificado e em alguns casos constroem um mundo que passa a ser visto como representação de uma verdade única, o que em alguns estudos, principalmente a respeito da Amazônia, é perigoso porque consolida uma visão estereotipada da organização social e cultural dos povos que a habitam. Os textos que resultam de pesquisas científicas podem ser tomados em determinada medida como constituindo uma narrativa, dentro da qual há sujeitos que são enunciados, há ações que se mostram, há práticas e organizações sociais descritas. Entre os homens que vivem na Amazônia e a representação deles, feita pelos estudiosos, há uma separação já que:

Referência e horizonte são correlativos como o são a forma e o fundo. [...] Essa pressuposição muito geral implica que a linguagem não constitui um mundo ela própria. Ela não é sequer um mundo. Porque estamos no mundo e somos afetados por situações, tentamos nele nos orientar por meio da compreensão e temos algo a dizer, uma experiência a levar à linguagem e a partilhar. (RICOEUR, 1994, p. 119).

Nessa partilha de idéias, de representações científicas, Mark Harris, no seu artigo “Presente ambivalente: uma maneira Amazônica de estar no tempo”, presente no livro “Sociedades Caboclas Amazônicas”, afetado por situações próprias da Amazônia brasileira levou à linguagem a sua compreensão de um sujeito que vive na Amazônia e segundo este autor é regido principalmente pela flexibilidade e resiliência.

Para Harris, não há uma cultura cabocla (legado imóvel), o que há é uma constante adaptação desse homem às diversas situações que se põem diante dele. Cada aspecto histórico produz um modo de ser desse homem amazônico, capaz de viver o momento de *boom*, como aconteceu com a borracha e se recriar para suportar os tempos de estagnação.

Harris, dialogando com outros autores, defende que o caboclo é uma criação da colonização da Amazônia pelos portugueses, sendo eles uma categoria de indivíduos que partilha padrões culturais semelhantes, como maneira de explorar os recursos ambientais e suas crenças. É importante dizer que nem todos os sujeitos da Amazônia viveram em função da borracha e os que viviam não conseguiam perceber essa mercadoria como salvação de suas vidas, dado o estado econômico em que viviam. Por outro lado, a estagnação aconteceu apenas em alguns setores. A massa de trabalhadores da borracha, que Harris considera caboclos, ribeirinhos etc. não viveu o *boom* da borracha, salvo pela quantidade de trabalho, mas não pelo reconhecimento financeiro, ao contrário, viveu em condições de escravo dos coronéis, donos dos seringais.

Para além das palavras, do texto, do escrito, há um mundo no texto, na obra literária ou histórica que precisa ser desvendado. Nesse mundo estão personagens, fatos, tempos, espaços, organizados de forma verossímil e retrata a percepção, o sentimento, a ideologia de quem o escreveu. Cabe aqui a distinção entre sentido e referência: “*o que um leitor recebe é não somente o sentido da obra mas, por meio de seu sentido, sua referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem e, em última análise, o mundo e sua temporalidade, que ela exhibe diante de si*” (RICOEUR, 1994, p. 120).

No artigo de Harris, o mundo que o autor quer mostrar é o mundo regido pela flexibilidade e resiliência de “*caboclos modernos em sua renovação constante do passado no presente*” (HARRIS, 2008, p. 81). A principal tese defendida pelo autor diz respeito a uma renovação e adaptação constante desses homens, que mesmo diante das mudanças históricas, políticas, econômicas se mantêm no tempo presente. Ignora-se que certas tradições culturais permaneçam no presente e sejam amplamente pesquisadas, pois pela afirmação do estudioso, o tempo presente é o único vivido pelos sujeitos da Amazônia, desconsiderando o passado e toda a sua carga de aprendizado.

Dessa forma, o que Harris pretende referenciar é o mundo amazônico, cujos sujeitos sequer conseguem ser referenciados de forma precisa; é o mundo de sujeitos flexíveis e resilientes diante da natureza, dos processos econômicos e das religiões; é, portanto, um sujeito de uma Amazônia adaptativa às condições naturais e sociais.

Metáfora no texto científico

[...] apenas metaforicamente a língua deve ser encarada como um instrumento de comunicação: ela não é um fenômeno amorfo e alheio ao que está ao seu redor, mas um trabalho que tem como realização a interação entre o homem e a realidade natural e social [...] (SENA, 1997, p. 50).

A capacidade de referência não se esgota no discurso descritivo, mas todos os textos falam de um mundo. Para resolver esta questão, de como referenciar um texto não descritivo, a metáfora de Ricoeur (2000) é uma categoria para referenciar aspectos do ser-no-mundo que não podem ser ditos de forma direta.

Parece claro que a história aprisionada nos livros, nos textos científicos é apenas uma representação da vida, é a “presença do ausente”. As experiências, quando contadas, transpõem para o registro da narrativa a vida; transformam-na em textos e passam a regulá-la pelas regras de gênero e convenções que regem o domínio da narração.

O que a narrativa ressignifica é o que já foi no agir humano pré-significado. O ser no mundo, de acordo com a narratividade, é um ser no mundo que já está marcado pela prática da linguagem e traz uma pré-compreensão. A ação humana, dessa forma, pode ser sobressignificada porque já foi anteriormente pré-significada em todas as articulações simbólicas,

por isso o problema da referência é mais simples no caso narrativo que no caso lírico (RICOEUR, 2004).

Na questão histórica, só a história pode reivindicar uma referência que está inscrita na realidade empírica porque a intencionalidade histórica se volta para acontecimentos que efetivamente aconteceram. O acontecimento passado, ausente da concepção presente, governa ainda assim a intencionalidade histórica, dando a este uma nota realista, que na literatura não acontecerá, mesmo quando ela tem pretensão de ser realista. Pode-se entender que em qualquer obra analisada o que está ali é a representação do fato realizado através da linguagem, que pode ter outros olhares, outras interpretações.

Para Benveniste (2006, p. 98) língua e sociedade estão em sincronia e a “língua é o interpretante da sociedade [...], a língua contém a sociedade”, isso porque é impossível descrever a sociedade, a cultura sem ser através das suas expressões linguísticas. A vida se reduz a língua para ser compreendida, e cada vez que um estudo é realizado, a vida social, cultural, econômica, política é aprisionada nas palavras, não na sua totalidade, mas em pequenas doses. Os pensadores da Amazônia representam a vida ao longo da história a partir do seu mundo, do seu entendimento, do seu presente, das filiações ideológicas e epistemológicas da sua época. Esses estudos servem como referência, mesmo quando questionados, exatamente porque este mundo já havia sido pré-significado, ele não foi inventado ao sabor da criatividade do escritor, tem, portanto, sua validade.

O artigo escrito por Harris não está dentro da categoria de poema, nem o é literatura fictícia, mas traz elementos descritivos e também metafóricos, como pode ser observado no quadro 02

SEGMENTOS METÁFORICOS	
O caboclo	é uma criação da colonização da Amazônia pelos invasores portugueses. (p. 82)
	é uma categoria de indivíduos que partilha padrões culturais semelhantes. (p. 82)
	é o sistema adaptativo humano mais importante encontrado na região. (p. 88)

QUADRO 02: segmentos metafóricos

FONTE: livro: *Sociedades caboclas amazônicas*. Artigo: *presente ambivalente: uma maneira de estar no tempo*.

O que podem significar as referidas metáforas? Uma primeira

análise pode levar a entender que o “caboclo” ao qual o autor se refere não é um ser no mundo, é apenas uma categoria social ou cultural, sem ter voz nem ação, o que reafirma sua tese. Tem-se então “*uma criação, uma categoria, um sistema*” como referente ao “caboclo”.

Neste artigo, aparentemente o homem é um fantoche, um boneco regido pelos tempos de fartura ou estagnações, que se adapta a qualquer situação, basta ver o significado de dois conceitos importantes no seu artigo, flexibilidade: qualidade do que é flexível, maleável; dócil ao manejo. No sentido figurado, característica de quem é compreensível; brandura, docilidade. Resiliência é outro conceito usado por Harris, e pode ser entendido como propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica, no sentido figurado, capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças. Nas palavras de Harris (2006) “[...] *essa nova sociedade foi produto não das pessoas que a viveram, mas das condições externas que a geraram*”.

É assim que o sujeito da Amazônia é representado no artigo de Harris, primeiro, como uma criação forçada que resulta em uma heterogeneidade que não é reconhecida como sendo positiva nas outras escalas sociais, daí o termo “caboclo” denominar pejorativamente (ao menos aos olhos da ciência) os homens e mulheres dos interiores da Amazônia. Um segundo ponto diz respeito a esse “sistema adaptativo” que Harris compra como verdadeiro e diz respeito a como o “caboclo” suportou com sucesso tanto as questões naturais, quanto as questões históricas desfavoráveis, num processo de acomodação.

Será mesmo? Será que esse sujeito simplesmente se molda às imposições naturais e históricas? Ou terá ele uma ação que o faz transformar tanto o ambiente quanto construir uma história diferente? Da forma como esse sujeito amazônico é retratado, parece não executar nada fora das imposições, já que na narração de Harris, as populações ribeirinhas não apenas se acomodam, mas desenvolvem uma capacidade de abraçar a mudança a cada nova fase, sem que isso resulte no seu modo de vida corrente.

Paradoxalmente a essa idéia apresentada, pode-se questionar: o que dizer do sujeito que cansado de lutar na dureza do trabalho braçal, veio para a cidade em busca de uma vida mais digna e com trabalho menos pesado? O que dizer dos jovens que deixam a terra de seus pais em busca de estudo e melhores empregos? O que dizer das mudanças naturais produzidas por esses homens?

Deve-se considerar que Mark Harris (2006) é um antropólogo com bastante produção e com divulgação internacional, por isso estas ideias são difundidas e aceitas como verdade universal e inquestionável. Essa interpretação deixa os sujeitos da Amazônia rural ainda mais marginalizados, mais invisíveis, pois é como se ele só tivesse existência nesse cenário natural e estivesse numa eterna espera. Para Pinto (2008, p. 235) essas ideias e imagens referentes ao indígena e ao caboclo é exterior aos sistemas de auto-representação desses povos e se voltam para a exotização. No texto em questão, há um forte apelo para um homem que é tão próximo à natureza que se flexibiliza diante das suas exigências:

Se, em boa medida, o espírito de muitas dessas noções e fundamentos teóricos está presente no horizonte da ciência de nosso tempo e nas crenças que cimentam nosso senso comum e nossa inteligência cotidiana do mundo, não é possível desconhecer que se encontra também presente o reconhecimento da necessidade de rever substancialmente o sentido das relações entre a natureza e o homem, especialmente no sentido de que condições naturais às vezes limitantes, não apenas moldaram a ação humana, mas induziram a que essa ação alterasse a natureza.

A formação do pensamento social na Amazônia precisa ser analisada dentro de um modelo ontológico, que perceba não apenas as organizações sociais, o contexto histórico, o sistema natural, mas encontre um ser que age no mundo, modifica o meio, faz a história, ao mesmo tempo em que é modificado por eles. Nesse processo de interpretações sociais e culturais, Ricoeur pode oferecer uma nova proposta para a escritura e a leitura das obras históricas ou de ficção.

Estes homens descritos no artigo de Harris existem de fato, refletem um tempo e um espaço, fazem parte do “*ausente anterior*” e por isso foram apenas representados, como diz o conceito de “*representância*” de Ricoeur (2000). O texto de história remete a um referente externo a ele (o real enquanto passado), porém este texto continua ainda sob o signo da representância, qual seja, da possibilidade de representação e do inacabado da tarefa.

Esse inacabado pode ser visto quando o leitor redefine essas categorias, acrescenta outros dados, reconfigura o texto dando-lhe o seu parecer, o de leitor. Nessa dinâmica, o texto está sempre se renovando, ganhando novas interpretações. A idéia pré-concebida de que os fatos históricos retratados nos livros são tal como aconteceram, precisa ser revista, pois

embora o historiador tenha a intenção de fazer um texto que seja referência do real, a escrita da história certamente apresentará marcas próprias de sua forma literária de se exteriorizar para fora do texto,

[...] a palavra “representância” condensa em si mesma todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas a isto que chamamos, de outra maneira, a intenção ou intencionalidade do historiador: ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico de construções constituindo reconstruções do curso passado dos eventos (RICOEUR, 2000, p. 359).

Essa idéia ampliada de narrativa, vista enquanto condição de produção de sentidos e identidade vai possibilitar outras interpretações dos estudos históricos e científicos, de forma a se perceber as questões ideológicas postas a partir de tal ato. O texto científico, ao fazer um estudo da Amazônia, apresenta os homens e tece a *intriga* que configura o espaço da Amazônia como campo social e um evento histórico. Como propõe Bakhtin (2006), o valor social é atribuído pelo signo linguístico e a realidade, nessa perspectiva, é denominada como tema do signo; por conseguinte, tema ideológico com valor social.

Quando se analisam as obras que retratam a Amazônia, é preciso ter cuidado com o sentido que as palavras ganham, no caso do artigo de Harris, flexibilidade e resiliência são palavras-chave do seu texto, por isso, as metáforas do “caboclo” são direcionadas à: criação, categoria e sistema adaptativo como forma de criar, através da linguagem, um mundo de homens sem ação, sempre regidos por fatores externos a eles. Como afirma Orlandi (2009, p. 52): “*não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso*”.

É através destes discursos que os sujeitos da Amazônia são considerados menores, inferiores, sem representatividade, sem força cultural. A ideologia que Harris traz em sua interpretação do campo social se volta além da flexibilidade e da resiliência para a idéia que dá título ao seu artigo, de um “*Presente ambivalente: uma maneira de estar no tempo*”. Harris acredita “*que esse modo ribeirinho amazônico de ser na história está conectado às condições estruturais e econômicas e as disposições ideológicas*” que o autor defende. A base ideológica que solidifica esta ação deriva tanto de um catolicismo que enfatiza a hierarquia, a tolerância e a fidelidade aos santos,

quanto da política colonial e pós-colonial que fomentou a incorporação através da miscigenação. O mundo está ali para ser assumido e negociado (HARRIS, 2008, p. 91).

O autor abre o pressuposto de que as influências externas e internas impuseram um valor no ser e fazer da vida do sujeito amazônico e representa sua resposta ambivalente à modernidade. Embora eles estejam presos a algumas heranças sociais, culturais, algumas tradições são capazes de negociar com sucesso as condições do presente. Para o autor, as pessoas na Amazônia demonstram pouco interesse em conservar o passado, seja ele material ou ideológico porque o que elas fazem agora pode resultar em novas possibilidades, apagando assim o passado. A identidade desses ribeirinhos é produto do que são no presente e isso contrasta com o que foram num passado recente.

É possível questionar se essa não é uma característica dos homens para sobreviver no sistema capitalista, pois há uma exigência de que os homens vivam o presente e não estejam tão enraizados com as questões sociais, culturais ou com os valores herdados do passado. O capitalismo exige que as pessoas estejam em busca de novas conquistas, pois há sempre mais para ter, para conseguir, tanto bens materiais quanto realizações profissionais e isso o faz estar preso a um presente.

Essa capacidade de se readaptar, se restabelecer dentro de um novo processo não parece ser uma característica apenas do homem da Amazônia, mas de vários outros grupos, porque não dizer da própria humanidade, já que ao longo tempo os homens foram se adaptando às novas propostas de vida, se refazendo para se manter no presente, se reconstruindo e ainda adaptando sua cultura de acordo com a exigência do momento.

Harris ainda defende que existe uma contradição na Amazônia, ela é capitalista no nome e no impulso para o lucro e a expansão, mas não o é no seu caráter, nem em suas relações e nas noções de propriedade. Essa afirmação pode ser analisada como sendo uma interpretação que referencia um homem isolado, fora do seu tempo, sem relações com o mundo global. Será mesmo possível, que esse homem não é capitalista em seu caráter, em suas relações e nas noções de propriedade?

Recentemente, em visita a uma comunidade rural para coletar dados para a pesquisa de mestrado, foi possível ouvir dos moradores dizeres como: “já foi o tempo em que os vizinhos dividiam caça, peixe, fruta com os vizinhos, agora, se não tiver dinheiro não compra”. Esse dizer e as

observações realizadas deixam ver que não há uma separação tão grande entre o mundo capitalista e o mundo dos interiores da Amazônia.

As interpretações devem conduzir a outro entendimento, principalmente no presente, quando já se faz um esforço de olhar a Amazônia não mais como sendo apenas rios, matas, animais. Há um homem que deve ser entendido em sua complexidade, embora esta tarefa não seja fácil depois de tantas interpretações que venderam a imagem de uma Amazônia constituída de natureza exuberante, mas despovoada, já que os homens e mulheres sempre receberam um lugar secundário nessas narrações, valendo-lhes o título de coadjuvantes, de invisíveis ao longo de muitas obras históricas e científicas.

Considerações finais

Rios navegados, povos conhecidos, plantas descobertas, personagens narrados e narradores se encontram no mundo do texto, em várias histórias, vários relatos, várias pesquisas que povoam o imaginário e cristalizam ideias de sujeitos que vivem na Amazônia. É no texto, em relação a uma experiência que lhe é anterior, mas que oferece a possibilidade de constituição de outra experiência que se configura a ação, intermediada pelos processos temporais e espaciais.

Assim, o que se apresentou neste artigo, foi uma interpretação a partir de outras interpretações, tendo em vista os conhecimentos, as posturas ideológicas de quem o escreveu. Nesse processo, a obra está sempre em movimento, como a vida, sempre a se refazer para renascer através de outras interpretações. Não se quer dizer que esta interpretação esgote o assunto, ou mesmo seja a única possível, ainda há muita água para navegar, muitos povos para conhecer, muita treva para se fazer luz, quando for trazido ao campo da linguagem.

O artigo de Mark Harris, no decorrer deste estudo, foi analisado apenas na questão da referência e da metáfora, sendo possível perceber que o autor usa de vários nomes para referir o homem amazônico, quais sejam: camponeses, vargeiros, ribeirinhos, camponeses ribeirinhos da Amazônia sem que haja uma clara diferença entre eles. É como se essas denominações fossem, aos olhos do autor, sinônimos, demonstrando claramente a dificuldade de denominar os sujeitos da Amazônia.

O autor traz novamente essa idéia bastante difundida de uma Amazônia única, generalizada, sem considerar que as relações sociais e cul-

turais são complexas, mesmo quando são parecidas. Não é possível fazer este embrulho de presente, colocando todo o sistema natural e todos os povos da Amazônia num pacote só, sequer é possível embrulhá-la. Vivemos um momento em que desembulhar é a ordem, não mais se quer a visão romantizada e estereotipada de belas paisagens e povos atrasados, não civilizados.

Há ainda outro fator analisado da narração de Harris à luz de Ricoeur, são as metáforas que levam a entender o caboclo, de acordo com o autor, como “uma criação, uma categoria, um sistema”, não como um ser no mundo, apenas enquanto categoria social ou cultural, sem voz nem ação, é um fantoche movido pelas cordas da história e da natureza, só se balança movido pelas exigências econômicas, que se adapta a qualquer situação, por isso, flexível e resiliente.

Para refutar essa idéia, basta perguntar, quem fez a história dessa região? Terá sido a natureza? Ou os processos econômicos se realizaram sozinhos? Ou ainda, os povos que vieram de fora é que construíram a história para que os figurantes da Amazônia apenas a encenassem? O silêncio também não é uma forma de resistência?

O que se buscou neste estudo não foi uma crítica ao artigo, mas antes, uma reflexão a respeito de pensamentos que são difundidos e podem manter os sujeitos da Amazônia rural mais marginalizados e invisíveis. É hora de repensar a Amazônia de forma cada vez mais pluralista, heterogênea, diversa, sem desconsiderar a sociedade e a história dos povos que habitam esta região. Ainda há muito para se estudar da Amazônia e para narrar, referenciar e metaforizar, ou como afirma Hardman (2009, p. 35): “*recolher a Amazônia das margens arruinadas do planeta e da história, e de trazê-la não só à memória e ao coração, mas à cabeça e à ação*”.

Referências

BAKHTIN, M. (Voloshinov, V.N.-1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec, 2006.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Trad.: Maria da Glória Novak, Maria Luiza Néri. 3.ed. Campinas, (SP): Pontes, 2005.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Trad.: Eduardo Guimarães [et.al]. 2.ed. Campinas, (SP): Pontes, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Coord. Trad. Fa-

biana Komesu. *Dicionário de análise do discurso*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Editores). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8.ed. São Paulo: Pontes, 2009.

PINTO, Renan Freitas. *Viagem das idéias*. 2.ed. Manaus: Valer, 2008.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et.al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

RICOEUR, P. *Metáfora viva*. 2. ed. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2005.

SENA, Odenildo Teixeira. *De Fernando a Fernando: as teias ideológicas do poder*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – Tese, 1997.

Trabalho e precarização: O egresso prisional como parte do precariado

*Joyce Freitas Araújo Firmino
Washington Napoleão Eufrázio*

Introdução

Ao visualizarmos a atual conjuntura do mercado de trabalho mundial e no Brasil, nos deparamos com expressivos aumentos dos índices de desemprego e, por conseguinte, a expansão das formas de subempregos, sobretudo no patamar da terceirização e nos setores da informalidade, sem qualquer espécie de vínculo empregatício estável.

Nesse sentido, temos vivenciado um momento crítico e de grande instabilidade, onde as atuais estruturas do trabalho exigem demandas cada vez mais seletivas, excludentes e opressoras. Simultaneamente, acompanhamos perplexos o crescimento da precarização do trabalho em diversos setores, estabelecendo-se cada vez mais como uma nova dimensão do mundo do trabalho contemporâneo.

A precarização do trabalho, por sua vez, tem impactado as vivências dos indivíduos em todas as hierarquias sociais mundialmente e estimula a exclusão de um assustador contingente de pessoas do mercado de trabalho, sejam aqueles que possuem o alto escalão do nível superior e de uma forma mais severa, os que sequer terminaram o ensino educacional básico.

É importante desvelar que a precarização atinge, de maneira multidimensional, vários segmentos da sociedade, atuando nas dimensões do trabalho e nos direitos sociais da população. Dessa forma, são atingidos os indivíduos que estão dentro do mercado de trabalho formal e aqueles que estão fora da formalidade e dentro da informalidade.

Neste cenário preocupante, podemos evidenciar a situação das pessoas que foram criminalmente condenadas e nesse processo se incluem as que cumpriram suas sentenças, ou ainda, as que estão em um processo de cumprimento de qualquer tipo de pena.

Mesmo após a conclusão da pena, esses indivíduos são marginalizados socialmente e convivem com o estigma de “ex-presidiário”. Nesse

sentido, é fato de que a instituição prisional é fruto do acúmulo de necessidades sociais como desemprego, aumento da violência e deficiência educacional (FOUCAULT, 2009).

Diante do pouco ou quase nenhum acesso aos direitos sociais, esses indivíduos vivenciam, no seu cotidiano, um processo de exclusão do mercado de trabalho formal. Outro fator que contribui para tal são as mínimas oportunidades de acesso à educação profissional, desencadeadas, na maioria das vezes, pela morosidade das políticas públicas socioeducativas e pelas leis penais que são pouco efetivas.

Apesar da existência de leis específicas que garantem, legalmente, os direitos sociais dos egressos prisionais, como a Lei de Execução Penal - LEP prevê nos artigos 25 a 27, entre outras providências, orientação, apoio para a reintegração à vida em liberdade e assistência social na obtenção de emprego, ainda não são limitadas a reinserção deste público no mercado de trabalho formal.

Em contrapartida, os egressos prisionais também enfrentam diversas barreiras que dificultam a reintegração ao mercado. Geralmente por medo, preconceito virtude de alguns fatores como reincidência, baixa escolaridade e principalmente o preconceito e assim, quando procuram algum tipo de emprego, são rejeitados e renegados no meio social.

Partindo dessa premissa, em um primeiro momento, buscou-se entender quais as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho na sociedade contemporânea para se compreender o processo da precarização. Em um segundo momento, desvelar a definição de precarização, apontando suas principais características e reconhecer nessa classe, os egressos prisionais como sujeitos que estão inseridos no bojo da precarização do trabalho.

Reflexões sobre a categoria trabalho

Vários autores contemporâneos abordam a temática do trabalho em suas literaturas, todavia, vale destacar que não partiremos de uma análise profunda a respeito, mas uma tentativa de compreender considerações pertinentes à categoria trabalho ao longo da história e como se estruturou no bojo das relações entre homem e sociedade.

Podemos considerar que a relevância atribuída ao trabalho é fruto de uma construção social e histórica que colaboraram para a sua estruturação na atualidade. E nesse patamar, a concepção de trabalho é marcada por várias transformações no decorrer da história da civilização humana.

Em sua gênese, o trabalho não estava associado às condições de cidadania. Na Grécia Antiga, por exemplo, era desdenhado pela sociedade e tinha um cunho depreciativo, de caráter servil, onde o escravo era o responsável pelo exercício do trabalho e excluído da participação política, condição destinada apenas aos filósofos que não trabalhavam (POCHMANN, 2003).

Historicamente e por muito tempo, ao trabalho conferiu-se o significado de sofrimento, castigo e punição (BUENO, 1988). Apenas a partir do final da Idade Média, deixou de ser associado a algo ruim e passou a ser concebido em uma perspectiva positiva, um instrumento de valorização das capacidades humanas e através da Reforma Protestante, passa a ser visto como meio de salvação e vontade divina (WOLECK, 2002).

No contexto da sociedade contemporânea, o conceito de trabalho está caracterizado por mudanças ligadas a dinâmica de transformações, não apenas no que diz respeito ao sentido conceitual, mas principalmente, nos aspectos sociais, políticos e econômicos, na sua organização, produzindo uma nova dinâmica no cotidiano dos indivíduos.

Sendo assim, é possível pensar o trabalho como instrumento de transformação social dos indivíduos. De acordo com Marx (1985), o trabalho é uma atividade própria do ser humano que se apresenta como um intermediador frente às suas próprias necessidades e a de outros homens, e a partir disso, o homem consegue se legitimar e se torna um ser social através do trabalho, pois é capaz de projetar antecipadamente o resultado final obtido.

Ao longo dos anos, o trabalho vai se modificando e na sociedade moderna, as transformações nesta categoria se intensificam a partir do século XX, tendo como principal precursor o modo de produção capitalista por meio do crescimento acelerado do processo de industrialização.

O modelo de produção fordista, caracterizado pela implantação da produção em massa, linha de montagem, trabalho assalariado, afetou instantaneamente a vida dos trabalhadores que passaram a ter um novo “status”: o de consumidor, pois ao vender sua força de trabalho, o mesmo não tem acesso direto ao bem produzido por ele (NEVES, 2006).

Em um contexto geral, essas mudanças estão fortemente permeadas por fatores econômicos, sociais e políticos e se estabelecem de maneira rápida e simultaneamente. No paradigma keynesiano, o Estado assume o papel regulamentador sobre o mercado e estabelece políticas de “pleno emprego” e de proteção social ao trabalhador assalariado.

Ao mesmo tempo foram surgindo novos termos na esfera do trabalho moderno, como a flexibilização, terceirização, precarização e fragmentação do trabalho. Os processos de globalização e de reestruturação produtiva ganharam destaque no novo cenário do modelo de acumulação flexível, sobretudo das novas tecnologias (LEITE, 2009).

Para Antunes (2011) o mundo do trabalho passou por profundas transformações, principalmente a partir da década de 1980. Essas mudanças afetaram intensamente as relações de trabalho, de produção do capital e da “classe que vive do trabalho”, tanto no sentido material, quanto subjetivo.

O cenário de reconfiguração do trabalho contribuiu massivamente para o estabelecimento da precarização, devido à venda da força de trabalho para manter as mínimas condições de vida. Isso possibilitou o aumento da flexibilidade dos processos e da organização do trabalho.

Nessa mesma linha de raciocínio, Harvey (2007) contribui ao dizer que, a partir desse período, o mercado de trabalho sofreu, por meio do modelo de acumulação flexível, um impacto significativo nos processos produtivos com o crescimento da instabilidade, da precarização das relações e regimes de trabalho flexíveis.

Houve um grande crescimento da precarização do trabalho no mundo, em virtude da expansão do neoliberalismo econômico e da globalização acompanhada dos avanços tecnológicos nas áreas de informatização, robótica e, inclusive, nas relações macroeconômicas. As novas formas de produção contribuíram para o agravamento de diferentes tipos de trabalho precário, como empregos temporários, informais e inseguros (KALLEBERG, 2009).

Ao falar sobre as perspectivas do trabalho na modernidade, Pochmann (2003), é categórico ao afirmar que a questão da insegurança faz parte da realidade dos indivíduos que utilizam a venda da força de trabalho para viver e essa redoma de instabilidade se inflama com as novas formas de ocupações que vem sendo articuladas sem os mecanismos de proteção social e trabalhista.

Outros fatores provenientes do capitalismo como o fenômeno da globalização também têm a sua parcela de contribuição para as novas configurações de que estamos tratando. Assim, é pertinente destacar a contribuição de Giddens (2002) ao afirmar que a globalização está cada vez mais descentralizada, e não é vista como uma consequência, mas como uma mudança do que vivemos hoje.

Para o autor, o trabalho – assim como nação e família – podem ser compreendidas como “instituições-casca” ou seja, por fora aparentam serem as mesmas de sempre, mas por dentro sofreram severas mudanças, foram reconfiguradas. Essas instituições passam por uma mistura de influências do modo de vida global, independentemente de classe social, gênero ou econômica e ainda são marcadas por profundas divisões. É o que acontece com a questão do trabalho na contemporaneidade (GIDDENS, 2002).

Podemos compreender, portanto, que o trabalho enquanto categoria que materializa o homem como um ser social, como diria Marx, transcendeu a sua essência e se modifica constantemente, desde os tempos mais remotos da civilização humana até os dias atuais. Nesse processo, o trabalho sofre grave influência do modo de produção capitalista, tomando proporções negativas para a categoria como a precarização das relações e dos processos de trabalho se acentuou nas últimas décadas.

A intensificação do desemprego, subemprego, informalidade e formas precárias de trabalho nas mais diversas situações cotidianas, atingem todas as classes sociais, principalmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. Nessa relação de precarização é possível reconhecermos o egresso do sistema prisional.

O egresso prisional como parte do precariado

Na divisão das antigas classes de trabalho - elite, assalariados, profissionais, trabalhadores manuais - surge uma nova classe: o precariado. De acordo com Standing (2013) o termo “precariado” surgiu pela primeira vez em 1980, não é homogêneo e abrange uma extensa camada de pessoas e classes sociais diversas, como as pessoas que foram criminalizadas e condenadas.

Na tessitura da precarização do trabalho, é possível reconhecer os cumpridores de penas alternativas, pois são indivíduos que lidam diariamente com o medo, insegurança e com as formas precarizadas de trabalho, como os subempregos, e sobremaneira se constituem, na maioria das vezes, como um exército de mão de obra barata e desqualificada.

O precariado, por sua vez, várias dimensões do trabalho e grupos de pessoas em todo o mundo. São pessoas que tem relações estreitas com as garantias de trabalho mínima, baseadas geralmente em rendas precárias, trabalhos inseguros, temporários, com poucas perspectivas de integração e crescimento profissional (STANDING, 2013).

Considerando os estudos de Biscaia e Souza (2005), a maioria das pessoas sancionadas criminalmente, está inserida na teia da precariedade antes mesmo de passar por um processo penal, uma vez que são criminalizadas pela própria sociedade e pelo desenvolvimento do capitalismo que regulam a dinâmica dos indivíduos.

A criminalidade é um fenômeno que sempre existiu em todas as sociedades e faz parte da história da humanidade, sendo inerente a convivência social, intensificando-se com o desenvolvimento do capitalismo, pois o acúmulo de capital nas mãos de uma minoria gera exclusão de quase todo o resto da população, o que, por sua vez, faz aumentar o nível de pobreza, desemprego violência, etc. (BISCAIA; SOUZA, 2005, p. 128).

Podemos compreender que esses indivíduos têm relações estreitas com a sociedade e vivenciam a precarização antes, durante e após o cumprimento de suas penas, bem como não se restringe apenas ao mercado de trabalho, mas aos aspectos do cotidiano, na família, na discriminação e nas relações com a própria identidade, de ser e estar na sociedade.

Como podemos definir quem é o egresso do sistema prisional? A definição é feita em consonância com o artigo 26 da Lei de Execuções Penais nº 7.210/84, a qual estabelece o egresso em duas categorias: o indivíduo que já foi liberado definitivamente pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional durante o período de prova.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que os egressos do sistema prisional se enquadram nessa nova dimensão do trabalho e por apresentarem algumas características do precariado, dentre elas: a) Pouca esperança de integração social; b) Desprovidos das formas de garantias relacionadas ao trabalho; c) Propensos à renda precária; d) Pouca ou quase nenhuma perspectiva de crescimento.

O egresso prisional enfrenta muitas barreiras que dificultam a reinserção no mercado de trabalho, uma delas é a consulta aos antecedentes criminais que os impedem de conseguir um trabalho de carteira assinada, visto que muitas empresas têm restrições quanto à contratação desse público, uma delas o preconceito.

A integração social do egresso prisional é afetada pelos antecedentes criminais que bloqueiam sua recolocação ao mercado de trabalho e condena o envolvimento deste com a justiça, principalmente em uma sociedade onde a identidade social do indivíduo é compreendida pelas ações praticadas (MAIA, 2003).

As empresas juridicamente são respaldadas pela obrigatoriedade da apresentação do antecedente criminal. Segundo pesquisa realizada no site do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT/MG), o processo de consulta criminal é considerado uma prática legal e qualquer empresa pode exigir os antecedentes criminais de seus funcionários e candidatos, não sendo considerado um ato discriminatório.

No entanto, vale destacar que o empregador tem a obrigação de conhecer qual o regime de cumprimento de pena do candidato (fechado, semiaberto, aberto ou egresso), visto que essa informação influencia diretamente nas obrigações legais para com o empregado (BRASIL, 2011).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disponibiliza em sua plataforma digital, a Cartilha do Empregador. Neste informativo é possível verificar orientações de como a empresa ou o empregador deve proceder legalmente no trâmite da contratação, sendo ainda possível conhecer os direitos e deveres para com os egressos prisionais.

Apesar de serem legalmente amparados pela Lei de Execuções Penais e por outras leis, os egressos apresentam poucas garantias de trabalho. Ainda há um considerável déficit na contratação desse público no país, condição que aumenta a procura dos egressos por trabalhos terceirizados ou informais como o setor da construção civil.

No que tange ao universo do precariado e das novas formas de ocupação de trabalho, encontramos ainda o setor da construção civil e sua instabilidade nas relações de trabalhos temporários, popularmente conhecidos como “bicos”.

O setor de construção civil é caracterizado pela predominância da precarização, por meio de contratações de mão de obra barata e pouco qualificada, relações de trabalho informais, condições de trabalho precárias, altas taxas de rotatividade e recebe um grande contingente de pessoas com pouca escolaridade ou quase nenhuma qualificação profissional (COSTA, 2015).

Por essa circunstância, a informalidade é um dos principais caminhos percorridos pelos egressos prisionais, diante das dificuldades de contratação formal, é normal que estes indivíduos recorram aos trabalhos informais, fato que os fazem propensos a terem uma renda precária, outra característica do precariado.

Analisando esses pressupostos, os egressos prisionais mostram estar envolvidos nessas novas ocupações do trabalho, através do trabalho

como autônomo, uma vez que, “no âmbito do mercado de trabalho, direitos de estabilidade são trocados por ocupações de segunda categoria, indicando que o abandono da luta pelo pleno emprego leva inexoravelmente à precarização de parte das ocupações” (POCHMANN, 2003, p. 19).

Outra razão que materializa o egresso como um sujeito inserido no precariado encontra-se na questão da baixa escolaridade e a poucas oportunidades de qualificação profissional que geram pouca perspectiva de crescimento ao mesmo. Esse conjunto de fatores exercem forte influência sob a vida dos egressos, uma vez que as chances de conseguir uma vaga no mercado formal de trabalho são escassas e quase inexistentes.

O mínimo acesso da população aos benefícios sociais básicos como educação, a baixa escolaridade gera baixa qualificação profissional, desenvolvendo o crescimento do desemprego, subemprego no mercado de trabalho informal como meios de sobrevivência dos mais pobres (MAGALHÃES; NEVES, 2011).

Conforme o último levantamento divulgado pelo Instituto de Informações Penitenciárias (INFOPEN), do Ministério da Justiça em junho de 2014 em relação à escolaridade: 53% têm ensino fundamental incompleto, 11% têm ensino médio incompleto, 9% são alfabetizados sem cursos regulares e 6% são analfabetos. Apenas 2% possuem curso superior (BRASIL, 2014).

Sabe-se, portanto, que as dificuldades da recolocação do egresso prisional ao mercado de trabalho ainda são bastante expressivas e em conjunto com os fatores que foram explanados, torna-se motivo de reflexão, o preconceito e o estigma, sendo que estes também contribuem para a problemática da reincidência criminal.

Para Goffman (1988) o estigma é compreendido como uma maneira de categorizar os indivíduos que não se enquadram nos padrões “normais” da sociedade, onde são categorizados por sua identidade, status e ocupação social. Dessa forma, a estigmatização envolve os padrões estabelecidos, as normas e modelos sociais cristalizados, que hoje estão diretamente relacionados às formas de inserção ou exclusão.

Em relação ao preconceito, Bandeira e Batista (2002), o conceituam como um reprodutor eficaz da discriminação, exclusão e violência e atua nas mais diversas manifestações e esferas da vida, regulado geralmente por aqueles que têm algum tipo de poder na sociedade.

O fenômeno da exclusão social é analisado por Neves (2006) como um processo de vulnerabilidade e corte nos vínculos em diversas dimensões da vida em sociedade. Ainda de acordo com a autora, as pessoas excluídas econômica e socialmente são mais vulneráveis a situação de pobreza, principalmente aquelas com pouca qualificação profissional.

É importante ressaltar que o contexto social, econômico, político e cultural do país influencia diretamente nas dinâmicas da vida social e contribuem para o aprofundamento das questões sociais, da falta de garantia dos direitos sociais e com o crescente aumento de indivíduos em situação de insegurança, vulnerabilidade e exclusão.

Ao sair do sistema prisional, o egresso que está inserido em uma gama de estigmas preestabelecidos, ao procurar por emprego, visualizam poucas possibilidades de conseguir um trabalho formal ou de se qualificar. Geralmente, acabam se inserindo no mercado informal de trabalho, onde não há consulta da ficha criminal dos empregados.

Nesse entendimento, Standing (2013) explica que os egressos prisionais estão “alimentando” o precariado, pois grande parte dessa população é criminalizada de uma maneira ou de outra, e assim, a cadeia se torna uma “incubadora do precariado”. A este propósito, o autor enfatiza que:

A criminalização condena as pessoas a uma existência precariada de empregos inseguros e sem possibilidade de carreiras e a uma capacidade cada vez menor de manter um curso de vida estável de longo prazo [...] além de serem punidos por qualquer crime que cometeram, vão descobrir que a punição é acentuada por barreiras à sua regular participação na sociedade. (STANDING, 2013, p. 138-139).

A partir do pensamento de vários teóricos que se debruçam sobre os estudos direcionados a precarização do trabalho, é possível embasar nossa reflexão de que o egresso prisional é um indivíduo que integra, ou seja, faz parte da dimensão do precariado, que se materializa através de uma conjuntura que o insere nas características desta classe, limitando-o a uma existência insegura e precária.

Por outro lado, vale refletirmos sobre a necessidade de repensarmos acerca da consolidação das leis tanto nos âmbitos nacionais e estaduais, como um passo fundamental para a efetividade de medidas e programas de ressocialização através de oportunidades de trabalho para os egressos prisionais.

Paralelamente, devem ser pensadas novas políticas públicas que garantam, de maneira efetiva, que essas determinações sejam cumpridas e

colocadas em prática, em virtude de muitas dessas leis não se tornam concretas na realidade dos egressos que buscam retornar ao mercado de trabalho.

Diante do que foi exposto, é perceptível o reconhecimento de que essa discussão merece mais amparo não somente do poder público, mas pela sociedade em geral. Há muito que se debater sobre essas questões, visto que a precarização não está apenas em uma esfera, mas em várias e atinge também o egresso do sistema prisional que são rotulados por estereótipos e pela experiência do encarceramento e da criminalização.

É fundamental a relevância de se pensar em novas políticas públicas que sejam mais eficazes em estabelecer subsídios para o fortalecimento dos vínculos empregatícios entre empresa e egresso.

Apesar das proporções perversas do precariado, o trabalho em uma perspectiva marxista possui um papel fundamental e positivo para o ser social, sendo um mediador no processo de reintegração social e por trazer um sentido de pertencimento e porventura de emancipação do sujeito.

Considerações finais

A precarização do trabalho na sociedade moderna vem atingindo um contingente bastante expressivo de populações em todo o mundo, não escolhe uma classe específica de pessoas, além de atingir todas as esferas dos direitos humanos (civis, culturais, sociais, econômicos e políticos).

As mudanças que ocorrem no universo do trabalho majoritariamente imposta pelos modos de produção capitalista e intensificada pelas diretrizes do neoliberalismo econômico, desestruturam os modos de produção, provocando a insegurança nos empregos formais e expandiu novas formas de trabalhos informais e precários.

No decorrer desse artigo, procurou-se demonstrar que ocorreram graves consequências e transformações societárias profundas, como a exclusão social da maior parcela da população aos direitos básicos de sobrevivência, fragilizando os laços dos indivíduos com as relações de trabalho, além de agravar as questões sociais, com o aumento da pobreza, miséria e da criminalidade.

É nesse contexto que procuramos refletir sobre um público que também está inserido nesse contingente do precariado: os egressos do sistema prisional. São sujeitos que, apesar das leis existentes, carregam consigo a marca do preconceito ao tentar a reinserção ao mercado de trabalho.

Cabe salientar a existência de poucas políticas públicas que efetivem a garantia de trabalho aos egressos prisionais, os quais encontram raras oportunidades no mercado formal. São pessoas facilmente absorvidas pelas vias da precarização do trabalho, com baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, poucas perspectivas de crescimento, renda precária e quase ou nenhuma garantia de direitos.

Na maioria dos casos, são estigmatizados pelo convívio na sociedade, vivem, assim como outros grupos inseridos no precariado, em constante insegurança, sobrevivendo de trabalhos cada vez mais instáveis e precários.

Essas situações adversas vivenciadas pelos egressos constroem barreiras para a sua recolocação ao mercado de trabalho e paralelamente ao convívio social, o que nos chama atenção para o despreparo tanto do Estado quanto da sociedade.

Foucault (2009) nos traz à luz o pensamento de que a prisão é um instrumento reprodutor de violência e mazela social. Essa reflexão se torna um caminho para se discutir a temática em questão, na mesma proporção nos mobiliza a pensar na ampliação de políticas públicas aos indivíduos sancionados criminalmente, que atendam as demandas peculiares dos egressos prisionais.

É nessa perspectiva que o presente artigo propôs tecer suas reflexões, onde se procurou dialogar teoricamente com alguns autores que abordam essas questões no bojo de suas pesquisas científicas. Assim como, procurou-se dar visibilidade a temática debatida, pois ainda há uma carência nítida em pesquisas científicas locais.

A partir do que foi abordado, podemos depreender que há grande necessidade em ampliar os estudos científicos acerca da problemática do egresso prisional e enxergá-lo como parte do precariado, pois é um alvo constante da precarização do trabalho na sociedade contemporânea.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acesso em 10 de jul. 2016.

- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Cartilha do Empregador. 2011. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/campanha2011/cartilha_do_empregador.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 13 de set. 2017.
- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 10, n. 1, 2002. p. 126-128.
- BISCAIA, Larissa Suzane; SOUZA, Maria Antônia de. Penas alternativas: dimensões socioeducativas. *Revista Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Ling. Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)*, Ponta Grossa, 13 (2), p. 127-135, 2005.
- BUENO, Francisco. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. São Paulo: Lisa, 1988. p. 25.
- COSTA, Luciano. A construção da precariedade: o setor da construção civil no Brasil e na França. In: PERALVA, Angelina e TELLES, Vera da S. (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. p. 171-184.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 251-252.
- GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 26-29.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. p. 5-6.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 135-145.
- KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: Um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 24, n. 69, fev. 2009, p. 22-23.
- LEITE, Márcia. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia e ARAÚJO, Ângela Maria (Orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume; FIESP, 2009. p. 67-68.

MAGALHÃES, Fernanda de; NEVES, Marília Nogueira. O perfil do egresso do sistema prisional de Uberlândia. Revista da Faculdade Católica de Uberlândia. Uberlândia, v. 3 n. 5. jan./jul. 2011, p. 12-16.

MAIA, Denise da Conceição. A falta de qualificação profissional como um dos fatores na reincidência do preso. 2003. 45 f. Monografia de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003, p. 34-35.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

NEVES, Magda de A. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: PORTO, Maria Stela e DWYER, Tom (Orgs.). Sociologia em transformação: pesquisa social no século XXI. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006. p. 147-158.

POCHMANN, Márcio. As perspectivas do trabalho na economia moderna. In: DOWBOR, Ladislau et al. (Orgs.). Desafios do Trabalho. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 17-18.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 22-139.

TRT/MG. Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais. Decisões do TST sobre exigência de certidão de antecedentes criminais para contratação. Disponível em: <<http://portal.trt3.jus.br>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

WOLECK, Aimoré. O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica. Revista de divulgação técnico científica do Instituto Catarinense de pós-graduação Leonardo Pós. Santa Catarina, v.1, jan./jun. 2002, p. 4.

O registro arqueofaunístico no Forte General Paz (Distrito de Carlos Casares, província de Buenos Aires, Argentina)

*Julio Fabián Merlo
Diana Sandra Tamburini
Juan B. Leoni*

Introdução

Durante o século XIX, no território que ocupa atualmente a Argentina teve lugar um processo de expansão territorial que tinha como objetivo incorporar extensões de terras para o modelo agrícola e pecuário predominante na atual região pampeana. Esse território foi marcado pela implantação de fortes e fortins que conformavam a linha de fronteira contra os ataques dos indígenas. Como consequência dos avanços efetuados, foi construído o Forte General Paz em finais da década de 1860. A guarnição do forte mudou com os anos, mas, normalmente, consistia de um regimento de cavalaria e de um batalhão de infantaria, mais contingentes variáveis de baqueanos, Guardas Nacionais e índios amigos das tribos de Coliqueo, Manuel Grande e Tripailaf.

Esta circunscrição militar formava parte de um sistema de defesa no atual distrito de Carlos Casares, província de Buenos Aires. Foi instalado em um período de grande hostilidade entre os grupos de indígenas e a sociedade nacional argentina, como resultado de um novo avanço da linha de fronteira em terras indígenas. As fronteiras internas deste período foram uma área geográfica muito complexa nos aspectos político, cultural, simbólico e social, onde vários processos de negociação, poder e identidade foram desenvolvidos. Esta fortificação funcionava como um enclave fronteiriço onde existiu uma comunidade complexa composta de uma variedade de atores sociais (LEONI *et al.* 2013).

No presente trabalho, apresenta-se a análise do conjunto arqueofaunístico do Forte General Paz (FGP), que funcionou como centro de comando da Fronteira Oeste de Buenos Aires entre 1869 e 1877. Em um contexto geral, o conjunto arqueofaunístico analisado constitui uma evidência

material relevante das espécies faunísticas destinadas à alimentação desse enclave fundamental na fronteira.

O sítio arqueológico Forte General Paz (SFGP) localiza-se no distrito de Carlos Casares (província de Buenos Aires, Argentina) (Figura 1). Funcionou como centro de comando da Fronteira Oeste entre 1869 e 1876. O tamanho e a variada composição da guarnição fizeram deste forte um importante enclave da fronteira, com uma função central na ofensiva militar, mas também se tornou um polo que aglutinou a variada população civil e descendente de europeus e indígenas.

FRONTEIRA OESTE (SÉCULO XIX)

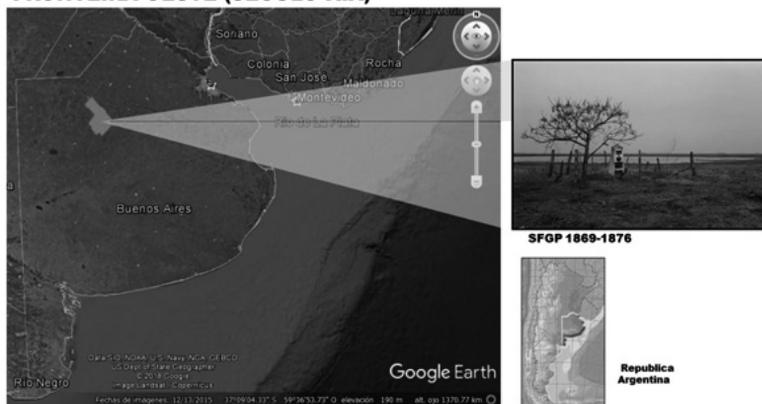


Figura 1. Localização do monólito comemorativo e do distrito de Carlos Casares, província de Buenos Aires, Argentina.

Os trabalhos de campo

No SFGP estão sendo realizados trabalhos de campo desde 2006, nos quais foram identificados diferentes usos espaciais da fortificação, seus diversos componentes, atividades e práticas desenvolvidas pelos habitantes. Foram aplicadas diferentes técnicas, incluindo a pesquisa histórica, cartográfica e aerofotográfica, o reconhecimento do terreno, a prospecção geofísica, bem como as coletas superficiais sistemáticas e as sondagens exploratórias que possibilitaram a identificação dos recintos que formaram parte dos prédios do forte e uma área de descarte. No ano de 2006, foi realizada uma coleta superficial sistemática destinada a registrar e recuperar a distribuição espacial dos artefatos na área, dispersos por causa das diferentes atividades agrícolas e acompanhados de escavações estratigráficas. O conjunto

artifactual destaca-se pela sua diversidade, refletindo uma amplo especto de atividades e representantes sociais. Os trabalhos de campo produziram um rico e diversificado corpus artefactual, que permite interpretar a organização espacial do sitio, as atividades nele e a natureza temporária da sua ocupação (LEONI *et al.* 2007).

O registro arqueofaunístico no sfgp

A totalidade da amostra arqueológica do SFGP tem sido afetada por diferentes agentes culturais e naturais, processos que, atualmente, continuam alterando o grau de resolução do registro arqueológico (*sensu* BINFORD, 1981). Portanto, os resultados tafonômicos da amostra estão fortemente relacionados aos diferentes agentes naturais e culturais que afetaram o sitio, desde o momento em que os elementos passaram a formar parte do registro arqueológico até os eventos que ocorrem na atualidade. Para estabelecer o grau de meteorização, é necessário levar em consideração que a amostra faunística está composta por materiais ósseos que representam momentos, presumivelmente prévios e posteriores à ocupação do SFGP e à contínua reocupação por parte da população contemporânea.

Para analisar especificamente a meteorização, não foram levados em conta aqueles elementos ósseos que apresentassem sinais de alteração térmica. A maioria dos restos ósseos dos mamíferos estudados apresenta um estágio de meteorização 3 (59%), segue-se do estágio 2 (27%), o estágio 4 (13%) e, em menor proporção, os estágios 1 e 5 (1%).

A análise arqueofaunística foi realizada sobre o conjunto total dos *táxons* recuperados nos diferentes trabalhos de campo efetuados no SFGP, toda vez que não foi possível diferenciar as áreas de descarte que representassem diferentes grupos sociais ou castrenses. Registrou-se uma importante concentração de fragmentos ósseos, que representa 49% (n=3480) do total dos achados e que se distribui nas sondagens realizadas sobre o campo arado (Tabela 1).

FORTE GENERAL PAZ	ósseo	lítico	vidrio	metal	tijolo	TOTAL
Nº =	3480	12	2755	210	183	6640
EM %	49	0	39	3	3	100

Tabela 1. Achados de materiais recuperados nos diferentes trabalhos realizados na área do SFGP.

Em primeiro lugar, foram classificados os fragmentos de unidades anatômicas por espécies. No caso dos ossos que não puderam ser identificados, estes foram classificados nas categorias de Mamíferos Grandes (MG) representados pelas espécies *Bos p. taurus* (boi) e *Equus f. caballus* (cavalo); Mamíferos Médios (MM), para as duas únicas espécies determinadas, *Ovis o. aries* (ovelha) e *Ozotoceros b. celer* (veado-campeiro), e Mamíferos Pequenos (MP), que inclui o grupo de tatus que predominam na região, *Chaetophractus villosus* (grande tatu peludo), *Dasypus hybridus* (tatu-mulita). Igual procedimento foi aplicado à escassa presença de aves (Merlo 2014; Figura 2).

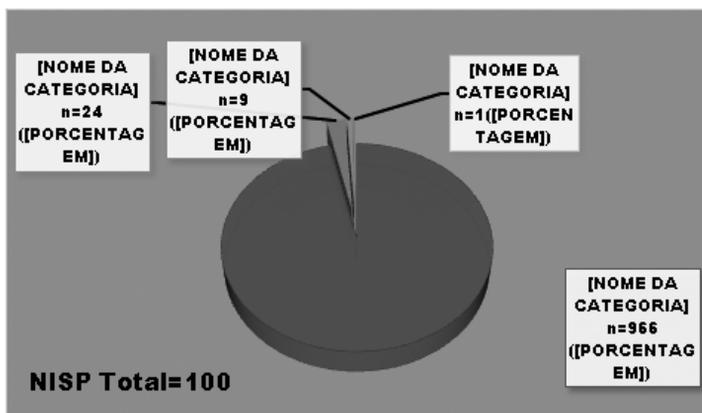


Figura 2. Distribuição percentual dos diferentes tamanhos dos fragmentos ósseos que representam as categorias de espécies determinadas.

Com respeito aos mamíferos grandes (MG), a recuperação dos fragmentos ósseos de *Bos p. taurus* predomina notavelmente sobre o restante representando 97% (n=96) do conjunto. Muitas das unidades anatômicas estão alteradas termicamente em grau de queimado e calcinado e, em menor proporção, parcialmente queimado e sem queimar. A maioria dos restos ósseos dessa espécie (82%) está modificada, enquanto 18% do total não apresenta alterações. Dentre as modificações de origem natural, observaram-se aderências inorgânicas, marcas de raízes, carnívoros e pisoteio. As primeiras e as últimas predominam sobre as restantes e podem dar conta do estado de conservação da amostra. As marcas atribuídas aos carnívoros são relativamente baixas (n=26) comparadas com o restante das marcas produzidas pelos processos naturais. As modificações

originadas pelos agentes culturais que foram identificados exibem uma importante quantidade de marcas de corte e esquarteramento (n=63; figura 4), que foram registrados em unidades anatômicas de diferentes partes do esqueleto. Observou-se o predomínio das marcas de corte nos ossos que representam as zonas de maior conteúdo de carne (e.g. costelas, vértebras lombares e cervicais, escápulas, fêmur, dentre outros). Também foram registradas modificações antrópicas naqueles ossos de rendimento econômico médio e baixo (e.g. astrágalo, calcâneo autopodium, rádio-ulna, dentre outros).

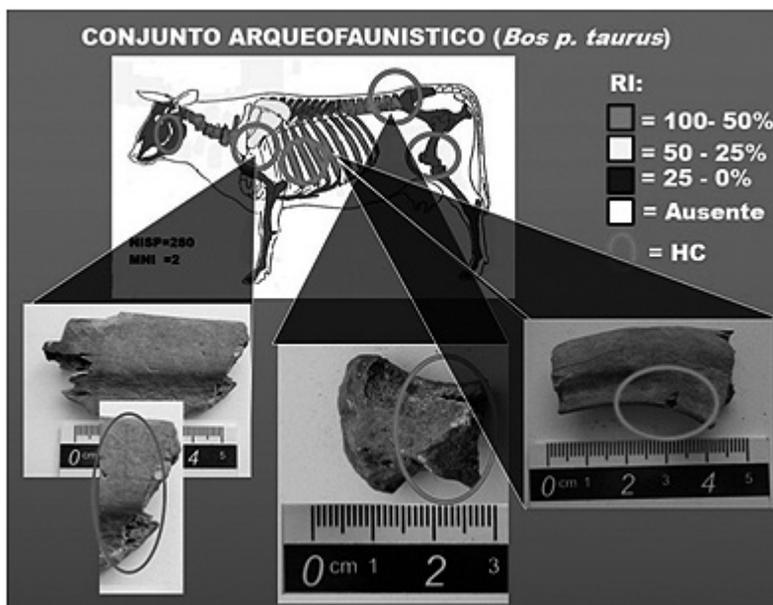


Figura 3. Esquema em porcentagem das unidades anatômicas que representam a frequência de partes esqueléticas de *Bos p. taurus* com imagens com detalhes de marcas de corte, recuperados nas escavações do SFGP.

No que refere a *Equus f. caballus*, este representa 6% (n=20) da amostra. Na maioria dos restos ósseos dessa espécie, assim como com *Bos p. taurus* (71%), observam-se modificações naturais e culturais, enquanto 29% não apresenta alterações. Dentre as modificações de origem natural, observaram-se aderências inorgânicas, marcas de raízes, carnívoros e pisoteio, dentre outras características semelhantes ao restante das espécies.

Também foram observadas marcas de corte (n=8, ver figura 4), registradas em diferentes unidades anatómicas. As modificações produzidas por alteração térmica exibem um padrão semelhante a *Bos p. taurus*, porém, em menor proporção.

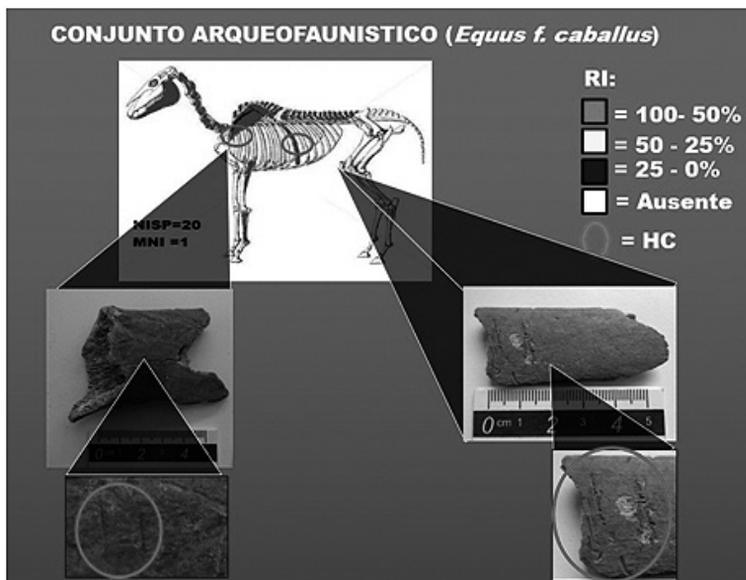


Figura 4. Esquema em porcentagem das unidades anatómicas que representam a frequência de partes esqueléticas de *Equus f. caballus* com detalhes da evidência de marcas de corte.

Na Figura 5, pode se observar a distribuição das partes esqueléticas presentes: o crânio, parte das patas da frente (autopodium e rádio-ulna), parte do esqueleto pós-craniano (escápulas, costelas e vértebras cervicais, torácicas e lombares) ossos de rendimento econômico baixo, médio e alto. A ausência de representação das patas posteriores e a baixa presença de ossos longos como costelas podem ser atribuídos a diferentes processos culturais e naturais. Essas partes poderiam ter sido utilizadas como combustível, ou desmembradas e deslocadas para outros setores ou armazenadas (charque), trocadas com os índios, ou mesmo ter sofrido os efeitos de outros processos pós-deposicionais.

Na categoria dos mamíferos médios (MM), foram registrados fragmentos ósseos de *Ovis o. aries* (n=34), que predominam notavelmente

sobre os de *Ozotoceros b. celer* (n=1). Esse grupo representa 2% (n=24) do conjunto faunístico analisado no SFGP. Da primeira espécie, foram recuperados fragmentos de unidades anatómicas de rendimento econômico alto, médio e baixo. Ao contrário dos MG, observou-se menor quantidade de modificações naturais e culturais. No caso das últimas, foram registradas em poucos ossos (n=3) e a maioria das marcas correspondia a descarnado e não a espostejamento. Também foram observadas alterações térmicas em proporção bem menor e em graus menos elevados (e.g. parcialmente queimado).

Foram registradas marcas de corte e esquitejamento no coxal esquerdo de *Ozotoceros b. celer*. Pelo contrário, não foi registrado processamento com uso do fogo. Apesar da presença de uma única unidade anatómica dessa espécie, foi possível registrar claras evidências de intervenção antrópica (Figura 5).

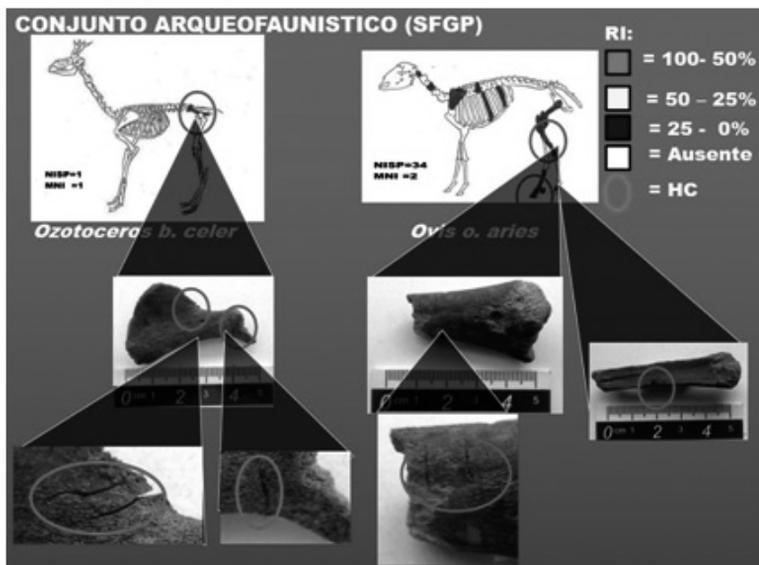


Figura 5. Esquema em porcentagem das unidades anatómicas que representam a frequência de partes esqueléticas de *Ovis o. aries* y *Ozotoceros b. celer* com detalhes da evidência de marcas antrópicas.

Os mamíferos pequenos (MP), representados por tatus (*ChaetophRACTUS villosus*, *DasyPUS hybridus*), constituem 1% (n=9) do total da

amostra. Contudo, é importante destacar que a concentração de achados arqueológicos dessas espécies ocorreu geralmente nas áreas mais elevadas do sítio. Anteriormente, foi possível observar que, nos demais sítios em que o trabalho foi realizado, Fortim El Perdido e Fortim La Parva, os tatus buscaram as áreas mais elevadas para cavar suas tocas (Merlo 2014). Situações semelhantes foram registradas em um trabalho experimental realizado por Mello Araujo e Marcelino (2003) com tatus (subespécie *Chaetophractus novecentus*). Essas espécies não só produzem uma perturbação do registro arqueológico, mas também aumentam a presença de unidades anatómicas não contemporâneas à ocupação do SFGP. Os restos do grande tatu peludo (n=13) predominam sobre os do tatu-mulita (n=3); em ambos os casos, correspondem ao esqueleto pós-craniano e exoesqueleto, sendo escassa a presença de fragmentos ósseos alterados termicamente, contrariamente ao que ocorre nos sítios Localidade Arqueológica El Perdido (LAEP), Forte Lavalle (FL) e Forte Blanca Grande (FBG), distrito de Olavarría, província de Buenos Aires, Argentina. No tocante às partes esqueléticas, estão presentes quase todas as unidades anatômicas, apenas foi registrada uma marca de corte num coxal de *Chaetophractus villosus* adulto (Figura 6). Aliás, foi registrado um fragmento de osso de ave atribuível a um elemento ósseo de *Nothura masculosa* ave pequena (AP, n=1). Os restos ósseos provêm das diferentes áreas trabalhadas.



Figura 6. Esquema em porcentagem das unidades anatômicas que representam a frequência de partes esqueléticas dos tatus registrados no SFGP com detalhes da evidência de marcas antrópicas.

A Tabela 2 exhibe a distribuição, em termos de NISP, NISP percentual e MNI dos restos ósseos em que foi possível identificar a espécie (n=352). Tal como nos demais sítios fortificados pesquisados, a proporção de representatividade de *Equus f. caballus* dentro do grupo de MG é menor.

As partes esqueléticas presentes pertencem, mormente, ao esqueleto axial com claras evidências das marcas de procedimento. Essa espécie, menos representada do que *Bos p. taurus*, poderia indicar duas situações diferentes: de um lado, o uso primário desse táxon como meio de transporte e, em menor proporção, para o consumo, uma vez que os descendentes de europeus e nativos não costumavam consumir carne de cavalo de forma prioritária. O elevado NISP e MNI de *Bos p. taurus* e o escasso predomínio de ossos de cavalos com marcas de consumo confirmam-no. De qualquer forma, é necessário levar em consideração que, nas áreas de fronteiras, especialmente na segunda metade do século XIX, a interação entre os descendentes de europeus e nativos com os povos originários intensificou-se. As relações foram diversas, com momentos de alta fricção, e momentos pacíficos e de troca. As tribos de índios amigos podem ter influenciado o consumo de *Equus f. caballus*, tal e como o evidencia o registro arqueofaunístico do SFGP. As fontes documentais da época, bem como os escritos de Mansilla sobre os índios Ranqueles, ou as descrições de Parchappe em sua campanha militar, quando fundou o Forte Cruz de Guerra (1828), mencionam o consumo de cavalo como uma prática culinária frequente (Mansilla 1980; Parchappe 1977).

TAXA DEL FGP	Nome comum	NISP	%	MNI
<i>Equus f. caballus</i>	Cavalo	20	6	1
<i>Bos p. taurus</i>	Vaca	280	79	2
<i>Ovis o. aries</i>	Ovelha	34	10	2
<i>Ozotoceros b. celer</i>	Cervo dos pampas	1	0	1
<i>Chaetophractus villosus</i>	Peludo	13	4	2
<i>Dasyus hybridus</i>	Mulita	3	1	1
<i>Nothura masculosa</i>	Comun perdiz	1	0	1
Mamalia indet.		1064		
pássaros		1		
Soma del NISP:		352	100	
NISP TOTAL:		2481	35	
Espécimes não identificados:		999	65	
NSP Total:		3480	100	

Tabela 2. Número relativo e absoluto dos diferentes táxons representados no SFGP.

Os restos de *Bos p. taurus* indicam que essa espécie foi o principal recurso econômico para consumo e comércio de gado, altamen-

te representada tanto nas sondagens quanto nos diferentes transectos de coletas superficiais realizadas. As partes esqueléticas registradas exibem uma alta representatividade do total do esqueleto pós-craniano, isto é, aqueles ossos que carregam as partes de rendimento econômico alto, médio e baixo, predominando os indivíduos adultos sobre os jovens, com evidências de marcas de processamento. Também foi registrado um alto índice de alteração térmica das unidades anatómicas. As variáveis analisadas exibem a funcionalidade intensamente econômica dessa espécie na fronteira. *Bos p. taurus* virou o recurso econômico e de troca fundamental durante grande parte do século XIX, característica que se mantém atualmente apesar da introdução massiva de outras espécies, como *Ovis o. aries* ou a intensa produção de cultivos.

Existem registros adiantados da exploração de *Ovis o. aries* para o sul do rio Salado, porém, a produção massiva dessa espécie na província de Buenos Aires incrementou-se depois de 1850, junto com a exportação de lã à Inglaterra. A partir desse período, intensificaram e modificaram-se os meios de produção na região pampeana. Incrementaram-se a incorporação das cercas de arame (depois de 1844), galpões de tosquia, tesouras de tosquia, bacias de banho de ovelhas, e etc. (BARKSKY e DJENDEREDJIAN, 2003; SABATO, 1989; MERLO, 2014). Esse táxon continuou sendo consumido durante o período em que funcionou o SFGP.

Quanto a *Ozotoceros b. celer*, apesar de ser uma espécie em estado de extinção e de que, em muitos dos sítios trabalhados posteriores à metade do século XIX, sobre a Fronteira Sul não há evidências, contrariamente ao registro arqueológico do SFGP (1869/1876) de presença na Fronteira Oeste (noroeste da província de Buenos Aires). De qualquer maneira, não fica desestimada a possibilidade de que tenha havido um aproveitamento prévio à fundação da fortificação ou nos primeiros momentos de ocupação do local.

A presença de tatus (*Chaetophractus villosus*, *Dasyus hybridus*) em sítios fortificados da região pampeana é muito característica, toda vez que estes animais de hábitos fossoriais buscam taludes ou zonas altas com baixo risco de alagamento para fazer suas tocas. Contudo, o consumo destas espécies silvestres autóctones, fáceis de caçar e de processar, não pode ser descartado. No SFGP registrou-se um osso de tatu com claras evidências de processamento, que poderiam ter tido lugar no momento de ocupação do sítio, antes ou depois. A resolução do registro arqueológico da área não per-

mite definir essas questões com precisão. As fontes documentais complementadas com o registro arqueológico oferecem indícios para se considerar o consumo de tatus por parte dos habitantes da fronteira (ARMAIGNAC [1883], 1976; DARWIN, 1940 [1833]; DE JONG e SATAS, 2011; GARCÍA, 1974; MERLO, 2015; PARCHAPPE, 1977, entre outros).

Discussão

Quanto à fauna, o objetivo fundamental desse trabalho, uma parte importante dos restos ósseos pôde ser assinalada como espécies tanto autóctones quanto europeias. Dentre as primeiras, registrou-se a presença de *Ozotoceros b. celer* com claras evidências de consumo, mamíferos de menor tamanho como *Chaetophractus villosus*, com evidências de processamento (marcas de corte) e presença de ossos de outras espécies, como *Dapsipus hibridus*, *Nothura masculosa*, sem registro de modificações antrópicas. Dentre os *taxa* domésticos, *Bos p. taurus* e *Ovis o. aries* apresentaram maior número e evidências de processamento cultural, enquanto *Equus f. caballus* teve menor proporção de achados. As duas primeiras espécies foram levadas para o SFGP para fins de consumo e comerciais, enquanto a terceira teve como função principal a de meio de transporte, embora não seja desestimado o consumo tanto pela sociedade descendente de europeus e nativos quanto pelos índios. Neste ponto é importante destacar que essa fauna formou parte da dieta dos habitantes da região de fronteira, conforme às rações alimentares que fornecia o governo.

Os restos arqueológicos sofreram processos pós-deposicionais tanto naturais quanto culturais, o que gerou o deslocamento de materiais quer no sentido vertical, quer no sentido horizontal. Estes processos, somados aos fatores geomorfológicos, dificultam a distinção de estratos ou níveis que possam ter correspondido a diferentes momentos de ocupação do SFGP e suas mediações. Apesar da impossibilidade atual de detectá-lo arqueologicamente, não fica descartada a factibilidade do emprego de recursos faunísticos locais em uma primeira etapa de ocupação da população no local, dados que contam com registros documentais por escrito. A posteriori, o incremento de colonos no local e a venda de terras a particulares geraram a redução do aproveitamento desses recursos locais, para serem substituídos pela produção e o consumo de animais domésticos introduzidos que continuam sendo utilizados hoje.

Conclusões

O processo expansionista implantado durante o período de formação do Estado nacional na Fronteira Oeste (1850-1880) gerou a introdução massiva de descendentes de europeus e nativos de diferentes condições sociais (proprietários de terras, fazendeiros, juizes de paz, sacerdotes, soldados, trabalhadores rurais e as famílias destes), que interagiram com as parcialidades indígenas do lugar. Esse novo incremento populacional gerou a demarcação de novos espaços e uma maior produção de recursos faunísticos domésticos como *Bos p. taurus* e *Equus f. caballus* e, posteriormente, *Ovis o. aries*, passando de uma economia de exploração diversificada de espécies silvestres e domésticas preexistentes, para a produção e o consumo de espécies introduzidas. Essas tendências foram observadas no registro arqueofaunístico do SFGP, tal como nos sítios de ocupações contemporâneas localizados sobre a Fronteira Sul (e.g. Forte Blanca Grande (FBG), Fortim La Parva (FLP) Localidade Arqueológica El Perdido (LAEP) e Forte Lavalle Sur (FL)).

O registro arqueológico se complementa com as fontes documentais da época, dessa forma, foi possível distinguir os contextos sociais que influenciaram na formação do registro arqueológico. Em relação aos hábitos alimentares evidenciados através das marcas de corte registradas nos ossos, pode-se afirmar que *Equus f. caballus* foi consumido em baixas proporções; *Bos p. taurus* e *Ovis o. aries* com maior frequência, e observou-se escassa evidência de consumo de *Ozotoceros b. celer* e de tatus. Adicionalmente, registrou-se a presença de uma unidade anatômica de *Nothura masculosamasculosa*, mas ela não apresentava marcas de corte. Os documentos escritos consultados também referem o consumo dessas espécies silvestres. Os restos ósseos analisados até agora evidenciam escassa presença de alteração térmica. As pesquisas realizadas sobre os assentamentos da Fronteira Sul e Oeste de grande parte do século XIX, marcam claras evidências de lugares estratégicos para a troca entre etnias, toda vez que elas formaram parte dos territórios pertencentes às populações originárias que, de maneira simétrica e assimétrica, interagiram com os colonos de diferentes naturalidades. Essa análise, portanto, demonstra que houve uma estreita conexão entre a fauna e a história do Forte General Paz.

Agradecimentos

Essa pesquisa só pôde ser realizada com o apoio do município Carlos Casares; o Departamento de Arqueologia da Faculdade de Huma-

nidades e Artes da Universidade Nacional de Rosário e as “Investigações Arqueológicas Post-Conquista da EU-INCUAPA-CONICET-UNICEN, da Faculdade de Ciências Sociais de Olavarría.

Referencias

ARMAIGNAC, Henry. *Viajes por las Pampas Argentinas. Cacerías en el Quequén Grande y otras andanzas. 1869-1874*. EUDEBA, Buenos Aires, [1883] 1976.

BARSKY, Osvaldo y Julio DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la expansión ganadera hasta 1895*. Universidad de Belgrano, Siglo XXI, Buenos Aires, 2003.

BINFORD, Lewis. *Bones: Ancient men and modern myths*. Academic Press, New York, 1981.

DARWIN, Charles. *Viaje de un naturalista alrededor del mundo*. Tomo I. Espasa-Calpe. S.A. Madrid, pp:143-165, 1940 [1833].

DE JONG, Ingrid y Valeria SATAS. *Teófilo Gomila Memorias de frontera y otros escritos*. El Elefante Blanco, Directora Marta Gallardo, Buenos Aires, 2011.

GARCIA, Pedro. *Diario de un viaje a Salinas Grandes en los Campos del Sud de Buenos Aires. Lucha de frontera contra el indio*. EUDEBA, Buenos Aires, 1974

LEONI, Juan B.; TAMBURINI, Diana; ACEDO, Teresa y SCARAFIA, Graciela. De balas perdidas y vidrios rotos: distribución espacial de artefactos superficiales en el Fuerte General Paz (1869-1876). *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana* 1: 29-64, Buenos Aires, 2007.

LEONI, Juan B.; TAMBURINI, Diana; ACEDO, Teresa y SCARAFIA, Graciela. Fortificando el desierto: la transformación del paisaje pampeano en el territorio del actual Partido de Carlos Casares, 1869-1877. *Anuario de Arqueología (UNR)* 5: 149-68, Rosario, 2013.

MANSILLA, Lucio V. *Una excursión a los indios ranqueles*. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1980.

MELLO ARAUJO, Astolfo G. y José C. MARCELINO. The role of armadillos in the movement of archeological material: an experimental approach. *Geoarcheoghy* 18(4):433-460. 2003.

MERLO, Julio F. *Aprovechamiento de recursos faunísticos en sitios fortificados de la frontera sur bonaerense en el siglo XIX*. Tesis Doctoral. En Biblioteca del INCUAPA-CONICET y Biblioteca Central del Campus Universitario (UNICEN), sede en Olavarría, Provincia de Buenos Aires, 2014.

MERLO, Julio F. Investigaciones arqueofaunísticas en el Fortín La Parva (1858). *Anuario de Arqueología*, Rosario 7: 165-184, Rosario, 2015.

PARCHAPPE, Narciso. *Expedición fundadora del fuerte 25 de Mayo en Cruz de Guerra*. Año 1828. EUDEBA, Buenos Aires, 1977.

SABATO, Hilda. *Capitalismo y ganadería en Buenos Aires: la fiebre del lanar. 1850-1890*. Sudamericana, Buenos Aires, 1989.

Os escritos cotidianos como fontes para a História da Educação: a construção de um banco de dados das cartas escritas pelos monitores e alunos do Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco

Kelly Ludkiewicz Alves

“Mais uma vez escrevo-lhe para dizer-lhe que como sabes, desde junho de 63 estudo com a senhora [...]. E tenho 6 irmãos que também estudam. [...] Nesses últimos dias estive pensando que deveria tomar conta de uma Escola Radiofônica. Então eu estudo e ensino. Aqui tem tantas mocinhas precisando de aprender e não sabem de nada. Antes aqui uma moça tomava conta, mais agora ela não ensinou mais. Quero saber se dá certo. [...] me responda alguma coisa pelo rádio”¹.

O objetivo do texto é apresentar o banco de dados de cartas escritas e enviadas por monitores e alunos das escolas radiofônicas, que foram abertas pelo Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco. As cartas eram escritas para serem remetidas às equipes dos diversos sistemas que compunham o MEB no Estado de Pernambuco e, por sua quantidade e frequência, se pode afirmar que estas constituíram o principal meio de comunicação entre as escolas radiofônicas espalhadas por distintas regiões do estado, as Equipes Locais, responsáveis pela elaboração das aulas e da programação radiofônica em geral, e as rádios transmissoras da programação do MEB².

Questões como a demanda por escolarização entre a população atendida pelo MEB, as estratégias mobilizadas para que as escolas radiofônicas pudessem funcionar, possibilitando o acesso dos alunos à alfabetização, assim como a circulação da cultura popular pelo rádio e a formação de uma comunidade de escreventes em torno do intercâmbio epistolar, apa-

1 Carta escrita por Vilma Lúcia, em 09 de agosto de 1964, aluna da escola radiofônica de Vera Cruz, Pernambuco, enviada à professora.

2 Sobre as origens e características do MEB ver os trabalhos realizados por Fávero, O. (2006) *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base* (1961/1966). Campinas: Autores Associados; e Wanderley, L. E. (1984) *Educar para transformar*. Petrópolis: Vozes.

recem nos escritos como indícios que tornam possível ao historiador da educação narrar aspectos da história da alfabetização de adultos e da educação popular, a partir das linhas traçadas por aqueles que tiveram acesso a alfabetização no Brasil dos anos de 1960.

Por suas características de produção, as cartas são um conjunto documental privilegiado para a produção de pesquisas no campo da História da Educação, pois possibilitam ao pesquisador aclarar o ser e o sentir das classes populares e, por isso, sua guarda, conservação, organização e divulgação têm um papel fundamental. No caso do conjunto documental organizado em um banco de dados e aqui apresentado, este possibilita a produção de pesquisas ligadas à História da Educação em torno dos aspectos relativos à experiência pedagógica do MEB e também à história de forma mais ampla, pois, trazem as questões da vida dos camponeses, sua realidade material e seus sentimentos diante do acesso à escola e à alfabetização. Por meio das cartas, manifestaram sua condição de vida e as relações de trabalho às quais estavam submetidos, sua religiosidade e sua cultura, com a produção de poemas, de cordéis e a organização de festas na escola radiofônica e na comunidade.

Esse texto apresenta um relato metodológico sobre o processo de construção do banco de dados e, na primeira parte, algumas reflexões relativas à escrita epistolar como fonte para as pesquisas em História da Educação em diálogo com outras áreas. Em suma, esse trabalho também se propõe a tratar da importância da guarda e da disponibilização de conjuntos documentais compostos por fontes produzidas no âmbito da vida cotidiana para a realização de pesquisas no campo da História da Educação.

Os pesquisadores que se dedicam a temática da História da Cultura Escrita denominam de escritos cotidianos ou escrita das pessoas comuns, as fontes históricas produzidas no âmbito da vida cotidiana (PETRUCCI, 2003; CASTILLO GÓMES, 2002). Tais fontes podem ser de diversas naturezas e produzidas ou não em um contexto escolar como, por exemplo, os cadernos pessoais e escolares, os diários, os livros de memória, entre outras. Desse modo, tendo em vista a relação precípua que se pode estabelecer entre a História da Educação e a História da Cultura Escrita, a partir do trabalho com fontes dessa natureza, o texto trata das cartas de forma particular, de modo a analisá-las como testemunhos escritos “[...] nas coordenadas que definem as distintas sociedades em que eles se produzem, circulam e utilizam, formadas sempre por pessoas alfabetizadas, semialfabetizadas ou analfabetas [...]” (CASTILLO GÓMEZ, 2012, p. 67).

As cartas que compõem o banco de dados foram as fontes documentais principais da pesquisa de doutorado em História da Educação, intitulada *Entre as Cartas e o Rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco – 1961-1966*. Por meio da análise das cartas, em cruzamento com outros tipos de fontes produzidas pelo MEB, como os roteiros de aulas radiofônicas, os relatórios de treinamento dos monitores, os textos de formação, entre outros documentos, foi possível identificar como os monitores e os alunos construíram experiências capazes de transformar a escola radiofônica num espaço de aprendizagem, produção e circulação da cultura popular pela dinâmica própria de funcionamento dessas escolas, além de darem visibilidade às suas próprias expectativas em relação à alfabetização e aos limites da sua realização (ALVES, 2016).

A partir do diálogo com os referenciais de análise da História da Cultura Escrita, foi possível compreender e apresentar as cartas como fruto de uma escrita necessária produzida pelos camponeses, nas quais expressaram sua cultura e sua memória, além de aspectos de sua realidade individual e coletiva, como por exemplo, as questões relacionadas a religiosidade, ao acesso a terra e às condições de trabalho nas distintas comunidades que foram atendidas pelo MEB.

O estudo das cartas por meio de sua organização e classificação em um banco de dados possibilitou identificar as experiências a partir das quais o MEB afirmou seu discurso pedagógico e conferiu sentido ao trabalho dos monitores nas escolas radiofônicas. Por serem as cartas o principal meio de comunicação entre as pessoas que participaram das escolas radiofônicas como monitores ou como alunos, esses relatos expressavam também os traços da cultura material, que revelavam a realidade cotidiana dessas escolas, a prática do monitor, os problemas enfrentados para que pudessem realizar o trabalho de alfabetização dos alunos adultos, relacionados, em grande medida, à falta de materiais e de condições de infraestrutura para o funcionamento das escolas, na maioria das vezes situadas na casa do próprio monitor.

Caixa de histórias: a construção do banco de dados das cartas

O recorte temporal do banco de dados é o mesmo estabelecido para a pesquisa de doutorado, desse modo, este conta com correspondências enviadas entre os anos de 1961 – ano da criação do MEB em âmbito

nacional – até 1966 – ano em que as escolas radiofônicas que funcionavam no Estado de Pernambuco foram fechadas.

As correspondências estão sob a guarda do Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC – PUC/SP). A documentação que integra o Fundo MEB foi acumulada ao longo do exercício das atividades do MEB e foi adquirida por doações do Prof. Luiz Eduardo Wanderley, da PUC/SP, em 1991, e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, em 1992.

O banco de dados criado para a pesquisa doutoral foi finalizado no mês de janeiro de 2016, totalizando 649 registros das cartas selecionadas no acervo, das Caixas 2(1), 2(2), 2(3), 3, 3(1) e 4(1). Apesar do banco de dados não representar a totalidade das cartas que compõem o Fundo MEB – são 14 caixas descritas como Cartas de Monitor e de Aluno que em média possuem cerca de 500 cartas cada – a descrição das fontes por meio de palavras-chave nos permitiu identificar na amostra, os temas mais recorrentes nas correspondências, além de classificá-las a partir da natureza dos assuntos tratados. Foram definidas, a partir do conteúdo das cartas, 62 palavras-chave utilizadas para classificação das mesmas. Essas estão divididas em quatro blocos que agrupam os temas relatados nas cartas e que foram definidos tendo em conta os objetivos da pesquisa:

– *ensino, aprendizagem e cotidiano das escolas radiofônicas*: alfabetização; aluno; aprendizagem; aula; desinteresse; desistência; entusiasmo; escola radiofônica; frequência; turma; visita da supervisora; monitora; conteúdo; jogos; treinamento; Dia da Pátria.

– *organização e manutenção das escolas radiofônicas*: folha de frequência; livro; material didático; matrícula; rádio; teste; transmissão radiofônica; cartilha; dinheiro; notícias; carta; atividade.

– *conteúdos políticos e pedagógicos do MEB*: animação popular; boa vontade; Clube de Vendas; comunidade; conscientização; cooperação; debate; democracia; Jornal do Monitor; luta; povo; programação radiofônica; Brasil; MEB; educação de base; equipe; SIREP.

– *assuntos da comunidade, condições de vida e de trabalho*: religião; reunião; saúde; sindicato; camponês; carestia; família; férias; festa; trabalho; clima; comunismo; gravação; migração; poesia; reforma agrária; Golpe.

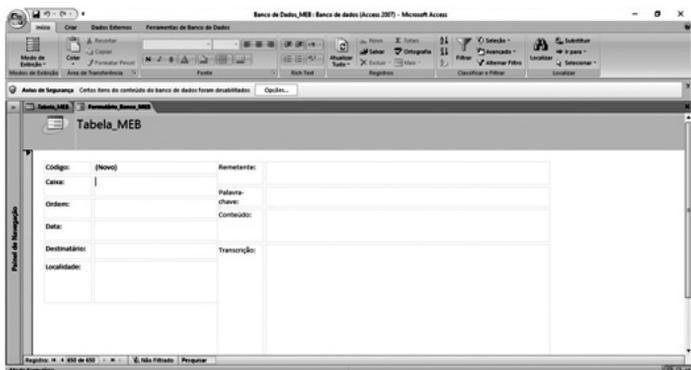
No que se refere à classificação das cartas, é importante ressaltar dois aspectos importantes que foram adotados como metodologia. O

primeiro deles refere-se ao fato de que não foi estipulado um número de palavras-chave a ser atribuído a cada carta. O que se procurou fazer foi dar conta de classificar a variedade de assuntos que aparecem nas correspondências, de modo que o conjunto de palavras-chave pudesse ser representativo do conteúdo geral de cada uma das missivas.

O segundo é que devido à variedade de assuntos que aparecem nas correspondências e, conseqüentemente, para que não se tivesse um número ainda maior de palavras-chave, optou-se por inserir, após algumas palavras-chave, termos entre colchetes, que fornecem uma informação mais específica em relação ao conteúdo dos assuntos tratados nas mesmas. Pode-se tomar como exemplo, a palavra-chave “escola radiofônica” – que aparece com bastante frequência nos registros, pois de um modo geral os monitores e os alunos ao escreverem, pretendiam comunicar aspectos de sua vivência na escola radiofônica e dar notícias sobre o funcionamento da mesma – que pode aparecer seguida por palavras como: radicação, fechamento, manutenção, horário ou local. Outro exemplo é a palavra-chave “monitor”, ao lado dela pode-se encontrar o uso dos termos “formação” e “trabalho”, que se referem, respectivamente, a assuntos relativos ao processo formativo do monitor, e às condições de vida e de trabalho relacionadas ao exercício de suas atividades na escola radiofônica ou junto à comunidade.

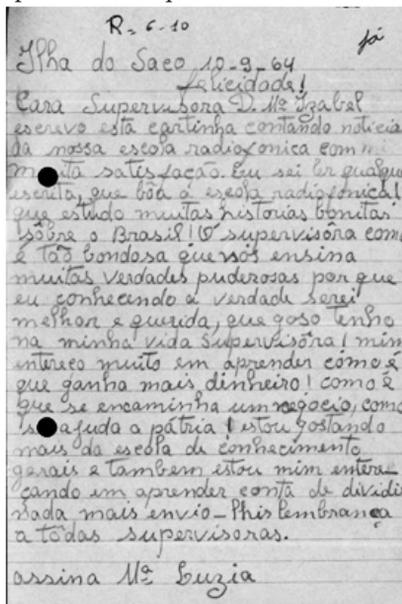
Além do campo *palavra-chave* que foi utilizado para identificar os assuntos relatados nas cartas, o banco de dados conta com os campos *caixa* e *ordem*, que possibilitam uma localização aproximada das cartas no acervo do CEDIC, uma vez que no interior das caixas não há nenhum tipo de ordenação/catalogação das mesmas. Ademais, o Banco de Dados também conta com os campos *localidade*, que permite identificar as cartas a partir do local em que foram escritas, *autoria*, *destinatário* e *data*. Estes possibilitam elencar e localizar as cartas escritas pela mesma pessoa ou produzidas por uma mesma escola radiofônica, aquelas enviadas a um destinatário específico, ou produzidas em um determinado recorte de tempo.

No formulário do banco de dados, também consta um campo intitulado *conteúdo* em que se pode encontrar um breve resumo do assunto tratado na carta, seguido do campo *transcrição*, no qual foram copiados trechos das missivas, possibilitando ao pesquisador um primeiro contato com o conteúdo das fontes. Há algumas cartas que estão transcritas em sua integralidade, o que também aparece indicado no campo específico.



Formulário utilizado para a inserção dos dados em formato
Microsoft Access 2007

Ao longo da pesquisa foram coletadas no acervo imagens digitais das cartas, de 420 registros dos 649 que compõe o banco. A organização dos registros que possuem imagens digitalizadas do documento – que no formulário aparecem no campo *ordem* – corresponde ao número de página digitalizada e disponível em arquivo PDF.



Carta da aluna Maria Luiza, da escola radiofônica da Ilha do Saco, escrita em 10 de setembro de 1964, para ser enviada à supervisora.

Cabrobó, 9 de Setembro de 1964

Queridas supervisoras
Odeus!

A finalidade desta é somente
para dar-te minhas notícias e ao
mesmo tempo obter as tuas.

Até o momento estou com saú-
de lutando para aprender e pas-
sei um mês sem aula.

Isto foi um motivo justo, mas
agora recupero cada vez mais
entusiasmada. Nós estamos es-
tudando a vontade da monitora
porque o rádio não pega a us-
cola.

Todos nós levamos o mesmo
sentido por sentir o mesmo.

A aluna,
Maria de Lourdes da Silva.

Carta da aluna Maria de Lourdes Silva, da escola radiofônica de Cabrobó, escrita em 09 de setembro de 1964, para ser enviada à supervisora.

O restante dos 229 registros que compreendem a caixa 2(1) e parte da caixa 2(2), correspondem a uma primeira fase de pesquisa no acervo e não possuem imagem digital. Para esses primeiros registros se optou por utilizar, como forma de organização, a ordem de sequência em que as cartas estavam guardadas nas caixas, contando de cima para baixo. Entretanto, é importante destacar que pelo fato de as cartas não possuírem um número de localização no interior da caixa, ou nenhum tipo de indexação, não é possível assegurar que as mesmas se mantenham na mesma ordenação. De qualquer modo, o número fornece uma indicação do local aproximado em que a carta pode ser encontrada pelo pesquisador na caixa.

O banco de dados foi elaborado como recurso metodológico para desenvolvimento da pesquisa, que possibilitou acessar as informações contidas nas fontes, de modo a ter um panorama dos temas relatados por seus autores, sem contar o acesso de modo rápido ao conteúdo das cartas a partir dos campos criados para indexar as mesmas.

Fazenda Serra dos Aires, 2 de 9. de 1963

Meus amáveis supervisores
um abraço para todos

O fim desta é para dar as notícias da minha escola e dos alunos, este mês faltaram muitos alunos por falta de candidato já fiz todos meios para ver se chegava, mais o salto é muito grande e não tem qual fila resolveu entrar, se algum nome for entregue lampião até me avisar que eu quero comprar que estou muito precisada. Os alunos que estão frequentando as aulas estão muito satisfeitos já estão fazendo copia pela Cartilha, rosinhos e o nome deles tem a filha, eu estou muito contente com eles e disseram que D. Maria Lúcia é muito boa então muitas coisas boas que eles gostam, no dia que ela disse que não tinha lubrificante eles filaram muito contente porque muitos tem medo.

Os alunos mandam um abraço para D. Maria Lúcia e seu José do Boiro e todas as professoras das aulas e os dois professores. Eu não posso fazer festa no dia só porque os alunos não tem.

Pesso que me atenda neste.

no dia Deu completo Abaixo e mamãe manda pedir que saia a gravata tu és o maior amor da minha (da minha) escola para mim com grande amor e carinho.

É eu a Monitora Margarida da Fazenda Serra dos Aires, Município dos Bizeros, ~~mostra~~

Carta da monitora Margarida, da escola radiofônica da Fazenda Serra do Aires, escrita em 02 de setembro de 1963, para ser enviada à supervisora.

Arizona, 1 de dezembro de 1964
Queridíssima supervisora
abraços.
O fim desta é só mentes para dar
as minhas notícias e por meio desta ver
se obtinho as vossas.
Segue os Testes se for para vocês corrigir
e devolver novamente avise-me para
eu ir buscá-lo sim segue a folha
de frequência só vieram 10. testes
ainda faltaram 3. estes tres
ficaram sem provas.
meus alunos ficaram contentíssimos
com o bom encerramento que eu fiz
o encerramento foi ótimo toda mundo
desta localidade e demais lugares se
reuniram neste dia e enfrentando
foi o melhor meu país ele gosta muito
desta escola ele é quem faz todo gasto
com ela.
Vou encerrar enviando lembrança
para todos.
amonitora Raimunda Santos

Carta da monitora Raimunda Santos, da escola radiofônica de Arizona,
escrita em 1 de dezembro de 1964, para ser enviada à supervisora

O segundo objetivo em torno da elaboração do banco de dados será sua futura disponibilização em ambiente on-line, de modo a possibilitar sua consulta e utilização em pesquisas desenvolvidas no âmbito da História da Educação, e de outras temáticas relacionadas à educação, como a Didática e o Currículo, além de estudos voltados para as questões relativas às políticas educacionais do estado brasileiro, à educação no campo e à educação e os movimentos sociais. O conjunto de fontes também é de interesse para os historiadores que trabalham com temáticas mais amplas

relacionadas à história brasileira no século XX como, por exemplo, a ditadura civil-militar. Por fim, pesquisadores de áreas como a Sociologia e a Linguística também podem encontrar nas cartas um material de interesse para seus estudos.

Considerações Finais

Tomando como inspiração os autores das cartas, que costumavam finalizar suas missivas enviando ao seu leitor votos de saúde e desejos de boas novas, esse texto termina com o anseio de que as fontes coletadas e organizadas no banco de dados possam render bons frutos a nossos leitores e incentivar trabalhos de pesquisa, principalmente na História da Educação e na História da Cultura Escrita, mas também em outras áreas do conhecimento.

Ainda que o panorama para o futuro já se mostre promissor, a quase inexistência de arquivos específicos onde buscar essas fontes é decisiva para que a oferta de documentos produzidos no âmbito dos escritos cotidianos seja ainda escassa. O reduzido número de documentos que foram conservados ao longo do tempo faz com que os historiadores da educação interessados na temática ainda enfrentem dificuldades para localizar fontes para suas pesquisas (LORENZANA, 2001). Nesse sentido, a elaboração desse relato de experiência de construção e organização do banco de dados digital, assim como sua disponibilização, podem contribuir para facilitar o acesso de pesquisadores, interessados na temática, ao conjunto destas cartas escritas pelos monitores e pelos alunos do MEB de Pernambuco no contexto das escolas radiofônicas.

Referências

ALVES, Kelly Ludkiewicz. Entre as cartas e o rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base em Pernambuco (1961-1966). Tese de doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Educação e Cultura Escrita: a propósito dos cadernos escolares e dos escritos escolares. Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 66-72, jan./abr. 2012.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. De la mano al archivo. A guisa de prólogo.

In: Castillo Gómez A. (coord.), La conquista del alfabeto. Escritura y clases populares. Gijón: Trea, 2002.

FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

LORENZANA, F. G. Conjurar el olvido: Archivos de la Memoria Popular. In: Castillo Gómez, A. (coord.), Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española. Oiartzun: Sendoa, 2001.

PETRUCCI, Antonio. La Ciencia de la escritura. Primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

WANDERLEY, Luis Eduardo. Educar para transformar. Petrópolis: Vozes, 1984.

Educação Ambiental em uma escola pública de Benjamin Constant no Amazonas

Ludson da Cruz França

Sebastião Melo Campos

Ana Maria de Mello Campos

Bruno Reinert de Abreu

Josenildo Santos de Souza

Introdução

Estudar a Educação Ambiental desenvolvida na escola é um grande desafio, mas está se torna relevante para a compreensão da educação escolar e para a vida dos sujeitos escolares. Considerada como um tema transversal à educação ambiental faz parte dos conteúdos a serem aprendidos na escola com fins de ajudar a construir a cidadania e a mudança de comportamentos que venham a melhorar a vida das pessoas.

Aprender a cuidar da natureza e do meio em que vivemos é algo essencial para vida humana. Viver em harmonia com a natureza é algo que exige muita prática e uma sensibilização aguçada para a natureza. Somente amando a natureza é que vamos perceber que sem ela não podemos viver e adquirir uma vida de qualidade.

O artigo é recorte de um capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas do Instituto de Natureza e Cultura UFAM/INC. Desenvolvido com o tema “Educação Ambiental e cidadania em uma escola pública em Benjamin Constant no Amazonas”. Diante desse aspecto, a pesquisa buscou investigar os desafios e perspectivas do tema transversal do meio ambiente nas ações educativas do contexto escolar da Escola Municipal Pública CES-BI em Benjamin Constant.

Conceitos e marcos históricos da Educação Ambiental

A Educação Ambiental, por meio de estudiosos e pesquisadores, desenvolveu-se em vários aspectos de conceituação. A relevância que se dá ao tema abordado dispõe de uma definição a respeito de sua origem, foi

através de grandes conferências e convenções feitas em vários países que ambientalistas e ONGs formularam diversas definições a respeito da educação ambiental. Desta forma, Campos (2013, p. 18) ressalta a Educação Ambiental como instrumento de sensibilização visando o resgate de valores socioeconômicos, políticos, éticos e culturais mostrando a importância da interrelação do meio ambiente e a sobrevivência dos seres vivos.

A evolução dos conceitos de Educação Ambiental esteve diretamente relacionada à evolução do conceito de meio ambiente, e ao modo como este era percebido, é necessário que a sociedade desperte para a vida, produza características de preservação no meio natural, motivando-se para viver em um ambiente limpo e saudável.

Nesse sentido Reigota (2004, p. 34) afirma que a educação ambiental está vinculada tanto a transmissão de conhecimento sobre a natureza, como na possibilidade de ampliação da participação política dos cidadãos [...]. Já Dias (2006, p. 25) entende a educação ambiental como um processo permanente de aquisição de conhecimento, valores, habilidades, experiências e determinação tanto pelo indivíduo quanto pela comunidade tornando aptos a resolver os problemas ambientais que os cerca.

Na perspectiva ambiental, deve-se fazer com que os indivíduos reflitam sobre os problemas que afetam sua vida, sua escola, sua comunidade e seu município. Para que essas informações sensibilizem e provoquem um processo de mudança de comportamento tanto no indivíduo como na sociedade, é preciso que o aprendizado seja significativo, e que possibilitem aos indivíduos visualizarem com clareza as ligações entre o que aprenderam em sala de aula e a sua realidade cotidiana, levando-os, assim, a preservarem o espaço ambiental em que estão inseridos.

A Educação Ambiental é criada para melhorar as condições de vida do homem em contato com o ambiente, nesse aspecto conveniamos conceituar a Educação Ambiental como estratégias que são utilizadas para garantir a sobrevivência do homem em interação com a natureza e em harmonia no ambiente limpo e saudável.

Metodologia: tipo de estudo e procedimentos da pesquisa

A pesquisa exigiu uma metodologia não somente de levantamento de dados por meio de informações dos sujeitos, mas também por meio de uma ação que por meio dessa pudesse levantar dados referentes ao aprendizado da Educação Ambiental. Assim decidiu-se realizar uma pesquisa-ação.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa. Na pesquisa qualitativa se descreve os dados obtidos dos informantes. E para o seu melhor desenvolvimento aplicou o método de abordagem crítico-dialético, que para Lakatos e Marconi (2006 apud PARENTE 2006, p. 55) argumentam que “[...] método que defende a importância de conhecer a realidade em sua concetricidade, contextualizando-a historicamente, compreendendo as interações entre sujeitos em processo de ação-reflexão-ação”.

Com base nesta abordagem, desenvolveu-se como método de procedimento, ou seja, um método que definia os passos da pesquisa, o método de estudo de caso. Foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica, que conforme Martins Júnior (2008, p. 49), é o tipo de pesquisa na qual o pesquisador busca fontes impressas ou eletrônicas (CD e/ou internet), ou na literatura cinza as informações que necessita para desenvolver uma determinada teoria.

A pesquisa bibliográfica é um instrumento que proporcionou um direcionamento teórico no desenvolvimento do trabalho. Desta forma, procurou-se buscar no acervo da Biblioteca do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (INC/UFAM) e na internet temas e autores relacionados à investigação.

Diante das teorias levantadas desenvolveu-se a pesquisa de campo com aplicação de questionários aos professores e gestor. Realizou-se observação participante em turma do 5º ano do Ensino Fundamental. Nesta se observou vários fatores relativos aos projetos e ações de educação ambiental desenvolvida, bem como as metodologias de ensino aplicadas.

A pesquisa teve como informantes: 01 gestor (a), 02 professores. As anotações de campo contribuíram ao investigador nas análises e discussões dos que fazeres, facilitando com isso o andamento da pesquisa. Diz Teixeira (2000, p. 100) “A coleta de dados realizada a partir de algumas etapas de trabalho. Estas etapas são dinâmicas e concomitantes e/ou distintas no tempo”.

Etapa 1: Foi através do Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais que surgiu o interesse em realizar a pesquisa na Educação Ambiental que proporcionou conhecer o ambiente educativo, verificando se a escola desenvolve projetos voltados ao meio ambiente.

Etapa 2: Aplicação de questionário com o gestor (a) da escola investigada a respeito da sua práxis administrativas voltada as ações de educação ambiental desenvolvida na escola. Na etapa 3: Aplicação do questio-

nário aos professores da escola. Na etapa 4: Intervenção com o tema: Meio Ambiente e preservação da natureza.

Durante a aula, percebeu-se o interesse e a satisfação na aprendizagem do tema. A aula teve como foco a conscientização e sensibilização dos discentes para a mudança de comportamentos e consequente produção coletiva de mudanças em seu meio social.

Desta forma, ao final da coleta dos dados da pesquisa foi realizada análise dos dados na abordagem qualitativos. Os materiais coletados por meio da observação registradas no diário de campo e aplicação de questionários foram analisados e discutidos a partir dos autores do referencial teórico e outros que estão no transcorrer da discussões e conferências ambientais. As categorias serão representadas através dos registros de observações.

Após a realização da pesquisa de campo, organizaram-se os dados em formas de quadros e textos descritivos. Em seguida, realizou-se a análise dos dados fazendo um confronto das informações levantadas com as teorias existentes sobre o assunto.

A análise dos dados na abordagem qualitativa começou quando estava coletando os materiais durante as etapas ressaltadas acima que foram por intermédio das observações, anotações no campo, aplicação de questionário e realização de uma regência voltada: Meio Ambiente e Preservação da Natureza.

A presente pesquisa foi realizada no município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas em uma escola pública da rede de ensino. A Escola Municipal CESBI, caracteriza-se como uma escola pública, localiza-se no Município de Benjamin Constant, na área urbana, situada na Rua Elízio Ataíde nº 441 no bairro de Coimbra.



Figura 1- Foto da Escola Municipal CESBI.

FONTE: FRANÇA, Ludison da Cruz. *Pesquisa de Campo-Benjamin Constant-AM, 2017*

Segundo PPP- (Plano Político Pedagógico, 2012, p. 14), o CESBI (Centro Social Batista Independente) foi fundado no dia 06.08.1984, nas dependências da Igreja Batista Independência e foi inaugurado em 1985 pelo Missionário Pedro Vargas (militar do exército do Estado do Rio Grande do Sul). A mesma está situada na Rua Elizio Ataíde nº 441 no Bairro de Coimbra, zona leste da cidade. Era uma entidade filantrópica que tinha o objetivo primordial de evangelizar e ajudar as pessoas do bairro e da cidade em Geral.

Podemos considerá-la, no princípio de sua existência e no ato de suas práticas anteriores, como uma entidade filantrópica, que tinha como objetivo primordial, evangelizar e ajudar a comunidade.

Dessa forma, essa entidade tinha como acionista, a convenção das igrejas Batista Independente e missões Evangélicas da Noruega e da Suécia, com isso, a entidade ficou impossibilitada de pagar suas despesas, priorizando então um convênio com o Estado no ano de 1990 pelo quadro de professores, sendo que a igreja ficaria com outras atribuições conforme os critérios almejados.

Em 1992, findou o convênio com o estado, e conseqüentemente foi firmado outro convênio já com o município, porém, em 1999 os dirigentes cederam o prédio para o poder executivo da cidade (Benjamin Constant), através de um contrato de comodato de imóvel por prazo determinado, no qual firmou-se que, a prefeitura se responsabilizaria pela preservação, conservação e manutenção do prédio.

Atualmente, a Escola Municipal CESBI oferece a comunidade o Ensino Público na modalidade da Educação Infantil, o Nível Fundamental dos anos iniciais, o Projeto Avançar o qual objetivamos corrigir o fluxo dos alunos com distorção de idade/ ano e o Projeto Aula de Reforço.

Concepção de educação ambiental e formação do professor.

A Educação Ambiental, por meio de estudiosos e pesquisadores, desenvolveu-se vários aspectos de conceituação, a relevância que se dá ao tema abordado dispõe de uma definição a respeito de sua origem, foi através de grandes conferências e convenções feitas em vários países que ambientalistas e ONGs formularam diversas definições a respeito da educação ambiental.

Indagou-se aos sujeitos sobre a **formação dos professores e do gestor da escola** e os mesmos responderam.

- **G1:** É formado em Normal Superior
- **P1:** Licenciatura Plena em Pedagogia e especialista em Psicopedagoga
- **P2:** Licenciatura Plena em Pedagogia.

Destacamos que o gestor e os professores têm uma formação acadêmica de nível superior e conhecimentos pedagógicos que possam contribuir com o ensino-aprendizagem dos educandos nas ações ambientais. De acordo com a apostila do PROFORMAR (2004, p. 51):

O papel do professor em matéria de Educação Ambiental deve ser, fundamentalmente, ajudar o aluno e apoiar a sua comunidade na compreensão da problemática ambiental; isto num contexto de referência centrada na geração de atitudes de valorização para o manejo adequado do meio ambiente.

A educação ambiental embasada na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com a preocupação na construção de um futuro pensado e vivido numa perspectiva de desenvolvimento e progresso planejado e equilibrado.

A Educação Ambiental proporciona melhorias às condições de vida do homem em contato com o ambiente. Nesse aspecto conveniamos conceituar a Educação Ambiental como estratégias que são utilizadas para garantir à sobrevivência do homem em interação com a natureza e em harmonia no ambiente limpo e saudável.

Quanto à concepção referente ao objeto de estudo Educação Ambiental, indagou-se aos sujeitos da pesquisa: **Qual a sua concepção de Educação Ambiental na escola?**

- **G1:** É cuidar primeiramente do ambiente em que vive do lixo, dos vegetais, respeitando que a vida é mais importante que a poluição, é que é o ambiente natural nos mantém vivo.
- **P1:** Tem haver conscientização da necessidade de preservar o Meio Ambiente.
- **P2:** Zelar e cuidar bem da natureza do meio ambiente, da terra, água, ar e etc.

Percebe-se que o **G1** destaca em sua concepção que educação ambiental é cuidar do ambiente para nos manter vivo, já a **P1** afirma sobre a conscientização para preservar o meio ambiente, a **P2** em sua concepção é zelar e cuidar da natureza. Desta forma a Educação Ambiental é vista a partir de uma perspectiva que permite contribuir para repensar a sociedade dentro dos modelos de desenvolvimento contemporâneo.

Quando questionado: **A escola já realizou alguma formação continuada na área de Educação Ambiental?**

Destacamos que o **G1 e P2** afirmaram que a escola já realizou formação continuada na área de Educação Ambiental, mas os mesmos não especificaram em qual área. Constatou-se que a **P1** afirma que a escola não desenvolveu nenhuma formação continuada na área de educação ambiental. Percebemos que há uma contradição dos entrevistados.

Contextualizando a questão da educação ambiental na escola em uma pesquisa realizada em uma escola pública do município de Benjamin Constant. Campos ressalta (2013, p. 43):

As escolas precisam trabalhar a Educação Ambiental permanente para que os estudantes tenham responsabilidade com o futuro da humanidade. No entanto, este trabalho não está sendo feito em sua plenitude. A abordagem da EA ocorre mais precisamente através de projetos esporádicos. O que demonstra pouca preparação dos professores para abordarem o tema de forma transversal.

Todavia, o desenvolvimento de práticas educativas envolvendo a Educação ambiental em escolas de ensino fundamental, oportunizará o desenvolvimento do senso crítico da criança, permitindo-lhe o pleno desenvolvimento de uma consciência crítica permanente aos desafios que surgirão no decorrer de sua existência; onde a cidadania, a inclusão, o respeito, a convivência harmônica e a tolerância seja uma constante prática educacional na vida destes indivíduos.

Em relação: **Os professores são incentivados e motivados para estarem desenvolvendo pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos?**

- **G1:** Sim, como por exemplo, os canteiros e pátio da escola;
- **P1:** Não
- **P 2:** Não, pois o incentivo é parte fundamental da escola. Os professores devem ser orientados dessa temática e sua importância.

Podemos observar que o G1 afirma que a gestão da escola incentiva os professores para desenvolver projetos voltados a Educação Ambiental. Destacamos que o P1 e P2 afirmam que não são motivados e nem incentivados para realizar projetos voltados a Educação Ambiental, desta forma a uma contradição do G1. Observa-se que é fundamental a escola desenvolver projetos e ações de educação ambiental para a formação de novas atitudes para a conscientização e sensibilização das crianças.

Todavia, o que se percebe é uma sociedade cada vez mais distante e ausente dos seus interesses e do compromisso com o real. Segundo Gadotti (2000) os problemas atuais, inclusive os ecológicos são provocados pela nossa maneira de viver é inculcada pela escola. As práticas pedagógicas ausentes da realidade do aluno no ensino/aprendizagem.

As ações de educação ambiental desenvolvidas na escola e espaço escolar.

Para que a Educação Ambiental seja garantida a todos, é extremamente necessário que o indivíduo esteja comprometido em compartilhar seus conhecimentos com a coletividade, por meio de ações que possibilite num aprendizado sobre o meio ambiente. Sabe-se que pensar e agir são palavras totalmente diferentes, pensar é formar algo na cabeça, raciocinar, imaginar.

Assim indagou-se dos sujeitos: Em relação à escola desenvolve projetos pedagógicos de Educação Ambiental?

A resposta do G1 nos mostra que a escola desenvolve o Projeto Sustentável, já o P1, P2 afirma também que a escola desenvolve projeto como Arbóreo. Verificou-se durante o Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais que a escola não desenvolve nenhum projeto voltado a Educação Ambiental, foi solicitado várias vezes para a gestão da escola documentos que comprovasse que a escola desenvolvia algum projeto ou ações ambientais, e a mesma em nenhum momento disponibilizou pelo motivo que não desenvolvem projetos ambientais.

Constatou-se que o projeto Escola Sustentável é um projeto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que realizou uma ação pedagógica na semana do Meio Ambiente, onde os alunos participaram através de um concurso de redação com o tema Educação Ambiental e resíduos sólidos.

Percebe-se que a escola não vem trabalhando com os temas transversais. A partir de 1996, o Ministério da Educação (MEC) passou a fazer inclusão de temas ecológicos nos currículos escolares do Ensino Fun-

damental e Médio e também nos cursos superiores, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, foi definido que a Educação Ambiental deverá ser ministrada em todos os conteúdos curriculares sem ser uma disciplina específica. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) regem a educação ambiental, através dos Temas Transversais.

Ainda indagou-se dos sujeitos: **Quantos projetos de Educação Ambiental a escola já promoveu em 2017 dentro do ambiente escolar?**

- **G1** Responde que foram desenvolvidos, horticultura e escola sustentável.
- **P1** Não soube responder
- **P2** Diz que apenas um projeto foi desenvolvido - escola sustentável

De acordo com o **G1** afirma que na escola são desenvolvidos a horticultura e escola sustentável, já o **P1** não soube responder e o **P2** respondeu que na escola é desenvolvido o projeto escola sustentável. Compreendemos através dos entrevistados que há uma contradição nas respostas. Destacamos que foi solicitado da gestão da escola cópias dos projetos que a escola desenvolve, em nenhum momento foi disponibilizado para o pesquisador.

A partir deste entendimento indagou-se: **A escola possui área arborizada onde possa ser utilizada para se trabalhar a Educação Ambiental?**

Destacamos que o **G1** afirma que a escola disponibiliza de uma área arborizada no ambiente da escola, a **P1** responde que sim, já a **P2** afirma que a escola não possui uma área arborizada para desenvolver práticas ambientais. Salientamos que tem contradição na fala dos entrevistados.

Na perspectiva ambiental, deve-se fazer com que os indivíduos reflitam sobre os problemas que afetam sua vida, sua escola, sua comunidade e seu município. Para que essas informações sensibilizem e provoquem um processo de mudança de comportamento tanto no indivíduo como na sociedade, é preciso que o aprendizado seja significativo, e que possibilitem aos indivíduos visualizarem com clareza as ligações entre o que aprenderam em sala de aula e a sua realidade cotidiana, levando-os, assim, a preservarem o espaço ambiental em que estão inseridos.

Quanto à questão sobre o lixo, indagou-se: **A escola existe o processo de separação de lixo produzido pela comunidade escolar?**

As respostas do **G1** e **P2** afirmam que na escola fazem apenas a coleta do lixo que são depositados em sacos e baldes a **P1** afirma que a escola não faz a separação do lixo. De acordo com respostas dos sujeitos nos mostram a necessidade da escola em fazer a separação do lixo de forma correta.

Ainda sobre o lixo, indagou-se: **Qual o destino do lixo produzido no ambiente escolar?**

O **G1**, **P1** e **P2** responderam que o lixo produzido pela escola é guardado em recipientes até o caminhão de lixo passar. As respostas dos sujeitos nos mostram que o lixo produzido pela escola é guardado em recipientes até o caminhão de lixo passar para fazer a coleta. Salientamos que orgânico a escola poderia fazer a separação dos resíduos sólidos e aproveitar esses materiais para fazer a compostagem e orgânica e utilizar em horta escolar.

Dificuldades de implementação de projetos para ações de Educação Ambiental.

A Educação Ambiental não é apenas uma forma de educar o indivíduo, por meio da aproximação do homem com a natureza, mas também o desenvolvimento de uma nova consciência ecológica que permite a sociedade interagir com o meio em que vive.

Os sujeitos da pesquisa foram questionados se: **A escola desenvolve ações de Educação Ambiental e se são desenvolvidas com apoio e parcerias de outros órgãos que lidam diretamente com o meio-ambiente? Na existência de parceira, quais são os parceiros?**

Constatou-se que o **G1**, **P1**, e **P2** salientam a escola tem a parceria com a Secretária do Meio Ambiente para desenvolver ações voltadas à educação ambiental. Ressaltamos que a educação ambiental como alternativa para desenvolver mudanças, na tentativa de fazer com que os agentes envolvidos percebam a visão da totalidade e não apenas como um papel individual dentro de uma cadeia alimentar, mas como uma peça que integra todo um ciclo.

Os sujeitos da pesquisa foram questionados: **Quais as dificuldades encontradas na escola para desenvolver um projeto de educação ambiental?**

O **G1**, **P1** e **P2** afirmam que a dificuldade maior em realizar pro-

jetos voltados na educação ambiental é o recurso financeiro. Compreendemos que para desenvolver projetos de educação ambiental na escola não precisa de recursos financeiros, basta a escola incentivar os seus professores a trabalharem com os temas transversais para a conscientização e sensibilização dos educandos, para a formação de novos hábitos e atitudes que venham contribuir com a qualidade de vida. Segundo Souza (2016, p. 61):

A educação ambiental é um tema presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para os temas transversais, por meio dos quais a escola deve integrar e articular os temas ambientais aos conteúdos curriculares de forma transversal, propiciando ao educando desenvolvimento e aquisição de posturas saudáveis frente asocioambiental, cultura, econômica e política sustentável do planeta.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais configuram uma proposta aberta e flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.

Em seguida foi feita a referida pergunta aos sujeitos da pesquisa:

Como é a participação dos alunos nos projetos de educação ambiental?

As respostas dos sujeitos da pesquisa o **G1** e **P2** destacam que a participação dos alunos é regular, já o **P1** afirma que não existe participação dos alunos, salientamos que a uma contradição entre os sujeitos da pesquisa. Desta forma verifica-se que a referida escola precisa trabalhar com projetos e ações ambientais.

Destacamos a necessidade na participação dos alunos e na organização de experiências que oportunize a tomar decisões cabíveis para a construção de um novo modelo de comportamento e compromisso com o pleno desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para o exercício participativo e atuante dentro de uma sociedade sustentável.

Conclusão

A questão ambiental pode ser incluída como disciplina com esse tema que venha a promover mudanças no planejamento metodológico do ensino. Com proposta e planejamento participativo, coletivo de forma interdisciplinar permanente do tema transversal Meio Ambiente para maior eficácia na formação de posturas, comportamentos e atitudes humanas nos estudantes dos Anos Iniciais.

Os professores não trabalham o tema transversal nas disciplinas, somente em datas comemorativas, o que não contribui na formação do cidadão crítico e defensor do ambiente.

Averiguou-se que a não existência de projetos e atividades ambientais, que sejam permanentes permitindo a participação ativa dos alunos dos Anos Iniciais, dentro do conhecimento buscando encontrar alternativas de solução para a problemática ambiental local.

Observando as perspectivas de desenvolvimento da escola constatou-se que deve haver discussões no Projeto Político Pedagógico no que tange ao planejamento pedagógico coletivo de forma interdisciplinar sobre o tema transversal - meio ambiente da escola para que haja decisões positivas com atitudes e comportamentos, valores, de estilos e ações no exercício da cidadania educacional e social dos estudantes.

Sugere-se que a educação ambiental seja implantada de fato, não somente em documentos, mas desenvolvidas na prática educacional fazendo relação do homem com a realidade dos cidadãos da Amazônia. Para isso é necessário que o homem amazônico tenha os interesses voltados para o seu próprio futuro.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEE, 1998.

CAMPOS, Sebastião Melo. Educação Ambiental: os desafios e as perspectivas do tema transversal do meio ambiente nas ações educativas do contexto escolar em Benjamin Constant. Benjamin Constant, 2013. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do INC.

DIAS, Genebalde Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9ª. ed – São Paulo: Gaia, 2006.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E, D, A. Pesquisa em educação: aborda-

gens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de Curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental? São Paulo, 2004. (coleção primeiros passos).

SOUZA, Josenildo Santos. O uso do cinema na articulação de temas transversais de desenvolvimento sustentável no Ensino Fundamental do município de Parintins-Amazonas-Brasil. Leticia Colômbia, 2015. (Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Nacional de Colômbia sede Amazônia)

TEIXEIRA, Elizabeth. As Três Metodologias: acadêmica da ciência e da pesquisa. 2ª ed. Belém: Grapel, 2000.

A importância do Serviço Social na Casa Da Criança em Manaus - AM¹

Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães

Solange Maria Pimentel

Jean Carlos Oliveira Coelho

Darlan de Castro Coelho

Introdução

A parceria entre família, escola e criança é indispensável quanto à eficácia e eficiência no desenvolvimento das crianças na educação infantil, sendo este o alicerce que define a construção das demais etapas da educação. Pontua-se também, a necessidade do amplo e árduo trabalho de interação junto à equipe interdisciplinar diante dos desafios e possibilidades, especialmente no acompanhamento dos educadores, cuidadores de crianças (atendentes de creche), demais profissionais e principalmente a participação dos pais ou responsáveis na educação de seus filhos.

O problema apresentado pautou-se em responder, qual a importância do Serviço Social na Casa da Criança em Manaus – AM?

O objetivo geral foi analisar atuação do Assistente Social na Casa da Criança em Manaus – AM, levando em consideração suas competências e atribuições, contribuindo assim, na identificação da questão social, bem como a problemática interferência na aprendizagem das crianças.

Como objetivos secundários foram necessários, verificar as ações e projetos desenvolvidos pelo Serviço Social na Casa da Criança em Manaus-AM; verificar as competências e atribuições do Serviço Social na Instituição; bem como analisar as estratégias na promoção de vínculos entre família e escola.

Sua relevância pautou-se no tripé acadêmico, científico e social, onde as contribuições no sentido de analisar as problemáticas, ampliou-se nas discussões e formulações teóricas sobre a atuação do Serviço Social na Casa da Criança, norteado de conhecimentos específicos, a fim de contribuir para identificar os fatores culturais, sociais e econômicos determinantes dos problemas da sociedade como questão social.

¹ Foi publicado uma versão, em forma de resumo, GT 3 dos ANAIS da IV Jornada de Serviço Social do Nordeste em 2018.

Neste contexto, ressaltou-se a importância do assistente social, na construção do processo de compreensão, atuando na realidade social das crianças, em seus problemas e necessidades sociais, os quais incidem na abordagem e atividades realizadas na mobilização do trabalho coletivo.

Para tanto, nesta pesquisa, a metodologia foi de campo, além de ser realizada por meio de levantamento bibliográfico e através de um questionário com perguntas objetivas e subjetivas, numa forma de coletar dados e investigar o contexto institucional a respeito da satisfação dos usuários e a implementação dos projetos sociais.

Como ponto de partida primeiro será abordado sobre um breve relato sobre a história da Casa da Criança como surgiu e a descrição da Instituição. Em seguida, o tema em debate são as ações e projetos desenvolvidos pelo Serviço Social na Casa da Criança. Dando continuidade trata-se da questão a partir das competências e atribuições do Serviço Social, fundamentados no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão. Em consequente, as estratégias na promoção de vínculos entre família e escola. E finalmente, apresenta-se o resultado da pesquisa realizada com os pais ou responsáveis sobre a parceria escola, família e criança em consideração ao rendimento escolar das crianças e a razão da existência da Casa da Criança, de acordo com os resultados positivos que a mesma traz para a sociedade no âmbito da assistência social, como uma entidade que traz na sua natureza a filantropia, que por sua vez utiliza dos mecanismos embasados na Constituição Federal de 1988.

Breve histórico sobre a Casa da Criança

A Instituição Casa da Criança, Entidade religiosa e de Assistência Social, sem fins lucrativos, localizada na Rua Ramos Ferreira, nº 1345, Centro da cidade de Manaus. Foi fundada no dia 01 de fevereiro de 1948, pelo Bispo Diocesano da Arquidiocese de Manaus, Dom João da Matta Andrade e Amaral, que segundo o Histórico da Instituição, no início contava-se com um pavilhão e um terreno. Na inauguração foi realizada uma procissão, na qual o Bispo proferiu uma mensagem significativa ao povo: “Ajudem as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, nesta Obra Benemérita, elas não têm remuneração, mas confio em vocês, que elas não passarão por grandes necessidades.” (Arquivo da Casa da Criança)

No início, “três primeiras irmãs fizeram matrícula de 60 crianças, ambos com idade de zero a sete anos, e tinha um caráter de internato

(crianças dormiam nos colchonetes) e semi-internato (dormiam nas cadeirinhas), sendo a Escola direcionada para educação das crianças, pois as próprias irmãs eram as professoras. No decorrer dos anos seguintes a Instituição foi crescendo e os pavilhões recebendo nomes para possível identificação. Em janeiro de 1949 a inauguração do Pavilhão Dom João da Matta e chegada de mais duas irmãs para acompanhar as meninas. Em 1950 a inauguração da lavanderia, e em 1952 inauguração de mais um pavilhão “Martaggão Gesteira” que era destinado aos meninos, sendo que no mesmo ano inaugurado a cozinha e também o lançamento da Pedra fundamental. O Berçário foi inaugurado aos 27 de novembro de 1956 junto com a inauguração da Capela da Medalha Milagrosa. Em 1958 a benção da imagem de Nossa Senhora em frente da capela”. Até o ano de 2016 a Instituição atendeu 380 crianças.

Desde o ano de 1948 a 2017 a direção sempre foi das Irmãs Filhas da Caridade, como: Irmã Hermina Gomes Mattos, Irmã Ana Prata, Irmã Maria Colares Carvalho dos Anjos, Irmã Maria Vanda Maia, Irmã Lydia Vicentim, Irmã Yolanda Nogueira Leão, Irmã Maria da Conceição Barros, Irmã Maria do Carmo Leite da Silva, Irmã Maria Fernanda Ribeiro de Freitas conhecida como Irmã Rosalie, Irmã Maria Assunção Costa Sousa, Irmã Socorro, Irmã Francinês Moraes Cavalcante e como diretora em exercício Irmã Maria da Cruz Conceição da Silva.

No ano de 2013, a Instituição na parte da escola, passou por um processo de mudança de Secretaria, da Secretaria de Estado e de Educação – SEDUC, para Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que acarretou em mudanças no quadro de professores, horários, turmas, na quantidade de crianças, na casa das irmãs, redução de colaboradores, reformas no prédio, parquinho, escola e pavilhões.

São divididos em cinco os pavilhões, um fica a administração, que é dividido em portaria, secretaria, diretoria da Creche salas de informática, serviço social, psicologia, consultório odontológico e Maternal III Feminino; o 2º pavilhão Martaggão Gesteira, que antes era o Maternal III feminino, hoje é a casa das irmãs; o 3º pavilhão (Dom João da Matta Andrade Amaral) onde ficam os meninos de 4 e 5 anos, possui 1 brinquedoteca, 1 refeitório, 2 salas de acolhimento que servem como dormitório, no anexo ficam o galpão aberto onde as crianças são acolhidas pela manhã e onde são realizadas reuniões com os pais e demais comemorações e confraternizações; o 4º pavilhão Rosalie Rendu, tem 2 andares, onde na parte superior

funciona o Maternal II – atende as crianças de 02 anos (Masculino e Feminino) e em baixo funciona o Maternal III Masculino (3 anos), possuindo também banheiros, refeitório, dormitório, salas de aula e de acolhimento e o 5º pavilhão Margarida Nasseau, também com 02 andares, destinado as meninas de 4 e 5 anos Jardim I e II. Nas dependências de cada pavilhão e da escola existem banheiros reservados aos colaboradores e professores, assim como bebedouros.

A educação integral e infantil, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, e pautados no carisma Vicentino nos princípios do amor, da moral e da fé e com o apoio da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, são realizadas atividades religiosas e pedagógicas, desde as comemorações de datas festivas da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Páscoa, comemorações do dia das mães, pais, crianças, etc. As atividades culturais são incluídas no calendário escolar desde o dia do folclore, semana da Pátria como a tradicional marcha dos alunos ao redor da Creche e entre outras manifestações que visem à participação das crianças, dos professores, dos pais ou responsáveis e da comunidade escolar.

No ano de 2015, contou-se com 15 professores e 01 assistente administrativo, 01 pedagoga, pagos pela SEMED; e os 16 atendentes responsáveis pelos pavilhões, 01 assistente social, 01 administrativo, 01 motorista, 01 serviços gerais, 02 auxiliares de cozinha, 02 atendentes de portaria, pagos pela instituição com ajuda de benfeitores, empresas, amigos, pessoas anônimas, eventos promovidos através de bingos, bazar, feiras, festa junina, feijoada e as partilhas feitas mensalmente pelos pais ou responsáveis das crianças. Já nos convênios a contratação é feita através de projetos sociais que são disponibilizados os seguintes profissionais: psicóloga, assistente social, educadores sociais, professora de dança, professor de educação física e nutricionista.

Nos serviços voluntários existem: 01 dentista e 01 pediatra, além da parceria com a Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas – VEMEP, que disponibiliza beneficiários para cumprirem penas e medidas alternativas colaborando assim na reinserção dessas pessoas na sociedade.

A Casa da Criança recebe doações diárias e visitas de alunos, acadêmicos, amigos, empresas e de outras instituições que compartilham do pouco que tem com as crianças através de eventos, fazendo doações de brinquedos, roupas, livros, fraldas, materiais de higiene, de limpeza, ali-

mentação e etc. Presta assistência as crianças carentes da cidade de Manaus, atendendo em suas necessidades básicas, no que dispõe o Artigo 3º da Lei Orgânica da Assistência Social:

Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como os que atuam na defesa e garantia de direitos. (LOAS, 2011, p. 2)

Neste sentido, a Instituição completou 01 de fevereiro de 2017, 69 anos de fundação e possui na sua história uma trajetória marcada por projetos e ações reconhecidos a nível nacional pela sua capacidade de garantir a infância de Manaus um acompanhamento integral e assim poder colaborar na educação e desenvolvimento das crianças além de ajudar pais que trabalham e não tem onde deixar seus filhos.

Ações e projetos desenvolvidos pelo serviço social na Casa da Criança

A Instituição Casa da Criança possui 70 anos, e atende crianças de famílias de baixa renda no período integral, atualmente são 380 crianças, “tem seus direitos atendidos”. Possui o título de Utilidade Pública Federal e Estadual, inscrição no Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS, Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS, Fórum Estadual de Defesa e Direito da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, assento no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA. O Serviço Social é responsável por operar o Sistema de Frequência Escolar no repasse ao Programa Bolsa Família- PBF e atua nas visitas técnicas e domiciliares para verificar informações pertinentes a demanda dos usuários e desenvolve junto as empresas e ao Estado programas e projetos sociais.

O Projeto em parceria com o Consulado do Japão foi concebido através dos impostos arrecadados pelos japoneses durante o ano, foram doados para Instituição, contemplada primeira no ano de 2006 com a reforma da cozinha e consultório odontológico e no ano de 2014 com a instalação solicitada pelo corpo de bombeiros, para melhor segurança das crianças na creche, além da reforma dos banheiros femininos e outros.

A Secretaria Estadual da Assistência Social – SEAS, por meio do Projeto Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento

de Vínculos Familiares e Comunitários, sob o Título do Projeto “Vivendo o presente, transformando o futuro”, tem como objetivo de atender as crianças e famílias da Instituição por meio de atividades socioeducativas, aulas de balé, atividades lúdicas, recreativas e esportivas, cursos de geração de renda e profissionalizantes.

Dando continuidade aos projetos sociais, o Projeto da Horta Comunitária que ganhou o Prêmio da Empresa Amil, por realizar na Instituição um trabalho coletivo favorecendo as crianças ao proporcionar boa alimentação, qualidade na educação alimentar e desenvolvendo a conscientização da educação ambiental.

Em seguida, o Projeto da Climatização e sala de informática seguem sua conclusão, a previsão para o ano de 2016 a inclusão digital das crianças da educação infantil com instrutores capacitados para orientá-las quanto à utilização dos computadores, manutenção e avanço no desenvolvimento educacional e também na instalação de ares-condicionados nas salas e dormitórios utilizados pelas crianças. Com a crise de 2017 a instituição passou por dificuldades, porém, no começo de novembro ocorreu a execução do Projeto Brincando e Aprendendo 2017” através do FMDCA/ SEM-MASDH, e no início do mês de maio a implementação do Projeto “Criança Prioridade Absoluta” patrocinado pelo Criança Esperança da Rede Globo, proporcionando as crianças a possibilidades do desenvolvimento de habilidades por meio da musicalização infantil.

Competências e atribuições do Serviço Social na instituição

O Serviço Social estabelece relações sociais quanto à prática e atuação profissional, seja no campo jurídico, Ministério Público, saúde, habitação, lazer, empresas, assistência social, educação, e outros. Neste contexto, a Casa da Criança sendo uma “Entidade de fins filantrópicos, possui o certificado expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para prestar atendimento às pessoas carentes”. Reconhece-se, a importância do assistente social, primeiro devido ao avanço da perspectiva caritativa e filantrópica para atuação técnica e profissional, no que respeita garantia dos direitos, segundo pela necessidade de planejamento, monitoramento e avaliação, principalmente no processo de gestão dos serviços sociais vinculados aos projetos, sendo eficaz na execução do planejamento estratégico, instrumento utilizado no levantamento de resultados alcançados. Salvaguardando as competências e atribuições contextualizam-se:

A Lei n. 8.662/93, anteriormente examinada, resulta da iniciativa do Congresso Nacional, na condição de representante da vontade política nacional, promovendo o discernimento objetivo da profissão, relativamente às demais profissões, distinguindo suas competências e atribuições privativas e a estrutura e o funcionamento de órgãos institucionais. Já o Código de Ética resulta por determinação da lei profissional, de um ato auto regulação, por meio de seu órgão máximo de representação, o encontro CFESS/CRESS, instituindo os valores éticos que devem presidir o exercício profissional. (SIMÕES, 2011, p. 533-534)

A Lei 8.662/93 acrescenta, no Artigo 4º, “I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, [...]”. Sendo que, as atribuições contidas no Artigo 5º como: “I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.”

Assim sendo, na reflexão sobre instrumentalidade não se trata apenas de atendimentos aos usuários/as, por meio de encaminhamentos, visitas técnicas, relatórios, pareceres e entre outros, utilizados no exercício profissional do assistente social, que contribuem para garantia dos direitos, mas:

[...] atribuir uma nova qualidade à intervenção; de recuperar o crédito historicamente depositado na profissão, tanto pelo usuários dos seus serviços quanto pelo segmento da classe que a contrata; de reconhecer a natureza das demandas, os modos de vida dos usuários, suas estratégias de sobrevivência, enfim, de deter uma competência técnica e intelectual e manter o compromisso político com a classe trabalhadora. (GUERRA, 2011, p. 27)

Sendo assim, a representação Serviço Social nos conselhos de direitos, fóruns e conferências, controle social, fortalecem as parcerias com outras instituições e lutas sociais, numa forma de fazer parte de uma sociedade, ao que se define por objeto de estudo do Serviço Social,

Sendo a questão social a base da fundação do Serviço Social, a construção de propostas profissionais pertinentes requer um atento acompanhamento a dinâmica societária, balizado por recursos teórico-metodológicos que possibilitem decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões, ou seja em sua totalidade. Exige indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade, o que atribui um especial destaque às atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional. (IAMAMOTO, 2000, p. 262)

No mesmo diapasão, salienta:

Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associados a sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-político. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como o estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais aos quais atua. (IAMAMOTO, 2000, p. 97)

O assistente social trás na sua formação um arcabouço teórico-metodológico, que auxiliam na efetivação de políticas públicas dentre elas a assistência aos que se encontram em vulnerabilidade e rico social.

Estratégias na promoção de vínculos entre família e escola

Na busca pela parceria escola, família e criança, seja no âmbito pedagógico quanto social, no qual demandam um amplo comprometimento, pois;

A Escola deve socializar o saber, a ciência, a técnica, a cultura; a escola deve estar comprometida com a formação do trabalhador, em tempos de globalização, quando a empregabilidade assume um aspecto significativo e preocupante; a escola deve estar comprometida com a formação do aluno em termos de cidadania, comprometida com os mecanismos que se impõem nas relações sociais, onde as questões como liderança, poder, assistencialismo. (GRINSPUN, 2008, p. 77-78)

Neste sentido, as responsabilidades neste espaço, sempre foram motivos de dificuldades dos professores devido à falta de apoio e interesse dos pais e responsáveis no acompanhamento educacional aos seus filhos deixando a cargo da escola, ao passo que esta parceria deve ser traçada com a intenção de trazer as famílias seja de maneira voluntária, como simples e acolhedora, com a intenção de fazerem parte do universo infantil da criança.

Sendo assim, torna-se necessário romper com determinadas atitudes que tornam distantes a relação família e escola. A partir desta reflexão salienta o autor (FREIRE, 2011, p. 112) “como posso dialogar se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela?” Eis o desafio de gestores, professores, assistentes sociais, e demais profissionais que atuam na vanguarda da Instituição, pois não cabe somente impor regras a serem seguidas mais sim saber ouvir os pais, construindo

uma ponte capaz de formar parcerias, tornando-os partícipe da transformação e construção de todo processo educativo, democrático e de cidadania.

Nesta perspectiva, não se trata apenas de julgar o comportamento dos pais diante de situações - problemas, mas ajudá-los, envolvê-los e juntos buscar o melhor caminho, afim de, aproveitar os espaços e os profissionais que são disponibilizados, para serem capazes de identificarem e trabalharem nas causas que impedem o avanço no processo ensino e aprendizagem da criança.

Ao acompanhar as famílias, é importante saber e conhecer aos direitos das crianças, como cita o Artigo 3º do estatuto da criança e do adolescente:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 2012, p. 427)

É fundamental, contribuir na promoção em relação entre a instituição e as famílias numa relação saudável, pois,

O Serviço Social vivifica e escola, disciplina-lhes, estimula o meio familiar, ligando um ao outro, dando assim unidade à ação educacional:- a criança passa a ter a mesma ordem de influências na escola e no lar. As vantagens são manifestas. Os pais tomam interesse pela escola, e por sua vez, a escola toma conhecimento do lar. (PINHEIRO, 1985, p. 45)

No mesmo, das estratégias utilizadas na promoção de vínculos e aproximação como reuniões, formação de conselhos de pais, oficinas e entre outras, sugerem ao assistente social o confronto com a realidade, onde:

É preciso considerar, ainda, nas relações de poder e saber particulares e gerais para fortalecer a relação de força dos oprimidos, nessa rede. Isto coloca a questão do objeto, ao mesmo tempo, nas relações estruturais e processuais, sem congelá-lo ou dogmatizá-lo e sem pulverizá-lo[...]
(FALEIROS, 2011, p. 24)

Quando são realizados trabalhos voltados à participação social das famílias, os vínculos tornam-se mais fortes e os resultados são melhores, independente dos pontos positivos e negativos que servem para monitorar e avaliar.

Análise dos resultados alcançados

A pesquisa foi desenvolvida na Instituição Casa da Criança em Manaus-AM. Conhecida por prestar serviços sócio assistenciais por meio de projetos sociais com o objetivo de garantir qualidade de vida como direito social, assim como a promoção de uma educação infantil integral, alimentação, higiene, vestuário e atendimentos: social, psicológico, pedagógico, odontológico e pediátrico.

A metodologia utilizada durante o estudo corresponde à coleta de dados, realizada pelo levantamento bibliográfico para fundamentar a pesquisa e em seguida por um questionário elaborado por meio de uma pesquisa através de coleta direta com questões do tipo fechadas e abertas, com o intuito de responder as alternativas das respostas escolhidas para melhor apresentar o ponto de vista dos entrevistados e ao apresentar perguntas abertas com o objetivo de abrir espaços em branco para possíveis sugestões a fim de melhorar a parceria escola e família e compreender a finalidade da Casa da Criança.

Durante a pesquisa, na modalidade quantitativa e qualitativa por meio de amostragens no uso de gráficos com o objetivo trazer a teoria do assunto a respeito do que os entrevistados pensam sobre o tema pesquisado.

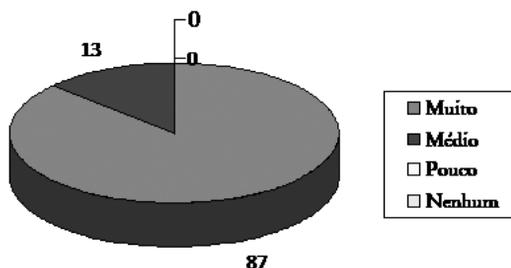
Logo após a coleta dos dados sob a forma de categoria, tabulação e processamento eletrônico por meio do programa Microsoft Office Excel 2010, os procedimentos metodológicos efetuados por meio do banco de dados, foram elaborados por análise e interpretação de dados estatísticos descritivos com base nos objetivos traçados com referência na importância do Serviço Social na Casa da Criança, de maneira que as ações e projetos sociais constituem Serviços de Proteção Básica, junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, destinados a crianças até 6 anos.

Os documentos analisados resultam na pesquisa realizada na Instituição, dia 02 de dezembro de 2017, no quantitativo de 52 pais ou responsáveis pelas crianças atendidas por meio dos projetos sociais, afim de, fazer um levantamento quanto à qualidade e satisfação dos serviços prestados por profissionais deliberados.

Baseado em um questionário com 6 perguntas da 1ª a 4ª objetivas e a 5ª e 6ª subjetivas. Sendo que, a última voltada para a Instituição pesquisada para definir o sentido de sua existência.

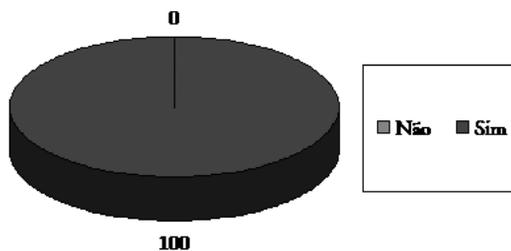
Conforme a primeira pergunta, de que forma a Escola da Casa da Criança contribui para o aprendizado do seu filho (a)? As opções foram

nenhum, médio, pouco e muito. Sendo as opções respondidas obteve-se o resultado: Nenhum e pouco 0%, Médio 13%, Muito 87%.



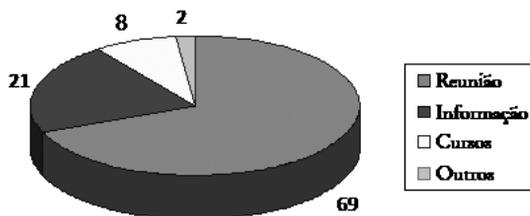
Fonte: Questionário 2017

Na segunda pergunta, você acredita que a Instituição através dos projetos sociais tem contribuído para o desenvolvimento de seu filho(a)? A resposta foi unânime com 100%.



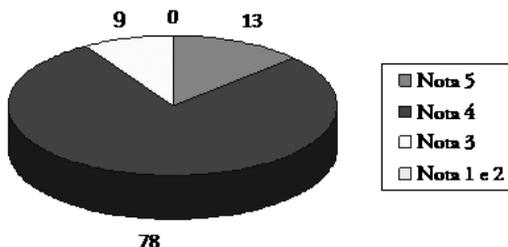
Fonte: Questionário 2017

Com base na terceira pergunta, na sua opinião de que forma a Instituição, tem trabalhado a parceria família e escola? Das opiniões apresentadas: através de informações 21%, através de cursos 8%, através de reuniões, palestras, eventos 69%, outros 2%.



Fonte: Questionário 2017

Dando continuidade, na quarta pergunta, que nota você atribuiu para sua participação na educação escolar de seu filho (a)? Obtiveram-se as seguintes porcentagens: Nota 1 e 2 - 0%, nota 3- 9% , nota 4 – 78% e nota 5 – 13%.



Fonte: Questionário 2017

A quinta pergunta serviu como base na ideia de ouvir opiniões a partir de como os pais ou responsáveis veem a Instituição. Qual a sua sugestão para trabalhar melhor a parceria Escola, Família e Criança? Das respostas subjetivas coletadas foram propostos:

- Promover mais palestras com a Psicóloga, ter mais informações, mais participação dos pais, proximidade, comunicação, diálogo, segurança, tecnologia, saúde.

Na sexta pergunta tornou-se possível compreender a finalidade da Casa da Criança, uma Instituição Filantrópica, de referência e de suma importância para a cidade de Manaus. Qual é a razão da existência da Casa da Criança e quais os resultados que a Instituição traz para a sociedade?

A Casa da Criança tem por finalidade dar assistência completa à infância pobre de Manaus, através da educação infantil, cultura religiosa,

ações beneficente, assistenciais e orientação aos pais, a fim de favorecer o desenvolvimento integral da criança e a felicidade desde 02 a 05 anos de idade.

No setor da saúde, prestar atendimento médico regular e odontológico, que permita combater as ocasionais doenças, produtos de desnutrição e daquelas provocadas pelo impaludismo periódico. No setor educacional, propiciar o maior rendimento na Educação infantil, mediante uma orientação educacional, adequada com a nova pedagogia. No setor Moral, dar ao pré-escolar a formação religiosa indispensável ao alicerce da personalidade infantil. No setor da assistência social, oferecer às crianças os elementos imprescindíveis ao desenvolvimento natural; alimentação, vestuário e material escolar.

A obra apresenta para a sociedade resultados positivos no que diz respeito a sua razão de existência e a carência por creches que atendam esse perfil. Ao amparar crianças carentes, oriundas dos bairros, pais trabalhadores de baixa renda com (1 a 3 salários mínimos). As profissões dos pais variam em: camelôs, empregadas domésticas, servidores públicos e de outros que não podem acompanhar suas crianças durante o dia, visto que necessitam trabalhar para manter o sustento da família. São 320 crianças distribuídas nas turmas da escola e nos pavilhões: Maternal II: 80, Maternal III: 90, Jardim I : 70, Jardim II: 80 crianças. Na qual passam todo final de ano por um processo seletivo de visita técnica aos bairros de Manaus e passam por uma análise de acordo com o perfil correspondente para admissão das mesmas na Instituição.

Porém existem as limitações como à falta de condições financeiras, a carência de uma política educacional mais comprometida por parte dos governantes, a falta de acompanhamento dos pais dificultando o processo educacional e a insuficiência no quadro de colaboradores e irmãs para um atendimento mais especializado.

Considerações

Considerando a importância do Serviço Social na Casa da Criança, percebeu-se que a temática abordada surge num espaço bastante oportuno devido à demanda no que diz respeito ao contexto familiar e as transformações societárias, onde os problemas encontrados no meio escolar também são refletidos na sociedade.

A Casa da Criança sendo uma Entidade Filantrópica sem fins lucrativos depende de órgãos públicos, empresas privadas e benfeitores, a fim de captar recursos financeiros para manter sua infraestrutura e nas atividades sócio educativas realizadas no contra turno. É neste contexto que o assistente social, tem um campo vasto para atuar, por ser um profissional habilitado ao reconhecer a questão social e estar qualificado tecnicamente para enfim fazer uma leitura e releitura do cotidiano, pois possuem ferramentas que podem diminuir o impacto, através das estratégias, conhecimentos e habilidades, na inclusão de projetos, programas sociais e políticas públicas, assim como, na mobilização dos recursos, prestação de contas e administração de pessoal, para consolidar os direitos das crianças e famílias carentes.

Entretanto, a execução dos projetos sociais faz-se por meio do planejamento, monitoramento e avaliação de ações e serviços, onde acontecem as intervenções por meio de oficinas sócio educativas a fim de fomentar maior efetivação e utilização dos recursos; em que os instrumentos como: legislações, entrevistas, análises sociais, relatórios, questionários socioeconômicos, levantamentos de recursos, encaminhamentos, visitas domiciliares e institucionais, dinâmicas de grupo, pareceres sociais, contatos institucionais, e outros, auxiliam na execução de forma crítica e democrática com em que foram conquistados e construídos.

Diante das experiências vivenciadas no decorrer da pesquisa, observou-se que os resultados foram positivos, pois muitos são os avanços no que diz respeito às iniciativas da própria instituição em captar recursos para manter os convênios e sua sustentabilidade, porém é inevitável o retrocesso quanto a escassez e burocracia na liberação aos recursos e investimentos ocasionados por uma ideologia neoliberal, pois a Entidade possui desde a sua fundação um papel fundamental no campo da educação infantil integral e gratuita, da saúde, e da assistência social às famílias das crianças carentes da cidade de Manaus.

Neste sentido, faz-se necessário conhecer as famílias e torná-las próximas da escola e dos profissionais que atuam na instituição, através de reuniões, conselhos de pais, promoções e eventos.

Dessa forma, essencialmente no que tange as estratégia de promoção de vínculos entre entidade, família e crianças, onde as questões sociais estão sempre presentes, seja na falta de acompanhamento educacional, como a dificuldade que o educador tem ao conversar com os pais que não

acompanham seus filhos em casa ocasionando a falta de zelo, atenção e carinho, onde os direitos são violados.

Sendo assim, a intervenção e a aproximação às famílias das crianças em vulnerabilidade e risco social são prestados por meio de serviços ofertados através de convênios, voluntários e gratuitos como: o atendimento psicológico, sócio assistencial, médico, odontológico, educação escolar, alimentação, vestuários e na formação religiosa.

Referências

BRASIL. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 dez 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Política Nacional da Assistência Social/PNAS. Resolução CNAS nº 145, 15 de outubro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. Brasília, DF: CFESS, 1993.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Imprensa Oficial, São Paulo, 2004.

BRASIL. Lei nº. 8.662 de junho de 1993. A profissão de assistente social e das outras providências. 3º ed. Brasília: CFESS, 1993

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 10 ed. –São Paulo: Cortez, 2011

FREIRE, Paulo, Pedagogia da autonomia: saberes à prática educativa. São Paulo, 2011.

FREIRE, Paulo, Pedagogia do oprimido. 50.ed.rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GONÇALVES, Amanda Boza. Trabalho e Sociabilidade. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014.

GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin(org.) Supervisão e Orientação Educacional perspectivas de integração na escola. 4 ed. – São Paulo: Cortez 2008.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 9 ed. –São Paulo: Cortez 2011

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

PINHEIRO, Maria Esolina. Serviço social: infância e juventude desvalidas. –São Paulo; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3ª ed.,1. Reimp. –São Paulo: Rêspel, 2008.

SANTOS, G. do R.C.M.; MOLINA, N.L.; DIAS, V.F.D. Orientaçõese dicas práticas para trabalhos acadêmicos. Curitiba: Ibpex, 2011.

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito de Serviço Social. 5ª ed. –São Paulo: Cortez 2011.

Estado, Neoliberalismo, Globalização e Inclusão na Educação

Maria Almerinda de Souza Matos

Michel Justamand

Emerson Sandro Silva Saraiva

Claudenilson Pereira Batista

Introdução

As transformações da instituição Estado na sociedade partem da construção de uma história de desenvolvimento da sociedade pautada na individualidade. As transformações se traduzem pelo viés econômico cultural do Estado e têm relações com as ideologias liberal e neoliberal em um cenário de globalização que se reflete em políticas de inclusão e suas variáveis.

Neste ensaio, buscou-se analisar as demandas do Estado, frente a ideologia neoliberal e o cenário da globalização refletidas na política de inclusão e suas variáveis.

É fundamental a compreensão da ideologia neoliberal e como ela opera na política de inclusão em um cenário de integração social mediado pela globalização da economia.

Para a organização da discussão firmamos um diálogo com Bourdieu (2014), Santos (2001), Bauman (1999) e Foucault (2008). A discussão crítica nos encaminhou para a necessidade de rever os discursos de inclusão e suas variáveis em favor da (des)socialização que remete a realidade das pessoas em situação de vulnerabilidades, atendimento e exclusão social.

Estado, neoliberalismo e o cenário da globalização

A ideia de Estado Social é mobilizada pelo compromisso, indicação de direitos e atendimento as necessidades da sociedade, portanto de atendimento também a educação. Segundo Bourdieu (2014, p. 34) este Estado designa uma “ordem social”, com indicativos de dominação/regula-

ção que se utilizam do poder simbólico¹ para compor formas e comportamentos programados que se deseja apreçoar como “referência coletiva” no contexto social.

A ideia de Estado definido em Bourdieu, se desloca então para o âmbito do sistema econômico do capitalismo, entrelaçando-se no contexto da justiça social, das demandas sociais, no processo de inclusão/exclusão procurando promover o atendimento a sociedade por meio das políticas públicas que podem ser orientadas por bases simbólicas que esfacelam a organização da sociedade e criam parâmetros de dominação, sujeição e contenção.

Desta maneira, parte-se da ideia que o Estado em sua temporalidade se faz através da regulação dos interesses, através das políticas, das relações de força e das ideologias presentes no espaço social, de maneira por exemplo, que a educação seja compreendida como parte integrante da política social, gerando formas de controle por treinamento ou de processos de libertação.

A concepção de Estado, neste processo, passa a ser não só de Estado econômico engendrado pela ideologia de base liberal – caracterizada como neoliberal e que produz consensos que gera o mercado livre, mas de reordenamento social, reordenamento de necessidades e consumo, reordenamento de comportamentos, reordenamento das formas de educar, atender e mediar a população por meio de estratégias de controle da massa, principalmente a massa que dá respostas diretas de produção e consumo.

Deste modo, quem define o papel do Estado não é apenas o viés econômico, mas uma relação de forças que se organizam no poder para definir papéis sociais e organizações, normatizações que fundamentam a concepção de liberdade individual, propriedade, liberdade de preços, de concorrência e de mercado.

Tais forças interferem na educação e na saúde, entre outras áreas, e também nos processos de inclusão/exclusão/reclusão, visto que as políticas passam a produzir e se reproduzir, mediadas pelos condicionantes econômicos, pela cultura e pela organização política da sociedade que se faz e se refaz nesses contextos de poder.

A interação do Estado com a ideologia o Neoliberal provoca mudanças estruturais que redesenham a organização da sociedade, esta-

¹ Simbólico: Para Bourdieu (2014), o poder simbólico é um poder de re/des/construção da realidade que visa estabelecer uma ordem com sentido imediato que gera integração social para a reprodução da sociedade.

belecendo novos valores, identidades forjadas, a autonomia controlada e a busca de conhecimentos como elemento de libertação. Desta maneira, é fundamental a compreensão de que o neoliberalismo se adapta aos Estados, suas políticas e culturas, mas com seus objetivos de livre mercado sempre presentes em sua concepção.

A metamorfose traduz as formas com que o neoliberalismo realiza sua ascensão com dosagens de poder na busca de consensos e liberdade controlada em todas as sociedades.

Para Bourdieu (2014), o Estado vive uma realidade fictícia e que esta distância da realidade provoca atrasos ao desenvolvimento da sociedade visto que ocasiona um bloqueio ou distorção comunicacional entre o real e o desejo do Estado mínimo, capitalista e individualista em suas relações de poder.

Para Foucault (2008, p. 307), o neoliberalismo funciona de modo relacional entre as coisas/processos do gênero do capital, investimento, produção, relações de trabalho encontradas na organização que pauta o comportamento humano e a racionalidade interna dos comportamentos humanos.

Neste sentido, a economia funciona como análise da racionalidade interna, promovendo uma “programação estratégica” de atividades dos “indivíduos” que oportunize padrões de liberdade e de consumo e que garantam o Estado de Direito a todos. (FOUCAULT, 2008, p. 307)

Como é possível perceber a relação entre o Estado Social de direito e a ideologia Neoliberal tem uma conexão profunda e ao mesmo tempo camuflada da realidade que promove um desenho social através de manobras ao tratar os problemas públicos sem aprofundamento para manter um padrão de organização social.

Por meio dos processos apresentados, notamos que o papel do Estado mediado pela ideologia neoliberal é de um Estado enfraquecido que permite a economia e as políticas de ajuste conduzirem o processo de reordenamento da sociedade.

Esse reordenamento suscita, segundo os estudos de Bauman (1999), na condução do papel do Estado, para a realização de “orçamento equilibrado”, com policiamento e controle das pressões locais através de intervenções mais vigorosas que possam garantir o desenvolvimento dos negócios, do investimento, da produção e do consumo sem interferência social das massas.

Neste sentido, as reformas sociais tomam dimensões de ajustes e as mazelas sociais ganham dimensões de exclusão metamorfoseada em processos de inclusão que vão garantir a possibilidade de alguns continuarem no jogo de sobrevivência na sociedade neoliberal.

Não existe, segundo Bauman (1999), uma força nesta lógica, mas um campo de forças dispersas num jogo difícil de se fazer previsões e que quanto mais desorganizado, melhor para os negócios. Essa desorganização das forças de poder só é desconhecida pelas massas, porque as formas de empoderamento individuais e de grupos são articuladas de modo a garantir a competitividade do negócio.

Uma sociedade atrelada ao cenário da globalização, da mundialização da cultura e afetada pelas novas tecnologias representa forte estratégia de divulgação de formas de liberdade controlada.

A globalização, neste campo, representa, para Bauman (1999), uma transformação multifacetada dos parâmetros de condição humana, pois este cenário tanto une quanto divide em busca de uma “uniformidade” na sociedade global. No entanto, sua real representação é de privação e degradação social e, ainda, progressiva segregação espacial, separação e exclusão.

O parâmetro de divulgação da globalização vem carregado com o discurso de interação, interconectividade, união de mundos e de pessoas. Tal parâmetro é utilizado na construção de uma ideia de respeito e diversidade de oportunidades.

A globalização, portanto, utiliza o discurso de sociedade sem fronteiras como forma de aproximação daquilo que antes estava separado do reconhecimento do outro e do diferente. Esse artifício compõe novas formas de reorganização social, mas baseado na ideia de mobilidade individual e mobilidade coletiva que, para Bauman (1999), são elementos de contradições atrelados ao discurso de liberdade, oportunidade, dinheiro e sucesso.

Para o êxito da ideologia neoliberal em um cenário de globalização e de mundialização da cultura, é necessário um processo de comunicação altamente sedutor e viciante, que permita as massas estarem vigiadas sem, contudo, dar-se conta disto e, ao mesmo tempo, entreter-se de modo consentido.

As formas de comunicação podem cooperar e algumas contribuem para divulgação de um modelo de sociedade individualista, centrada

na ideia de sermos empresários de si mesmos e de sociedade das oportunidades.

A comunicação é um dos instrumentos do Estado, e trabalha em conjunto com o neoliberalismo em um cenário de globalização para a “mudança social”.

A educação, por exemplo, como instrumento da comunicação, poderá desenvolver programas de empreendedorismo e projetos de alocação de serviços, além de cursos rápidos e de investimentos pessoais com o desenvolvimento de disciplinas de educação financeira, novas tecnologias e empreendedorismo para a educação de novos investidores, consumidores e empresários de si mesmos.

Para Santos (2001, p. 65), a globalização, neste processo, deixa de olhar a violência estrutural e passa a trabalhar na periferia do contexto social, isto é, nas violências derivadas que escondem os sentidos reais e criam perversidades ainda mais bruscas que passam a legitimar uma nova condição humana, desconstruindo a ética e buscando o fim da política como caminho democrático, crítico e de participação social.

Neste aspecto, promove-se uma nova “ética pervasiva e operacional”, reduzindo a noção de solidariedade e as noções de moralidade, pois trabalha-se condicionado pelos movimentos do mercado.

O papel do Estado diante da política, enquanto processo democrático, deveria supor uma visão de conjunto com participação crítica da sociedade. Contudo, o desencadeamento dado ao Estado neoliberal é outro: um processo de menor intervenção possível.

Portanto, Santos (2001, p. 67) está correto ao mencionar que a política, neste modelo de globalização, é feita no mercado, de modo ideológico e não possui preocupações éticas, mas, sim, promove a individualidade e um trabalho de assistência social que passa a ser responsabilidade da sociedade civil e não mais do Estado.

A concepção de Estado e de participação social é recolocada no âmbito do mercado, mediada pelo discurso de liberdade individual, liberdade de escolha, de multiplicidade de processos e formas, metodologias, estratégias e metas que passam a ser oferecidas mediante o investimento que se pode produzir e consumir em função de sua apresentação e recolocação na sociedade neoliberal.

Inclusão

Apesar de toda riqueza produzida no mundo, todos os avanços científico, tecnológico e sociopolítico alcançados, ainda não fomos capazes de erradicar a miséria, a fome, e por extensão, a exclusão social de milhões de pessoas, de diversos segmentos. Estamos nos reportando às pessoas com deficiência, afrodescendentes, homossexuais, indígenas, imigrantes, entre outros.

Políticas governamentais, tem alterado significativamente a organização social de diversas sociedades.

Os setores mais influenciados no final do século XX, são a educação e o social.

Exopolíticas impactam diretamente os modelos educacionais ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Mormente a partir da década de 1990, quando organismos internacionais financiaram vários eventos sobre educação, e eventos com fundamentos sociais e direitos humanos. Senão vejamos:

- Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, em 1990;

- CIMEIRA Mundial em favor da infância, em Nova York, em 1990; Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, em 1993; Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995, e a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing, em 1995 (SOUZA; FARIA, 2003).

Em um contexto globalizante, as nações capitalistas aos poucos vão se alinhando, seguindo as mesmas regras sociais, econômicas e educacionais.

A política neoliberal, que tem como fundamento a redução da participação do Estado na economia, e está participando cada vez mais em setores estratégicos do Estado, como a educação por exemplo, avança no sentido de se apropriar de todos os setores que possam viabilizar o aumento da lucratividade e o acúmulo de capital.

A globalização é constituída de uma complexa divisão do trabalho em escala mundial. Uma reestruturação vertiginosa das empresas e economias mundiais e o aumento da dependência econômica e recíproca (SCHLESENER, 1992).

Segundo Figueiredo (2002), é a partir desse princípio neoliberal, que se originam as orientações formuladas pelas principais agências inter-

nacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI; Universidad de la Empresa; Cepal; Banco Mundial e Unesco, para as reformas educacionais.

A interferência do capitalismo na seara educacional, prega o discurso que somente através do fomento à educação, as economias modernas podem alcançar o desenvolvimento. Isso não é de todo verás.

Analisando o Brasil, podemos verificar que mesmo com baixos investimentos no setor educacional, com desempenho de qualidade pífio, chegamos a ser a 6ª. Economia mundial.

Indubitavelmente, a educação em qualquer país, deve ser prioridade na agenda governamental. Podemos afirmar com certeza, que a educação não é plenipotenciária, ou seja, capaz de resolver todos os problemas de um país, mas certamente, muito contribuirá para a solução de muitas mazelas, inclusive de forma preventiva.

Os missionários da Teoria do Capital Humano, propagam que com as reformas educacionais, é possível fazer as transformações culturais, econômicas e a efetivação da inclusão dos indivíduos. O problema consiste no fato de fazer com que a educação se adeque a uma economia saneada.

Silva (1996), infere que a forma capitalista, busca persuadir ideologicamente as crianças e os jovens, que a educação institucionalizada deva atender aos interesses econômicos do capital, sendo o único recurso legítimo para alcançar tal objetivo.

O grande perigo da legitimação, é submeter a educação única e exclusivamente aos interesses do capital, esquecendo que o principal propósito da educação, é a construção de um indivíduo crítico, consciente, esclarecido e autônomo. Assim sendo, o grande desafio no mundo contemporâneo, é encontrar instrumentos que promovam a inclusão social dos indivíduos, especialmente das pessoas com deficiência, perante o neoliberalismo prevalecente nas economias capitalistas.

No conceito de Sasaki (1997), inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e essas se preparam simultaneamente para assumir seus papéis na sociedade.

Especialmente acerca da inclusão educacional de pessoas com deficiência, outros eventos foram decisivos nas determinações legais. Em 1994, Salamanca, na Espanha, sedia a Convenção sobre educação inclusiva, a partir da qual, os países signatários deveriam organizar seus sistemas educacionais, de modo a atender todo e qualquer educando em sua necessidade

educativa. Em 1999, tivemos a Declaração da Guatemala, para a eliminação de todas as barreiras.

Para uma melhor compreensão do tema, Matos (2013, p. 51), contribui enfatizando que a inclusão é mais que uma proposta escolar, é uma proposta social. Passa pela luta por uma escola para todos; da educação pela pluralidade, passa pela importância de educar pela pluralidade, para a convivência numa sociedade diversificada, na qual o encontro das diferenças físicas, culturais, ideológicas, entre outras, é condição primeira para a transformação de toda uma sociedade.

Estamos falando de avanço social, certamente, mas é preciso monitorar esse processo. A ideia fundamental seria verdadeiramente incluir as pessoas com deficiência, para o pleno exercício de sua cidadania, ou arrebatar a última fatia da sociedade para produção de mão de obra barata excedente?

De acordo com Giroux (1997) apud Sborquia e Gallardo (2002), os espaços escolares não são simplesmente locais de instrução, mas também locais em que a cultura dominante é aprendida, e nos quais os educandos experimentam a diferença entre aquelas distinções de status e classe que existem na sociedade mais ampla.

Morin (2000) apud Giroux e Gallardo (2002), corroboram afirmando que a educação necessita promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais locais

Quanto à profissionalização, é claro que precisamos sim, oferecer qualificação às pessoas com deficiência, mas uma qualificação com qualidade, para que esses sujeitos possam exercer atividades politécnicas e não tão somente polivalentes.

Em 2008, o Brasil lança a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI. De acordo com essa política, as escolas devem se reestruturar para receber todos os educandos, sejam com deficiência ou não.

Para o público alvo da Educação Especial, serviços complementares e suplementares, oferecidos nas Salas de Recurso, como suporte para que os referidos educandos possam acessar o currículo comum nas salas convencionais.

Quando falamos em público alvo da Educação Especial, estamos nos referindo às pessoas com deficiência - PCD, pessoas com transtorno do espectro autista – TEA e com altas habilidades/superdotação.

Em suma, Gentili (1996), infere que os governos neoliberais, deixaram muitos países mais pobres, mais desiguais, mais excludentes, reforçaram a discriminação social, sexual e étnico racial, reproduzindo assim, o privilégio das minorias.

Therborn (2000), acerca do aspecto econômico do fenômeno da globalização, assevera que as perspectiva das pessoas com deficiência ter acesso à qualificação e atualização profissional, são ínfimas e não atendem às demandas do mercado. Certamente que essa realidade nos últimos dez anos, tem avançado, no entanto, a lentidão no desenvolvimento de ações afirmativas para o setor, coaduna com a desconfiança do mercado empregador em relação às pessoas com deficiência.

Fazendo uma análise minuciosa acerca da inclusão no mundo contemporâneo, entendemos que oferecer o mínimo para a subsistência de todas pessoas, é uma forma estratégica que os Estados desenvolveram para manter a informação da economia. A ideia é gerar consumidores, onde todos tem que participar do jogo da produção e consumo. Afinal, no jogo do mercado o homo economicus e a sociedade civil, fazem parte d mesmo conjunto de tecnologias da governamentalidade (FOUCAULT, 2008).

Destarte, mesmo a despeito de todas as questões negativas refletidas nesta produção, podemos nos apegar no pensamento de Justamand (2017), quando nos diz que “um outro mundo é possível”.

Mormente no final do século XX, vários movimentos políticos e sociais, de proporções planetárias, se evidenciaram. Nas Américas, o movimento Zapatista, no México; as Farc's, na Colômbia; o Movimento dos Sem Terra, no Brasil; o MSCT, no centro de São Paulo, no Brasil; Tupacamaru, no Peru; No Oriente Médio, a Intifada, na Palestina; Na Ásia, a luta das classes trabalhadoras na Coreia; na Europa, o Ira na Irlanda; ETA na Espanha (JUSTAMAND, 2017).

Certamente que alguns resultados não foram alcançados por seus militantes, mas podemos considerar como ganho, a resistência à imposição de sistemas econômicos, políticos e sociais, que só aumentam as desigualdades entre as pessoas.

Todos esses movimentos citados por Justamand, servem para convidar a humanidade refletir acerca da implementação capitalista, que se faz mister uma reconfiguração de práticas econômicas que aviltam a dignidade humana e vilipendiam direitos tão comuns a uma minoria que gozam

de privilégios singulares. É preciso cultivar valores que promovam a equiparação de oportunidades. Acerca desses valores, Justamand (2017), sugere:

- 1 – Economia centrada em relações humanas;
- 2 – Sentimentos de intimidade;
- 3 – Companheirismo;
- 4 – Vínculos fraternais

Certamente que tais valores citados pelo autor, são incongruentes com o neoliberalismo, mas talvez seja o maior desafio da humanidade para o século XXI, ou seja mitigar a ação do capitalismo em busca do lucro tão somente e a qualquer custo, bem como, a concentração de 90% de toda riqueza produzida pela humanidade, nas mãos de apenas 1% da população mundial, o que não faz nenhum sentido.

Concordamos com Justamand. Sonhar com uma sociedade mais feliz não é utopia. Sim, um novo mundo é possível, se assim o quisermos.

Considerações Finais

Os indicadores políticos partilhados em nossa sociedade para combater a ameaça da negação do direito a educação são trilhados na ideia de tolerar o intolerável, visto que se aprende a ver a realidade das vítimas da justiça/injustiça social, com olhar de julgamento ou da indignação causada pelo reconhecimento ou não do direito a educação, mas com uso de resignação.

Em termos de educação, por exemplo, é como se isto fosse um fenômeno isolado, ou seja, apenas frutos de uma crise passageira, na qual medidas estão/poderão ser tomadas para minimizar as ofensivas e incluir as pessoas no jogo da vida.

O prejuízo na ausência de políticas de acesso e permanência do brasileiro em espaços de educação pautados pela reflexão demonstra o des-caso e como é tratado o direito à educação. Este jogo tem relação com a ideologia neoliberal em um cenário de globalização.

Isso representa um atraso não somente educacional, mas social, e implica, na prática, a expropriação de parcelas da sociedade, camuflagem de seu atendimento e desrespeito às trajetórias de vida, de história, de cultura e atendimento às questões básicas de desenvolvimento da sociedade.

Desse modo, do ponto de vista neoliberal o que se busca é a individualização como resposta, negando assim, a socialização que propomos como possibilidade neste estudo.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola- gestão da aprendizagem na diversidade. In: Gonçalves Rosa T. E.; Sousa, V. C. (orgs). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP & A., 2002.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: Silva, T. T.; Gentili, P. (orgs). Escola S. A Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE. 1996.
- JUSTAMAND, Michel. Neoliberalismo: a máscara atual do capital. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2017.
- MATOS, M. A. de S. Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública de Manaus. Manaus: EDUA, 2013.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SASSAKI, R. K. Integração do portador de deficiência na sociedade. Curitiba, 1997.
- SBORQUIA, S. P.; GALLARDO, J. S. P. As danças na mídia e as danças na escola. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 23, no. 2, p. 105 – 118, jan. 2002.
- SCHLESENER, A. H. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1992.
- SILVA, T. S. Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. O processo de construção da educação municipal pós- LDB 9394/96: Políticas de de financiamento e gestão. In: Souza, T. B.; Faria, L. C. M. (orgs). Desafios da educação municipal. Rio de

Janeiro: DP & A. 2003.

THERBORN, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des) igualdades. In: Gentili, P. Globalização. Desigualdade/ exclusão e democracia na nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

Memórias de um Juteiro: pensar a história regional a partir da entrevista

Mírian de Araújo Mafra Castro

Introdução

Pensar o período social e econômico da juta na Amazônia, a partir da narrativa de um juteiro, produtor rural da área de várzea do município de Parintins, revela a importância de valorizar as trajetórias individuais de sujeitos sociais deste imenso espaço sociocultural de origens caboclas, indígenas, ribeirinhas, entre outras. A história oral, por meio de seus instrumentos, com destaque a entrevista temática, nos possibilita “dirigir o foco de interesse para o não dito nos documentos escritos, olhar para as versões orais daqueles que participaram de, ou testemunharam, tal trajetória pode fornecer muito sobre o assunto” (ALBERTI, 2005, p. 30).

A respeito da História Regional, Barros (2005) chama a atenção para o sentido do que é específico em um recorte temporal historiográfico, possibilitando oferecer a iluminação em detalhes de grandes questões de ordem econômica, política, social ou cultural que até então havia sido examinada apenas pelos âmbitos das nações ocidentais. O recorte temporal realizado por historiadores ao desenvolver seus estudos regionais possibilitou uma nova apresentação dos fatos, novos pontos de vista, a partir de padrões não eurocêntricos, podendo apreciar problematizações específicas do lugar em questão.

O estudo do regional, ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do regional e do local insistira na diferença e diversidade, focalizando o indivíduo no seu meio sociocultural, político e geoambiental, na interação com os grupos sociais em todas as extensões, alcançando vencidos e vencedores, dominados, conectando o individual e o social (NEVES, 2002, p. 89).

Ao falarmos do regional, localizamos a Amazônia como territorialidade do espaço sociocultural onde se configura a estrutura local que determina a organização do trabalho, sua reprodução e cotidiano e processos de ocidentalização no contexto civilizatório do homem amazônida.

Sendo assim, as memórias de seu Almir foram registradas em entrevista gravada em áudio e vídeo. Posterior foi transcrita, tratada, interpretada e analisada, assim como realizada a leitura e diálogo com as fontes bibliográficas de livros de referência na área e afins das categorias definidas a priori para entrevista temática e posteriori apreciação, outra fonte de referências foi trabalhos de conclusão de cursos, artigos científicos e revistas, fotografias encontradas em acervos ou na internet sobre a jiticultura na Amazônia. Foram resguardados os direitos de seu Almir sobre a pesquisa em ciências humanas e a aceitação em colaborar com a publicação de suas falas para finalidade acadêmica.

História Regional: a construção dos espaços socioculturais amazônicos

João Meireles Filho (2004, p. 22-23) elenca: “a Amazônia é mais falada do que conhecida, mais discutida do que vivida, mais mito que realidade”. Desde modo evidencia a visão equivocada criada sob a região e que pesam até a atualidade. Os slogans “pulmão do mundo, vazio territorial, celeiro do mundo”, entre outros, construíram e ainda constituem o imaginário popular sobre a região, gerando afirmações simplificadas a respeito do lugar.

Como ressalta Loureiro (2002) em seu artigo uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir, os planos e programas de governo implantados na região – entre 1500 a 1970, principalmente – subestimaram as condições de regeneração dos ecossistemas amazônicos, pondo em risco a biodiversidade e os modos de vida das populações caboclas, indígenas e ribeirinhas. Acreditava-se em uma Amazônia inesgotável em recursos naturais, porém seus ecossistemas à medida que são ricos são também extremamente frágeis.

A respeito da cultura do sujeito social da região Amazônica Ocidental, são vários os preconceitos enfrentados ao longo da história, relativos ao modo de vida de seus povos, expressos nas políticas governamentais quanto à ocupação das terras indígenas, caboclas, quilombolas e ribeirinhas, consideradas pelo projeto neoliberal como pouco produtiva.

A economia dos povos “tradicionais” da Amazônia costuma ser muito mais de subsistência do que de acumulação de capital, por isso são considerados pela visão hegemônica como atrasada e acaba por receber pouco apoio de políticas públicas para suas atividades produtivas. A atividade predatória do desmatamento, da pesca em grande escala e sem respei-

tar o período de defeso, tornam-se atividades realizadas por muitos como a ausência de alternativas sustentáveis para trabalhadores das áreas rurais na atualidade.

Sobre as lendas do novo mundo, a Amazônia, Loureiro (2015) destacou:

A Amazônia está no imaginário de todo mundo, como a vastidão de águas, matas e ares; o emblema primordial da vida vegetal e humana; o emaranhado de lutas entre o nativo e conquistador; o colonialismo, o imperialismo e o globalismo; o nativismo e o nacionalismo; a ideia de um país imaginário; o paraíso perdido, o el-dorado escondido; a realidade prosaica, promissora, brutal; uma interrogação perdida em uma floresta de mitos (LOREIRO, 2015, p. 20).

Em meio a esse contexto, se dá a importância da História Regional e da História Local como instrumento para a compreensão do cotidiano envolvente e das realidades particulares, suas expressões sociopolíticas e econômicas do sujeito amazônida, a partir de uma visão da região frente ao nacional, percebendo a construção dos estereótipos ao longo da história. Nesse sentido, as fontes para a construção da historiografia regional e local podem ser oriundas a partir da leitura de registros oficiais das câmaras de vereadores, atas, arquivos de prefeituras, entre outros, mas para além do ambiente político representativo, e ainda com a mesma intensidade, pode ser feita a partir dos relatos de experiências de sujeitos sociais oriundos da micro-História, devendo, contudo ambos serem analisados sob os procedimentos científicos que legitimam as metodologias com pesquisas em ciências humanas (NEVES, 2002).

Neste trabalho, optou-se por conhecer aspectos da História Regional a partir do uso da ferramenta memória individual como meio de acesso a informações do passado através da representação feita por um sujeito caboclo, parintinense, trabalhador da várzea do tempo áureo da juta na região do Baixo Amazonas entre a década de 1930-1970. Le Goff (1984, p. 465) ressalta: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva”.

Em um contexto amazônico Benchimol ressaltou no *Estatuto do Amazônida*, na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992, que “Todo amazônida tem o direito ao pleno uso, gozo e fruição dos seus recursos naturais existentes na área, desde que o faça de modo não destrutivo”. Deste modo, o amazônida estaria

provendo a própria subsistência à medida que realizasse um trabalho produtivo e pautado na justiça social, resguardando inclusive a sobrevivência das gerações futuras ao convívio harmonioso com a natureza.

O estatuto é de uma sensibilidade poética grandiosa, versa sobre a identidade do sujeito amazônico e sua intrínseca relação com a natureza e seus recursos. Entretanto, as limitações dos sujeitos sociais amazônidas, frente aos avanços do projeto neocapitalista vêm implicado diretamente na perda de espaços produtivos e reprodutivos da vida econômica, social e cultural sustentável de comunidades ribeirinhas, indígenas, caboclas e mesmo dos espaços urbanos, onde antes se dispunha de maior contato homem natureza.

Conforme Witkoski (2010), a Amazônia não foi inventada, mas sim construída numa perspectiva filosófica-científica que necessita ser superada (des)construída e (re)construída a partir de uma visão nova filosófica para a superação da perspectiva fundamentalmente antropocêntrica, amparada em conceitos da natureza como capital natural infinito. Assim, é preciso superar o pensamento racionalista ocidental do processo civilizatório e reinventar a própria razão amazônida na atualidade.

As identidades caboclas, ribeirinhas, indígenas, evidenciadas por serem extremamente sustentáveis enfrentam cotidianamente as dificuldades de construir suas relações econômicas e sociais pautadas no respeito à natureza, pois os projetos de desenvolvimento econômico inserido nos espaços sociais da Amazônia serviram muito mais para extrair da região suas riquezas naturais do que de fato desenvolver formas de vida econômica e social sustentáveis para as gerações atuais e futuras.

Neste sentido, pensar a identidade cabocla em meio ao processo de (re)organização e adaptação da vida na Amazônia sob os interesses do Estado brasileiro aliada ao projeto neoliberal é importante para entender a essência desses sujeitos sociais em meio a mudanças naturais e sociais de seu processo de construção. Witkoski (2007, p. 94) ressalta:

Ser caboclo, nos parece, é ser também uma multiplicidade de seres, é um devir que sempre incorpora novas significações. É certamente, antes de tudo, miscigenação de brancos com índios! Mas não é só isso. Não poderia ser e não é só isso. É uma reunião de coisas próximas e/ou opostas, como mostramos, porque é um composto biológico, social e cultural de representantes de duas civilizações antagônicas. Mas não é só isso. É também de modo mais recente, o resultado da mistura de parte da população do Nordeste brasileiro (os sertanejos) com populações amazônicas – o que dá novos matizes a esse ser e a seu modo de ser.

A formação sociocultural do ser caboclo amazônico é resultado de um processo histórico de miscigenação. O termo semântico e o sujeito “caboclo” já foram preconceituosamente referenciados como atrasado, analfabeto, apático, indolente. Sendo atribuída ao indivíduo a principal responsabilidade de sua condição vulnerabilidade social. O caboclo aprendeu a obter da floresta os meios de sua subsistência, sendo um trabalhador que prima pela liberdade. Sujeito construtor de si mesmo e sua trajetória histórico-espacial. É o artesão dos conhecimentos tradicionais apresentados em seus instrumentos seja da pesca ou da agricultura, produz muito de seus utilitários. Seu trabalho é em consonância com a natureza e seus fenômenos, ao adaptarem-se as sazonalidades dos rios, conservando os recursos naturais em sua relação com o meio (SOUZA, 2013).

Ribeiro (2016, p. 21) ressalta:

A modernidade como um rio caudaloso inunda e arruína paisagens naturais e socioculturais, devasta civilizações com a pólvora e o canhão, a espada e a cruz, erguendo sobre o esquecimento dos vencidos a ordem social competitiva e o desejo insaciável do desenvolvimento. As formas de ordenamento espacial das raças, tribos e povos das regiões mais longínquas do globo vão lentamente se diluindo em faces das modernas formas de apropriação e classificação do espaço.

Neste sentido, Ribeiro (2016) nos possibilita a compreensão de que a cultura regional, as experiências do contexto local e os valores tradicionais constituem nossa identidade cultural e nos fornece condições socioculturais para a conciliação dos valores modernos e tradicionais que nos circundam ao longo da vida em sociedade.

A cultura da juta em Parintins

A imigração japonesa inicia-se no estado do Amazonas a partir da década de 1908, contudo, para fins oficiais, data de 1929 na Amazônia. Em decorrência do fracasso da imigração em Maués, a data oficial no Amazonas corresponde à implantação dos imigrantes em Parintins em 1930. A imigração japonesa, atrelada ao fenômeno econômico do fim da era de riqueza da produção da borracha, é o recorte histórico que configura interesses do estado brasileiro e da comunidade japonesa em desenvolver na região a expansão do projeto capitalista, e em segundo plano garantir o estilo de vida tranquila típica da cultura japonesa. Para viabilizar tal diplomacia, foi disponibilizada a concessão de grandes áreas no estado do Amazonas e

Pará para os capitalistas japoneses, além da oferta de mão de obra, ainda que escassa na época (WITKOSKI, 2010).

As várzeas são faixas estreitas que acompanham o curso dos rios e seus afluentes, estando sujeita a inundações anuais, devido essas inundações associa-se sua fertilidade. A lavoura da juta foi provocando o desmatamento da várzea, permitia um plantio de duas ou três safras e depois o solo era abandonado. Uma vez abandonadas, as áreas de juta se tornavam espaços da pequena pecuária. Atualmente, quando a conservação dos recursos naturais na Amazônia passa a ser questão de interesse internacional essa medida política seria dificilmente realizada. A concessão das grandes áreas para estrangeiros era uma forma encontrada pelo governo brasileiro de atenuar a ausência de investidores após a crise da borracha.

A cultura da juta (*Corchorus capsularis L.*) foi absorvida pela colônia de Parintins com sucesso, o espaço geográfico da produção correspondia à área das várzeas próxima a Vila Amazônia. O cultivo da fibra foi idealizado por Tsukasa Uyetsuka, que tinha a ideia de plantar as margens dos rios tal era realizado na Índia a margem do Ganges e seus afluentes. Em 21 de janeiro de 1929 foi concedida pelo governador do Amazonas Ephigênio Salles. A juta configura-se por ser uma fibra têxtil utilizada na fabricação de sacarias e outros produtos afins. Destacou-se na região pela adaptação ao clima e ao ciclo das águas [enchente e vazante], tornando-se uma cultura relevante na região, sobretudo para os trabalhadores de várzea (WITKOSKI, 2010).

Porém, entre questões políticas internacionais durante e pós a 2ª guerra mundial e questões nacionalistas como a situação da concessão de terras, processo de industrialização da região Centro-Sul, a imigração japonesa seguia em direção ao sul e sudeste do país, devido à necessidade de outras culturas como o arroz, milho e feijão. O cultivo da jiticultura foi mantido por meio da ideia de Ryota Hoyama em salvar um pé de juta que depois se multiplicou e manteve o cultivo das sementes posteriormente.

Em 1936 foi criada a Companhia Industrial Amazonense S.A, absorvendo o Instituto Industrial da Amazônia. A notabilidade de Ryota Hoyama é por aperfeiçoar a maquina “tico-tico”, evitando assim o desperdício de sementes e criando uma segunda geração de pés, possibilitando a multiplicação das sementes e mudas de juta, podendo ser levadas a outros terrenos para plantação. Ressalta-se que esta nova ordem produtiva, das fibras, deu um lugar de destaque econômico nacional ao Estado do Amazo-

nas, devido o uso das sacarias para embalar o café para exportação (NODA, 2010).

Samuel Benchimol (2009, p. 468) afirma que essa cadeia produtiva se tornou o “[...] primeiro sistema integrado de agrobusiness” [agronegócio da juta] da região quando as fábricas de fiação e tecelagem de juta foram implantadas na Amazônia, correspondendo ao período do apogeu da juticultura. Porém a dependência da semente da juta gerou conflitos políticos no Amazonas, aliado a irregularidade entre o ciclo das águas entre territórios do Amazonas e Pará, causando prejuízos a produtores e comerciantes. A falta de sementes levou o Amazonas na década de 1970 a iniciar a produção de malva por intermédio da Brasiljuta S.A. A figura abaixo elucida o processo produtivo da juta.

Figura 01. Fabriljuta, indústria de fiação e tecelagem de juta instalada em Parintins em 1967.



Placas dos financiadores do Parque Industrial Fabriljuta



Fabriljuta



Juta prensada – Porto de Parintins



Juta prensada – Porto de Parintins

Fonte: Registros fotográficos disponíveis na internet.

Nas décadas de 1960 a 1980, as plantações sofrem um declínio devido a pelo menos quatro fatores centrais: movimento das águas interfere na agricultura; escassez de sementes para os produtores; manipulação dos

preços e do crédito por parte do setor industrial; grande concorrência com a Índia que possuía preços baixos. Na segunda metade da década de 1970, a situação se agravou, a cultura da juta/malva passa a ser desvalorizada e os trabalhadores acabam abandonando o cultivo, dando início ao declínio do período áureo da cultura de juta no Amazonas (PINTO, 2010).

Na década de 1980, a cultura da juta na Amazônia passa a estagnar, a tecnologia da sacaria de polipropileno, economicamente mais barata que fibra natural é um motivador. O cultivo e industrialização da fibra declinam frente à baixa no mercado, fabricas de prensa, fiação e tecelagem decretam falência nos estados do Amazonas e Pará.

A compreensão transdisciplinar dos problemas da Amazônia é o mais seguro caminho para superar as noções enraizadas e os equívocos que predominam na grande maioria das abordagens existentes sobre a região (BATISTA, 2007).

Em meados do século XXI, a juta e malva ainda são cultivadas nas várzeas amazônicas do estado do Amazonas e o estado do Pará, contudo o município de Parintins já não tem nesta cultura grande atividade econômica desde meados da década de 1970, quando a crise econômica afetou as atividades de comercialização, além de outros agravantes internos como a dificuldade em conseguir as sementes e outros. Ainda assim, a jiticultura vem se mantendo enquanto atividade econômica em próximas a cidade de Manaus, por exemplo, sendo cultivada de forma artesanal e rudimentar nos espaços em que vem resistindo.

Entrevista e Memória – narrativas de “Brasileiro”

Almir Coelho da Silva, mais conhecido como “Brasileiro”. Nasceu na comunidade Paraná do Espírito Santo, município de Parintins, na segunda metade da década de 1920, período em que a jiticultura estava sendo implantada no Amazonas pelos japoneses. “Estudei pouco, na Vila Amazônia, quando era curumim. Mas me serviu e está servindo até hoje. O que a professora me ensinou está por aqui”.

Sobre a vida na Amazônia Torres (2005) elucida que só pode ser compreendida a partir da interação entre homem e meio natural. O homem amazônico constrói seus modos de vida a partir das intensas e íntimas relações que mantem com os diversos elementos da natureza, basicamente: terra, floresta e água.

Pinheiro apud Torres (2013) discorre sobre as formas de ocupa-

ção dos povos tradicionais na Amazônia pela dimensão plural de mundos do trabalho, com formas de trabalho diversificadas. O trabalho no plantio, caça, pesca, coleta de frutas e especiarias na floresta e também pela realização do trabalho nos moldes capitalistas da relação compra e venda da força de trabalho. O trabalho na vida dos povos tradicionais amazônicos é uma expressão cultural, enquanto que na sociedade moderna passa a ser a centralidade da vida social, pautada no valor mercantil.

A respeito da iniciação na atividade produtiva da juta, seu Almir lembra que começou bem cedo, ainda criança. A princípio como ajudante e aprendiz na convivência familiar. O que ressalta as considerações de Noda (2010) sobre a formação da força de trabalho utilizada na produção da juta composta pelo trabalho de mulheres e crianças com o aparecimento de novos ramos da produção nas atividades auxiliares. A divisão social do trabalho se realiza com base no desenvolvimento do capital. Desde modo, a população rural de várzea estava neste período atrelada à produção agrícola da fibra, já a produção fabril ocorria na área urbana, realizando os processos fabris e a comercialização.

Como muitos jovens habitantes da área rural de sua época os estudos eram limitados, pois não havia incentivo de políticas públicas educacionais com continuidade para o campo. A educação rural era primária e a continuação dos estudos deveria ocorrer apenas na cidade. Nem sempre a família podia manter o filho distante da área rural e após tornar-se adulto o jovem tornava-se responsável por seu próprio sustento, sendo este continuado muitas vezes na atividade produtiva aprendida em família.

A juta para mim; conheci ela desde curumim, mas não prestava para nada, só para ajudar meus tios, não tinha responsabilidade minha de trabalhar nela de ver o peso que era a juta. Depois uns certos anos fui me entendendo e trabalhar por minha conta comecei a trabalhar por minha conta, ainda novo com minha mãe[...] tudo ai foi me efetivando a trabalhar ver o peso do trabalho da juta ... Enfim a juta foi um trabalho pesando classificado para todo que trabalhou nela, primeiramente ela é trabalhada com a água e com o sol e a chuva, tinha que pensar ela lá, se deixasse de um dia para o outro quando ia lá estava no fundo, a água tinha levado, o sacrifício era imenso era grande. Agora só tinha uma bondade, tirava aquele produto e ia vender e vinha com dinheiro na mão na hora. Era o produto que dava o dinheiro. Eu trabalhei mais ou menos numa faixa de cinquenta anos. Trabalhei com banco, fiz dívida com o banco, paguei o banco. [...] todos nós sofremos aquelas consequências de falta das coisas [...] primeiramente o coração, a diabetes, impaludismo pegou naquela época, dor de cabeça [...] Todo que

adoeceu, todos que trabalhou na juta adoeceu, nós trabalhadores, não o patrão. O patrão está lá só vendo. Mas o trabalhador sofreu muito (ENTREVISTA, 2014).

O trabalho do juteiro se realizava em condições precárias e a possibilidade de adquirir doenças como a malária era frequente e um tipo de micose nos pés conhecida popularmente por o “rói-rói”, além do risco de ser ferrado por arraias, picado por cobras, entre outras ameaças. O trabalho de lavar a juta exigia de o juteiro manter a metade do corpo submersa na água por muitas horas ao dia. Entre as doenças mais recorrentes muitos citavam o reumatismo como oriundo da atividade produtiva. (HOMMA, 2010).

Conforme Batista (2007), a população rural foi e continua sendo a grande enteada da Amazônia. Maltratada pela enchente e pela vazante, relegada a posição de terceira Amazônia, onde os trabalhadores rurais produzem e reproduzem suas vidas sob as dificuldades e a ausência de políticas públicas de valorização da atividade produtiva rural, afetando diretamente a qualidade de vida do trabalhador da várzea e de sua família.

A relação homem natureza, nos territórios de várzea, envolvem o saber tradicional de cultivar com respeito a terra, aos elementos da floresta, plantando na agricultura o necessário para a subsistência, pescando o necessário para alimentação e pequeno comércio. A agricultura familiar é uma característica do trabalho coletivo dos povos tradicionais, caboclos, ribeirinhos, indígenas, geralmente seguem o esquema denominado de complexo mata-rio-roça-quintal e desde modo asseguram a subsistência do grupo familiar, já a comercialização dos produtos excedentes acontece em segundo plano (PINHEIRO apud LOREIRO, 2013).

A floresta é o espaço que atende às necessidades essenciais da vida cabocla, pois encontram nas matas tanto o alimento sobre diversas formas quanto também os remédios naturais para diferentes enfermidades. A subsistência cabocla existe antes dos conceitos acadêmicos sobre a necessidade de conservação dos ambientes naturais, pois a relação cabocla com a natureza vem de uma herança cultura indígena ao realizar o trabalho nos rios, lagos, igarapés, quintais, roças familiares, entre outras práticas.

Neste sentido, a Amazônia requer de atividades produtivas que respeitem a relação homem natureza, em um processo de desenvolvimento sustentável como ressalta o pensamento da complexidade, religando o ho-

mem às coisas sem compartimentalizações. Complexidade significa tecer junto. Na teia da complexidade, a cultura se coloca como um dos pontos essenciais para a compreensão do mundo e da vida humana, interconectando homem e natureza (MORIN, 2003).

Seu Almir trabalhava na plantação da juta, caracteriza o trabalho da jiticultura por três processos realizáveis no cultivo da fibra:

Tinha três tipos de juta, plantio de juta. Primeiro era o **roçado de mata**, trabalhar na mata preparava tudo para fazer o plantio da juta. Se plantasse a máquina era uma coisa, se plantasse semeado era outro plantio, quer dizer que a juta semeada vendia mais que o plantio de máquina. Semear era mais custoso mais vendia mais, suas três toneladas, quatro toneladas, conforme a gente produzia. Tudo isso foi o trabalho da juta. Segundo plantio era a **juta da lama**, a terra saia a água saia e a senhora já vinha com a semente, quando a terra secava, ela já vinha bonitinha. Era uma produção antes, que dava fibra, já cortava botava no ombro levava. Terceiro plantio era **roçar capoeira**, mato, capoeira. Na época nós plantava mais no *puxirum*, eram dez, quinze homens. Eu me cabia de arrumar o material do baco-baco [comida] do rancho, também só dava o almoço. Puxirum para roçar, puxirum para cortar, agora a lavagem a gente vazia e pagava a gente. Agora dos trabalhos mais era o puxirum, vinha dez, quinze, vinte trabalhava mais. Aquelas pessoas deixavam a gente sossegada. Daí a gente já ia para o trabalho daquela, daquela. O dinheiro era meu, o dinheiro era para pagar as minhas dívidas no banco no comércio, os puxiruns que vinha não, a gente ia pagar com trabalho para eles. Eu ia lá ajudar a roçar, derrubar. Era assim, existia essas coisas [risos]. Hoje não tem mais isso não, para nada (ENTREVISTA, 2014).

Entre suas memórias sobre os tipos de plantio da juta, seu Almir lembra as etapas e dificuldades no plantio, ressalta o processo de trabalho coletivo, o puxirum, como uma prática inexistente nos dias de hoje, onde a dominação das relações de trabalho segue o modelo do capital monetário. As narrativas de seu Almir indicam que a monocultura nos espaços da Amazônia serve ao interesse do capital na região, exaurindo o solo de várzea e a saúde do trabalhador juteiro, seguindo estratégias que abarcam o processo de plantação, beneficiamento, comercialização do produto final para exportação. Atividade realizada com base em relações de trabalho exploratórias e de dependência.

O trabalho coletivo é uma forma encontrada pelos caboclos de produzir em maior escala, sem, contudo explorar a força de trabalho alheia sobre demasia, pois à medida que o roçado e a plantação são realizados na terra de um dos trabalhadores, haverá o momento que este retribuirá o trabalho recebido no roçado dos parceiros de labor.

Pinheiro apud Arendt (2013) ressalta que o labor é a forma *sine qua non* para a realização do trabalho, sendo responsável por manter o organismo vivo e realizar a fabricação dos utensílios favoráveis a qualidade de vida humana. O labor é vida.

A atividade produtiva da monocultura visa o lucro aos donos dos meios de produção e financiamento na Amazônia. A relação de classes nessa conjuntura indica o papel do trabalhador rural, juteiro, possuidor da força de trabalho, e ainda que dispusesse de determinadas ferramentas advindas dos financiamentos bancários, como um trabalhador produtor da classe que vive do trabalho. “*Quem emprestava dinheiro era o Banco do Brasil. Época dos mil réis [...] na época os compradores da juta era os regatões*”.

Entre a década de 1940 a 1970, Parintins vivencia um período de crescimento e desenvolvimento urbano motivado pelo comércio da juta. A jiticultura local abarcava a produção das várzeas parintinense beneficiando e tecendo a fibra nas fabricas que se instalaram na cidade. Nas décadas de 1960 e 1970 Parintins chegou a ser responsável por 22.5% - dados da CO-DEAMA - de toda a produção de juta do Estado do Amazonas, sendo que nos portos de Parintins movimentava-se cerca de 1/3 (um terço) e 1/4 (um quarto) da produção estadual. Estimava-se que em meados de 1960, cerca de 1.000 pequenos estabelecimentos produtores estavam engajados na cultura da juta em Parintins, o que equivalia a 5.000 pessoas diretamente ligadas a produção da fibra na região. Tornou-se a principal fator da economia de Parintins, pois o seu cultivo e beneficiamento ocupavam grande parte da mão-de-obra dos habitantes tanto da área rural como da urbana, sendo que até a década de 70 a população rural era maior que a urbana (SILVA, 2009).

O processo produtivo da jiticultura da maneira como se realizou na Amazônia representa mais um processo de fazer da região um território de exploração dos recursos naturais e do trabalho rural para servir a acumulação de mais valia e do lucro do mercado. O juteiro depende do regatão, do patrão das fabricas de beneficiamento da juta, dos bancos financiadores, mas estes donos do capital dependem por sua vez da mercadoria produzida pelo juteiro, unindo assim interesses antagônicos da relação de classes. Essa relação antagônica é expressa na fala: “a empresa cooperativa que veio para cá – financiava. Leva produto para ela. Pouco lucro; tiravam [dos trabalhadores] muitos juros. O maior lucro que tive foi trabalhar sem me consumir com o banco [hipotecar terreno]”.

Sobre as dificuldades da vida na várzea seu Almir evidenciou:

Sai do Paraná porque os filhos estavam grandes e não tinha escola. Fui obrigado a vir para cá [Parintins] foi à causa que estou aqui até hoje. O dinheiro da juta foi à entrada do meu terreno, a mais ou menos 40, 45 anos atrás. Quando eu vim trabalhei na Fabriljuta e quando ela fechou, eu não tinha estudo, fui pescar. Eu trabalhei quatro anos na Guarda Municipal da prefeitura [...] Depois adoeci e não trabalhei mais como guarda na noite. Estou na casa dos noventa anos. De lembrança da juta: minha casa (ENTREVISTA, 2014).

Na década de 1960 a economia em Parintins era gerada pela atividade da pecuária, juta, produção agrícola e pesca. Além da arrecadação de taxas e impostos. A produção da juta e da malva impulsionou a fundação da Cooperativa Mista dos Juticultores de Parintins, instalação da Fabril Juta de Parintins, instalação da Prensa de Juta S. A. Araújo e instalação da Caçapava (SOUZA DINELY, 2013).

Em meados do fim da década de 1960 e início da década 1970 Parintins passa por um processo de instabilidade política e econômica vivenciada pelo país [crise inflacionária decorrente da crise internacional do Petróleo e do Milagre Brasileiro], mas o crescimento populacional continua principalmente nos espaços periféricos da cidade, ocorrendo de forma mal organizada e sem os serviços necessários a população. Os recursos econômicos gerados pela juiticultura, entre outras atividades do extrativismo e pecuária, concentravam-se na cidade e pouco era realizado em prol das comunidades rurais produtoras das riquezas acumuladas pela juta. A concentração de investimento em políticas públicas educacionais e sociais na área urbana influenciava na necessidade do caboclo produtor da várzea necessitar morar na cidade para ter acesso à educação e saúde para os filhos.

Até a década de 1960, a população parintinense correspondia a 75% de ocupação na área rural, distribuída em colônias e comunidades rurais. A população de várzea realizava principalmente o cultivo da juta e da malva. Algumas comunidades rurais já começavam a receber escolas do ensino primário [fundamental correspondente ao 1º e 5º ano], porém a partir desta formação escolar inicial era preciso destinar-se a cidade para continuar os estudos (SOUZA DINELY apud LUZ, 2013).

Além da ausência de políticas públicas na área da educação nas comunidades rurais, os fatores naturais como enchentes e também econômicos como o declínio da cultura da juta nas várzeas do Amazonas despon-tava para a saída do espaço rural e migração para a cidade. Esse processo de êxodo rural marcou o crescimento da população urbana entre a déca-

da de 1960 e 1970 (SOUZA DINELY, 2013). Gerando, assim, uma mudança crescente na vida e nos costumes caboclo, acostumado outrora a enfrentar as intemperes do campo, sabendo produzir e reproduzir as condições necessárias para vida no espaço rural, ao vir para a cidade teve que aprender novas formas de organização da vida no aspecto familiar e, sobretudo no mundo do trabalho.

Thompson (1998) ressalta sobre os costumes que estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o que seria mais difícil de fazer de modo indireto para preservar e atender necessidades e expectativas de interesse coletivo daqueles que coparticipam.

Sobre a importância da cultura da educação do campo ser significativa está também a necessidade da cidade sobre a existência do modo de vida no campo, pois entre outras questões as atividades produtivas realizadas na área rural são imprescindíveis para a vida essencialmente humana. Santos (2012, p. 95) alerta: “O homem constitui, dentro da natureza, uma forma de vida [...]. O fator distintivo determinante é o trabalho; o que torna o homem uma força foi generis é a capacidade de produzir”. Para tanto é preciso respeito e valorização das atividades produtivas nos espaços de várzea para que a migração a cidade não corresponda à falta de expectativas de políticas rurais de atenção à família produtora rural. Uma educação significativa que represente os anseios por práticas de vida sustentáveis na atualidade amazônica.

Bourdieu (2004) esclarece que “para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo”. Neste sentido, o poder simbólico é o poder dos grupos, presente em suas práticas e baseando nas condições existentes. O poder simbólico está fundado na posse de um capital simbólico, como um crédito que diz respeito ao poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores.

Sendo assim, Bourdieu (2004) evidencia que o poder de fazer um novo grupo, por meio da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo. O poder de falar em nome do outro requer legitimidade e aceitação do coletivo.

Considerações Reflexivas

A produção do conhecimento a respeito da Amazônia, através da história oral requer uma visão que considere a perspectiva epistemológica da história oral em seus aspectos político, econômico, social e cultural. Deve-se estar atento às contradições, disputas de memória individual e coletiva, predominância de mentalidades em diferentes contextos para perceber nas entrelinhas da história a construção das representações hegemônicas de seus povos, categoria de trabalho ou indivíduos sociais, para assim tecer a trama e conexões entre história regional e história global que configuram a formação social dos povos da Amazônia brasileira.

Os estudos sobre a região Amazônica contemporânea fazem parte da Nova História e envolvem olhares diversificados sobre seus problemas de ordem, social, econômica e cultural. À medida que se valoriza a história regional a partir de instrumentos como a entrevista, possibilita-se o empoderamento dos atores sociais deste imenso território. Este é o nosso papel enquanto pesquisadores, amazônidas, deixar aflorar o específico, o próprio, o particular outrora invisibilizado. A degradação da natureza é ao mesmo tempo a degradação dos recursos indissociáveis a vida humana, por tanto é preciso criar as condições necessárias à reconciliação homem natureza sob o viés da complexidade da vida em seus diferentes aspectos.

Assim, as reflexões sobre as formas de trabalho produtivo realizados nos territórios de várzea entre a década de 1930 a 1970 e ainda nos dias atuais indicam que é preciso estudar a Amazônia, pensar suas problemáticas, respeitar suas peculiaridades de espaço habitado por seus diversos povos para criar de projetos sociais e econômicos viáveis, pautados na sustentabilidade da vida, na dignidade da condição humana de trabalhadores rurais e urbanos sobreviventes a tantas facetas da degradação da vida amazônica.

Referências

ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. FGV Editora, 2004.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. – 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia – Formação Social e Cultural. Manaus: Editora Valer, 2009.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. Coisas ditas / Pierre Bourdieu; tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim ; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo: Brasiliense, 2004.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Apresentação. In: WITKOSKI, Antônio Carlos, et al. (Org.) A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental? São Paulo. Annablume, 2010.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. Tradução de Bernardo Leitão e Irene Ferreira. In: Enciclopédia Einaudi. 1. História-Memória. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica: uma poética do imaginário. 5ª ed. Manaus: Editora Valer, 2015.

LOUREIRO, Violeta Refkalesfsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. Estudos Avançados 16 (45), 2002.

MEIRELLES FILHO, João Carlos, 1960 – O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. João Meirelles. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Morin, Edgar, 1921- A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História Regional e História Local do Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. Feira de Santana, Salvador: UEFS: ed. Arcádia, 2002.

NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva. IN: WITKOSKI, Antonio Carlos; FERREIRA, Aldenor da S.; HOMMA, Alfredo. K, Oyama; FRAXE, Therezinha de J.P. (org) A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental? São Paulo, Editora Annablume, 2010.

PINHEIRO, Hamida Assunção. Fronteiras da vida: o tradicional e o moder-

no na Amazônia. Manaus, EDUA, 2013.

PINTO, Ernesto Renan de Melo Freitas. A constituição história da produção mercantil simples no estado do Amazonas e a cultura d ajuta. IN: WITKOSKI, Antonio Carlos; FERREIRA, Aldenor da S.; HOMMA, Alfredo. K, Oyama; FRAXE, Therezinha de J.P. (org) A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental? São Paulo, Editora Annablume, 2010.

RIBEIRO, Odenei de Souza. Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Milton Santos em colaboração com Denise Elias. – 6 ed. 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia / Charlene Maria Muniz da Silva. - Manaus: UFAM, 2009.176 f.;

SOUZA, Nilciana Dinely. O processo de urbanização da cidade de Parinitns (AM): Evolução e Transformação. Universidade de São Paulo. Tese apresentada ao departamento de Pós-Graduação em geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: USP, 2013.

SOUZA, Camilo Ramos. A Geografia nas escolas das comunidades ribeirinhas de Parintins: entre o currículo, o cotidiano e os saberes tradicionais. Tese apresentada ao departamento de Pós-Graduação em geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: USP, 2013.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. E. P. Thompson; revisão técnica Antônio Negro, Crisitna Meregello, Paulo Fontes, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Iraildes Caldas. As novas amazônidas. Manaus: Edua, 2005.

WITKOSKI, A.C. O Rio Negro (Não) Comanda a Vida: políticas de inclusão social nas comunidades de áreas de abrangência do projeto Piatam. IN: FRAXE, T.J.P.; PEREIRA, H.S.; WITKOSKI, A.C. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modo de vida e uso dos recursos naturais. Manaus:

EDUA, 2007.

WITKOSKI, A.C. A cultura de juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental? WITKOSKI, Antônio Carlos; FERREIRA, Aldenor da Silva; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama e FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. São Paulo: Annablume, 2010.

Novos marcadores de gênero no tempo contemporâneo: o olhar para a rede de coletivo de mulheres em Manaus

*Nicole Maria Fernandes de Sousa
Iraíldes Caldas Torres*

Introdução

Este estudo tem a intenção de averiguar a emergência de novas configurações de gênero no tempo contemporâneo, remetendo para a realização de um mapeamento dos novos coletivos de mulheres em Manaus. As especificidades deste objeto de pesquisa estão voltadas para verificar em que sentido ocorre a ressignificação de gênero no tempo contemporâneo, apontando a emergência de coletivos de mulheres que eclodem na sociedade brasileira. Neste contexto, busca-se analisar a expressão político-cultural dos coletivos de mulheres emergentes em Manaus, pontuando o cariz ideológico de suas vertentes.

A esfera pública como o lugar da grande política faz irromper coletividades identitárias, contribuindo para a conquista de espaços na sociedade, com grande intensidade a partir da segunda metade do século XX. Foi, pois, nesse processo de construção e afirmação de sua cidadania, que as mulheres se constituíram como sujeito centrado na luta contra a opressão e a dominação masculina.

Atualmente, no âmbito das transformações ocorridas no tecido social, as formas de expressão política se reconfiguram, sendo percebidas, sobretudo, no contexto dos coletivos de mulheres sob a perspectiva de gênero. Surgem novas formas de expressão do ser, em matizes e conceitos diferentes, formando uma “energia coletiva, a força imaginal do estar-junto [...], fora de todos os caminhos balizados pelo racionalismo da modernidade, sempre mantendo a exigência ética básica de toda sociedade, aprender a viver, saindo de si, com o outro” (MAFFESOLI, 2005, p. 71).

Os anos 2000 marcam a efervescência dos novos grupos de mulheres que se expressam de forma espontânea, e ao largo da nucleação tra-

dicional do sujeito mulher que se pôs historicamente no âmbito da política de gênero. Alguns desses coletivos, porém, como é o caso das mulheres indígenas, não se filiam às teorias ocidentais das relações de gênero (TORRES, 2014). Aparecem neste contexto a Marcha das Vadias, as Femens, as Católicas pelo Direito de Decidir, a menina Malala Yousafzai, que luta pelo direito de educação às meninas do Paquistão, as meninas do “Eu Escolhi Esperar”, dentre outras.

Esses grupos são inaugurais, protagonistas de um novo tempo prenhe de novidade, sem nucleação partidária e ideológica, a não ser a ideologia em torno da equidade de gênero. Trata-se de um movimento contemporâneo que “favorece infalivelmente a emergência de um forte sentimento coletivo” (MAFFESOLI, 2014, p. 18). Para Agamben (2009, p. 62), “contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”. Estamos diante de um *Kairós* ou de um tempo oportuno, do agora, matizado pelas subjetividades rebeldes e transgressoras, longe da modernidade nucleadora do sujeito centrado. A nossa pesquisa é ancorada em teorias da pós-modernidade, sobretudo aquelas do pós-estruturalismo que apresenta uma visão histórico-crítica mais aberta conforme autores apontados no item sobre os procedimentos da pesquisa.

O trabalho de campo foi realizado junto a uma amostra de 06 coletivos de mulheres que se mobilizam em torno das questões de gênero, na cidade de Manaus, sob a técnica de entrevista do tipo semiestruturado. Ouvimos, também, 01 representante do Fórum Permanente de mulheres de Manaus, 01 representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher/Manaus e 01 pesquisadora da temática de gênero, também sob a técnica de entrevista semiestruturada.

É assim que este estudo assume fundamental importância, sobretudo para as Ciências Sociais Aplicadas, na medida em que revela as argúcias de um tema pioneiro no contexto da pós-modernidade, ainda pouco explorado, sobretudo no âmbito do Serviço Social. Seus resultados se traduzem, agora, em forma de artigo, visando contribuir para o fortalecimento dos coletivos de mulheres.

Ressignificação das relações de gênero no tempo contemporâneo

O tempo contemporâneo cria um novo *ethos*, uma energia coletiva nova, um novo tipo de viver a vida. Maffesoli (2005, p. 71), mostra que “a força imaginal do estar-junto busca uma via, fora de todos os ca-

minhos balizados pelo racionalismo da modernidade, sempre mantendo a exigência ética básica de toda sociedade, aprender a viver, sem sair de si, com o outro”. É, pois, sob essa perspectiva que surgiram em Manaus, a partir dos nos 2000, os novos coletivos de mulheres que retratamos neste estudo. Antes, porém, de analisarmos a atuação desses coletivos, pareceu-nos pertinente situarmos a existência de dois organismos sociais que atuam em Manaus como nucleadores dos movimentos feministas e de mulheres, que é o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus (FPMM) e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – Manaus (CMDM), os quais são considerados movimentos sociais tradicionais.

Frente à necessidade da existência de entidades que aglutinassem os movimentos feministas locais, o Grupo *Caritas*, que pertence à Arquidiocese de Manaus, convocou todos os movimentos de mulheres que realizavam atividades em torno da luta das mulheres, para reunirem e iniciarem esse processo de criação e implementação do Fórum e posteriormente a eleição do referido Conselho, conforme nos informou a coordenadora do Fórum mencionado. Esta entidade é, por assim dizer, aquela que aglutina a cidadania feminista na cidade de Manaus. Nasceu da necessidade de criação de um espaço político de reflexão e organização permanente com vistas à articulação, fortalecimento e fomento da luta pela efetivação dos direitos humanos e a implementação de políticas públicas para as mulheres. Atualmente, a entidade possui cerca de 30 movimentos sociais de mulheres atuantes afiliados a ela. Sua relevância social está na significativa contribuição à organização coletiva das mulheres e na luta pela equidade de gênero, alertando a sociedade sobre a importância do controle social ou participação popular frente aos poderes públicos.

Àquela altura, após a criação do Fórum, ocorreu a criação e eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher/Manaus, como mecanismo de efetivo controle social, ou seja, da expressão da vontade da sociedade, direcionando as ações do Estado, participando da elaboração e fiscalização das políticas públicas voltadas para a garantia efetiva dos direitos das mulheres. Poder-se-ia dizer que a criação de um conselho municipal estaria em consonância com o que está disposto na Constituição Federal de 1988, que garante a participação cidadã, reflexo das mobilizações e lutas, através da criação de conselhos gestores, sendo “uma das principais experiências de democracia participativa no Brasil contemporâneo” (TATAGIBA, 2005, p. 209).

O Conselho, composto por 9 (nove) entidades governamentais e 9 (nove) não-governamentais, é paritário e busca reivindicar os direitos humanos das mulheres com vistas à eliminação da discriminação e da desigualdade de gênero. Seu objetivo é formular e fiscalizar políticas públicas, além de exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher. Por direitos humanos, podemos afirmar, com Benevides (2007, p. 336-337), que são

Aqueles comuns a todos, a partir da matriz do direito à vida, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços do rosto e cabelo etc.), da etnia nacionalidade, sexo, faixa etária, presença de incapacidade física ou mental, nível socioeconômico ou classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano.

Essas entidades têm conhecimento sobre o surgimento dos novos coletivos de mulheres. Entretanto, nenhuma delas ainda conseguiu apresentar uma sistematização das informações necessárias a respeito destes coletivos emergentes, o que evidencia que, apesar dos esforços e das conquistas já obtidas, ainda existem desafios estruturais a serem superados pelos órgãos que têm contribuído sobremaneira para a organização e o fortalecimento dos coletivos de mulheres de Manaus. Apesar disso, em relação à compreensão acerca do conceito de gênero, é possível observar que ambas as entidades representativas demonstram o entendimento de que os significados atribuídos à esta categoria analítica têm raízes a partir das teorizações feitas por Simone de Beauvoir (1970) que, de forma ousada, iniciou uma reflexão que questionava o destino biológico das mulheres. Embora, haja, um certo entendimento do conceito de gênero, esses movimentos de mulheres, no caso, o Fórum e o Conselho, considerados tradicionais, buscam não interferir na visão biologizante de certos movimentos afiliados, com a justificativa de garantir a dinâmica interna entre seus membros, os coletivos e a sociedade em geral.

Não há dúvida que, embora haja um entendimento do conceito de gênero enquanto produto da cultura e dos processos socioculturais, por parte das mulheres que compõem a entidade, há também o convívio com aquelas mulheres cujo entendimento ainda parte de uma visão biologizante. Por este motivo, as discussões internas dos órgãos representativos, sobre

os assuntos voltados a temática de gênero, são intensas e revelam um momento ímpar de troca de experiências e compartilhamento de teorias que contribuem para com o rompimento de pensamentos mais tradicionais. De acordo com Torres (2007, p. 51), “não é [...] possível analisar as relações de gênero somente a partir das concepções binária da oposição entre os sexos, mas, fundamentalmente, buscar compreender como o gênero articula-se com outros elementos presentes na trama das relações sociais”.

Temos então, que gênero enquanto episteme não passa por resignificação, o que muda ou se ressignifica no tempo contemporâneo, são as formas de organização social no contexto das relações de gênero. Os indivíduos se deslocaram em seu modo de ser e estar no mundo (TORRES, 2007), as identidades não assumem a fixidez que possuíam em tempos passados (HALL, 2005), a tendência é viver o momento presente descolado das convencionalidades tradicionais das organizações de grupos.

Em relação ao aspecto geral da estrutura conceitual das relações de gênero Scott (1989) e Beauvoir (1970) ampliaram significativamente o debate teórico em âmbito global, chamando a atenção para o fato da construção cultural deste conceito e sua intersecção com outros conceitos, como os de classe e raça/etnia. No entanto, é essencial que as pesquisas que discutem a temática de gênero percebam que essas teorias precisam ser trabalhadas, considerando as especificidades regionais, neste caso, da região amazônica. Torres (2005) considera que o conceito de gênero estabelece também uma intersecção com os conceitos de região, nação e geração, o que vem se somar com a intersecção de classe e raça/etnia (SCOTT, 1991). Há especificidades regionais que acrescentam outros estereótipos à figura da mulher como, por exemplo, o estereótipo de “mulher fácil” e lasciva sexual em relação à mulher da Amazônia (TORRES, 2005), o que é visto por essa autora como uma discriminação de gênero.

O contexto do pós-moderno, ao romper com a visão tradicional de patriarcado abre alas para o respeito às diferenças como forma de afirmação dos sujeitos. A sociedade pós-moderna, de acordo com Bauman (2001), se apresenta de forma fluida, líquida, o que se aplica às novas configurações de gênero vividas pelos sujeitos dos novos coletivos de mulheres. Assim, foi possível verificar, que o movimento de mulheres, feministas ou não, do século XXI, se apresenta muito ligado à tecnologia, mas especificamente, à internet. Esta particularidade está relacionada com a globalização mundial que proporciona maior facilidade no que diz respeito ao acesso à informação para uma boa parcela da população mundial.

Os discursos das representantes dos coletivos de mulheres, ouvidas nesta pesquisa, permitiram-nos verificar como foram construídos seus entendimentos acerca das relações de gênero:

TABELA 1 – COMPREENSÃO DE GÊNERO ENTRE OS COLETIVOS			
Nome da entrevistada	Nome do coletivo	Ano de fundação	Concepção De Gênero
CRISTAL	Coletivo Feminista Baré	2013	“Compreendemos gênero, no feminismo, como parte de um conceito que perpassa a construção das identidades dos indivíduos, ou seja, gênero é um conceito necessário, uma categoria útil (como diria Scott). Falar de gênero no movimento feminista é falar do conceito de identidade de gênero” (Entrevista, 2018).
RUBI	Humaniza – Coletivo Feminista	2015	“Devido a esse processo de amadurecimento intelectual e teórico, ainda não há uma definição de gênero homogênea. Está havendo formações internas para que se chegue em um consenso (Entrevista, 2018).
JADE	Maracatu Baque Mulher	2016	“Difícil responder isso pelo grupo, mas quando a gente pensa em gênero, lá, pelo que percebo, pensa-se muito nas questões de padrões de gênero, papéis de gênero” (Entrevista, 2018).
SAFIRA	Instituto Mana	2017	O coletivo entende gênero como “uma construção social” e por isso fazem um trabalho de “formiguinha” de empoderamento feminino para que as mulheres fortaleçam o que são para depois desconstruirmos toda a ideia de gênero imposta pela sociedade (Entrevista, 2018).
ÁGATA	Movimento de Mulheres por Moradia - Orquídea	2003	“Como sendo construído socialmente, em uma sociedade patriarcal, machista, de submissão das mulheres” (Entrevista, 2018).
AMETISTA	Coletivo Rosa Zumbi	2012	“O gênero não pode partir somente da questão biológica. Deve partir do entendimento do indivíduo ou da “individa”. A discussão de gênero é a mais diversa possível” (Entrevista, 2018).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

A compreensão de gênero para a maior parte dos coletivos entrevistados, mostrou-se voltada para a concepção desta categoria analítica enquanto um conceito construído e firmado na cultura, aspecto consagrado na episteme ocidental de gênero, sobretudo com Beauvoir (1967, p. 9) para quem “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Há, portanto, uma equivalência de compreensão dessas representantes dos coletivos com a literatura ocidental especializada. A maioria desses coletivos aponta a identidade social de gênero como um elemento central no conceito de gênero, o que confirma as acepções teóricas de Matos (1997) e Butler (2015). Para essas autoras, as identidades de gênero não são fixas, são fluidas, mudam conforme os deslocamentos dos indivíduos dentro da cultura, inclusive no que diz respeito à sua orientação sexual.

Entender este processo de construção, envolto em questões novas postas à vida dos sujeitos supõe a construção de um novo ideal e, para tanto, os coletivos de mulheres ouvidos na pesquisa, se utilizam da tecnologia, da música, de dinâmicas didático-pedagógicas, como as rodas de conversas, clube de livros, oficinas de empoderamento, palestras, dinâmicas e afins, para propagar os assuntos relacionados à categoria de gênero, em diversas esferas sociais, atingindo pessoas de todas as classes sociais, com o intuito de discutir as desigualdades de gênero.

Deve-se reconhecer, com efeito, que o entendimento do conceito de gênero, por parte destes coletivos, ainda é um processo em construção, dada as características de seu dinamismo, uma vez que se observou que os coletivos emergentes se apresentam como sujeitos metamorfoseantes neste tempo contemporâneo. Constatou-se, ainda, que eles estão sempre em um processo de amadurecimento em relação à temática e que o coletivo se torna uma comunidade emocional, como diz Maffesoli (2014) de propriedades terapêuticas, com a qual compartilhar os anseios em relação à vivência das mulheres se torna mais leve.

O carisma na expressão político-cultural dos coletivos de mulheres

É preciso, pois, compreendermos o surgimento e fortalecimento de novos coletivos de mulheres em Manaus, a partir dos elementos subjetivos que os une enquanto grupos sociais distintos, que possuem um ponto de intersecção pautado na luta por direitos sociais e contra a violência, revelando a existência de uma comunidade emocional, entendida a partir dos ensinamentos de Max Weber acerca de um de seus tipos ideais de análise, que é o conceito de dominação carismática. É preciso entender, com efeito,

esse conceito em uma amplitude interpretativa que se põe para além da devoção à personificação do líder carismático. Ou seja, nesse caso, o líder carismático não é um indivíduo dotado de poderes proféticos, mágicos e heroicos, mas sim um movimento que cumpre, na subjetividade das mulheres que compõem esses coletivos, o papel de condutor das ações transformadoras que irão subverter a ordem do cotidiano.

Ao definir o tipo ideal de dominação carismática, Weber (*apud* COHN, 2005, p. 134-141), tomou como parâmetro, num primeiro momento, a magia, a religião e a teologia, dando destaque ao líder carismático, representado pelo profeta, pelo herói e pelo demagogo e, seus apóstolos e seguidores. No profeta, o carisma se expressava por meio dos poderes mágicos e religiosos que revelavam as orientações divinas; no herói, o carisma era reconhecido através das realizações sobre-humanas e; no demagogo, o carisma se apresentava no poder da oratória. A partir dessa definição, o pensador aponta para o tipo de associação dominante pautada no comunitarismo, em que as relações interpessoais sobrepõem as qualidades profissionais no funcionamento administrativo do grupo.

Para Bach (2011), Weber não se limitou a fazer apenas uma descrição de um tipo ideal de dominação, mas um sólido fundamento sociológico que aponta o carisma como força “não racional” capaz de romper com as estruturas tradicionais e legais da sociedade, uma vez que

[...] o conceito de carisma de Max Weber não se esgota em um conceito tipológico descritivo para diferenciar formas de dominação especificamente extracotidianas e formas tradicionais e legal-burocráticas que apresentam um caráter cotidiano. Antes, pode ser interpretado também como modelo de explicação para a gênese e o desenvolvimento explosivos de mudanças sociais, cuja força motriz é uma revolução de atitudes, motivada por razões internas, que transformam a personalidade (BACH, 2011, p. 60).

É a partir desse movimento afetivo e “não racional” do carisma que podemos perceber os novos coletivos de mulheres de Manaus como uma expressão de relações carismáticas que constituem uma “comunidade emocional” (MAFFESOLI, 2014), que une as suas integrantes em torno de um forte sentimento, percebido aqui, principalmente, na busca por direitos sociais e contra o racismo e a violência, capazes de romper com as tradições e legalismos cotidianos e que está para além das concepções particularizadas.

Pode-se dizer que, nesses tempos pós-modernos, o líder carismático que conduz as ações das mulheres em cada coletivo analisado nesta pesquisa é o sentimento de luta que as une, mesmo que este se expresse na

diversidade de bandeiras identitárias e na dinâmica que autoriza vários indivíduos a conduzir, simultaneamente, as ações. Antes de apresentarmos as especificidades de cada bandeira identitária de luta dos coletivos de mulheres analisados, é preciso esclarecer que, para Weber (1999, p. 328), o carisma “pode ser, e naturalmente é, em regra, qualitativamente singular, e por isso determina-se por fatores internos e não por ordens externas o limite qualitativo da missão e do poder de seu portador”.

Isso significa, para esta análise, que as mulheres que têm por missão liderar a luta e fortalecer as identidades só permanecem nesses postos, enquanto forem capazes de demonstrar aos seus pares, as habilidades para cumprir tal missão. Essas habilidades, diferente da definição primária do conceito de carisma, não se encontram mais no indivíduo em si, mas no sentimento que perpassa a racionalidade coletiva capaz de transformar o cotidiano.

Ainda de acordo como Bach (2011), o carisma, visto para além da personificação do poder de liderança, ultrapassa a definição tipológica, uma vez que se torna o modelo explicativo weberiano que vai complementar o conceito de racionalização. Isso porque, a história da sociedade se apresenta numa constante dinâmica de relações sociais tensionadas por momentos de racionalização e desracionalização.

A partir desse contexto, podemos pensar os novos coletivos de mulheres de Manaus como fenômenos sociais que surgem, a partir do forte sentimento de contrapor o tradicionalismo e a ordem vigente de uma sociedade patriarcal, violenta e preconceituosa, unindo, em uma grande comunidade emocional, uma diversidade de estratégias de ação, traduzidas em bandeiras de luta. Ou seja, a racionalização da ordem tradicional vigente é radicalmente desracionalizada pelo sentimento carismático da comunidade emocional que luta e irrompe o novo, qual seja, a transformação dos valores, dos comportamentos, das ações, mesmo que, no momento seguinte, a racionalização, agora em novas bases, seja retomada.

É possível, agora, entender como cada coletivo de mulheres analisado, traçou suas bandeiras de luta, bem como cada um deles vem buscando interagir dentro dessa grande comunidade emocional que os une, enquanto grupos carismáticos, que enfrentam e contrapõem a ordem tradicional vigente. É possível, também, perceber quais os desafios que ainda se apresentam como barreiras a serem superadas para que seus objetivos possam ser concretizados, rumo à transformação estrutural do tecido social em que se encontram inseridos.

Deve-se reconhecer que o sentimento que forjou a comunidade emocional que reúne os coletivos de mulheres em uma mesma identidade feminista, pode ser traduzido pela luta por direitos sociais, por autonomia, contra violências e racismos, impostos por uma sociedade de tradição patriarcal, cuja estrutura das relações sociais legitima a “dominação masculina”¹. Mesmo havendo níveis variados de entendimento sobre o conceito de gênero e suas possíveis transgressões, estes coletivos possuem clareza acerca do sentido que este conceito assume em suas ações. No quadro a seguir, é possível perceber mais esse sentimento, a forma como o líder carismático conduz as ações dessa comunidade emocional, formada pelos novos coletivos de mulheres de Manaus:

QUADRO 2 – PERFIL DOS COLETIVOS ENTREVISTADOS				
Coletivo	Ano de criação	Quais as bandeiras de luta?	Identifica-se com o feminismo?	Se, sim. Qual vertente?
Coletivo Rosa Zumbi	2012	Negritude; mulheres; LGBT; Direitos humanos.	Sim	Feminismo interseccional.
Instituto Mana	2017	Empoderamento feminino; Educação para tolerância; Ativismo social.	Sim	Feminismo interseccional
Maracatu Baque Mulher	2016	Empoderamento feminino; Ativismo social; Enfrentamento à violência doméstica	Sim	Feminismo interseccional
Coletivo Feminista Baré	2013	Gênero; Raça; Classe.	Sim	Feminismo interseccional
Movimento de Mulheres por Moradia – Orquídea	2003	Política habitacional; Política de mulheres; Empoderamento feminino.	Sim	Apesar de levantar bandeiras de lutas feministas, ainda não se discutiu que vertente o coletivo segue.

1 Ver Pierre Bourdieu, 2012.

Humaniza	2015	Erradicação da violência obstétrica; Autonomia feminina nas relações de gênero; Violência.	Sim	O coletivo se assumiu feminista no final de 2017, porém, ainda estão em processo de amadurecimento teórico e intelectual e não assumiram uma vertente teórica.
-----------------	-------------	--	------------	--

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Constatamos então, que, quanto à identidade, todos os 06 (seis) coletivos pesquisados se afirmam enquanto feministas, mesmo que para 02 (dois) deles, o significa 33,33%, haja o entendimento de que comportam em seus quadros, mulheres que, apesar de se reconhecerem enquanto feministas, ainda não conseguiram estabelecer um viés teórico, ou seja, racional, a ser seguido pelos seus membros.

O feminismo é definido por Nogueira (2001), como um movimento social cuja finalidade é a equiparação dos gêneros masculino e feminino, relativo ao exercício dos direitos cívicos e políticos. Trata-se de uma estrutura básica de consciência, um olhar, uma antologia de gênero (TORRES, 2005). As mulheres dos coletivos ouvidos na pesquisa têm clareza quanto a necessidade de racionalização que inspira a luta, um referencial teórico que ampare e dê âncora à ação desses coletivos, do contrário, suas ações cairiam no ativismo pelo ativismo, um protagonismo vazio de grandes ideias e arcabouço teórico.

O feminismo interseccional é ancorado nas acepções teóricas de Scott (1991, p. 2), que considera ser o gênero um conceito relacional, apresentando “analogia com a classe e a raça [...]. Uma visão política mais global das relações de gênero”. Isto, com efeito, não quer dizer que haja uma paridade entre esses três conceitos (gênero, classe e raça), mais há sim uma interseccionalidade.

Esse movimento entre o “não racional” e o racional, realizado pelo carisma expresso pelo feminismo, também pode ser percebido, nas estratégias utilizadas para equilibrar a diversidade de posicionamentos e entendimentos acerca das pautas de discussões que perpassam as estratégias de ação dos coletivos, em busca de seus objetivos. Assim, fica evidente que

relações sociais dos novos coletivos de mulheres de Manaus, sob a ótica da dominação carismática weberiana, se expressam na dinâmica entre a “não racionalização”, revolucionária e capaz de subverter as tradições e a ordem vigente, e a racionalização que, mesmo alterada, apresenta força suficiente para influenciar a reordenação dos interesses em conflito, de maneira interdependente.

Considerações finais

A temática envolvendo o debate acerca do conceito de gênero e suas possibilidades de ressignificação no tempo contemporâneo, a partir do mapeamento dos novos coletivos de mulheres de Manaus, traz a possibilidade de aproximação ainda maior com a realidade daquelas mulheres que integram uma comunidade afetiva. Mesmo na diversidade de suas estratégias de ação, as mulheres demonstram estar unidas por um forte sentimento de luta por direitos sociais e contra todas as formas de violências, racismos e preconceitos.

Os novos coletivos se apresentam como sujeitos metamorfoseantes na contemporaneidade, ou seja, sujeitos em constante processo de vir a ser. Esses novos coletivos emergem fortemente em forma de pertencimento identitário-cultural, em que as mulheres, jovens, em sua maioria, reúnem-se para se aglutinar em uma comunidade emocional, em tribo, onde o seu lugar de fala possa ser reconhecido e validado, na diversidade de suas ideologias e expressão política. São aglutinações, frutos de um novo tempo que, em sua maioria, não possuem nucleação partidária e lutam pela emancipação feminina. Elas encontram acolhida nessas tribos, tomando para si a responsabilidade de tentar organizar e fortalecer as ações dos coletivos que eclodem na cidade, sem, contudo, cair nas armadilhas da rigidez das relações classistas e partidárias que fecundaram o século XX.

Estes novos coletivos de mulheres que eclodem em Manaus, revelam-se em consonância com o movimento da sociedade global, pondo em debate novas formas de expressão e organização de gênero, abrindo uma agenda de debates tanto acadêmico quanto no interior dos movimentos sociais. São compreendidos num estágio intermediário ou num limiar entre o novo e o tradicional. Em outras palavras, pode-se dizer que estes coletivos encontraram significado para as suas indagações na era da pós-modernidade, assumindo com novas configurações as relações de gênero, enquanto que os movimentos sociais tradicionais permanecem com as velhas convenções e orientação no plano teórico.

Por fim, fica evidente que ocorreram significativos avanços na compreensão de gênero por parte das informantes, representantes dos coletivos pesquisados. Fica claro, também, o fato de que elas conseguem se organizar enquanto grupo tendo razoavelmente uma programática e bandeiras de luta. No que diz respeito aos movimentos de mulheres considerados tradicionais ficou clara a existência de uma postura que ainda resiste ao novo ou à possibilidade de ressignificação de gênero no tempo contemporâneo. Não obstante, as representantes desses movimentos reconhecem que qualquer ganho na luta pela conquista e manutenção de direitos sociais, só é possível no interior da comunidade emocional que garante o lugar de fala na concretização do estar-junto, característico deste tempo atual.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* E outros ensaios. Trad. Viniçius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BACH, Maurizio. *Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber*. Traduzido por Markus A. Hediger. Revista Sociologia e Antropologia [online]. 2011, vol.1, n.1, pp.51-70. ISSN 2236-7527. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v1n1>
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução, Plínio Dentzien. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo I: Fatos e Mitos*. Traduzido por Sérgio Milliet. 4. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo II: A experiência vivida*. Traduzido por Sérgio Milliet. 2. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos humanos: desafios para o século XXI (in) SILVEIRA, Rosa Maria Gody, et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. Joao Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Traduzido por Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COHN, Gabriel. *Weber.Org*. Gabriel Cohn. Coord. Florestan Fernandes. Traduzido por Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 2005.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Traduzido por Thomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Traduzido por Juremer Machado da Silva. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 5ª ed. São Paulo, Editora Forense Universitária, 2014.
- MATOS, Maria Izilda. *História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas*. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v.3, n.1/2, p. 33 – 50, 1997.
- NOGUEIRA, Conceição. *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas teóricas na Psicologia social*. Braga, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciências e tecnologia, 2001.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.
- TATAGIBA, Luciana. *Os Conselhos Gestores de políticas públicas e democracia participativa aprofundando o debate*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 25, p. 209 – 213, nov. 2005.
- TORRES, Iraíldes Caldas. *Humaitá, ecos de um povo*. Manaus: Editora do Instituto de Pesquisa da Amazônia, 2007.
- TORRES, Iraíldes Caldas. *As novas amazônidas*. Manaus: EDUA, 2005.
- TORRES, Iraíldes Caldas. *Mulheres Sateré – Mawé, a epifania de seu povo e suas práticas sociais*. Org. Iraíldes Caldas Torres. Manaus: Valer, 2014.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Aspectos da história cruenta: José Honório Rodrigues e a instituição da ordem liberal no Brasil

Paulo Alves Junior

Na maioria dos compêndios de História do Brasil, ressalta-se o movimento abolicionista como um processo levado a sua realização por homens dotados de valores cívicos e compelidos à compreensão de que a própria instituição escravista já passava por seu momento agônico. Além do mais, “os abolicionistas” foram os grandes baluartes das discussões travadas em nome da eliminação da mácula que ainda paira sobre o país, ou seja, a escravidão¹.

O historiador carioca José Honório Rodrigues, em estudo que procura resgatar as discussões historiográficas a respeito do tema, aponta os limites de tais argumentos no que diz respeito ao aspecto “cruento da História do Brasil”², pois na maioria daqueles que tematizam a respeito do assunto, quase ou nada foi discutido ou mesmo polemizado no que tange à participação do cativo no processo.

O intuito, nesse breve resgate, é destacar as condições em que a abolição foi levada a sua efetivação. Para tal intento, iremos tomar como referência a conferência realizada pelo historiador carioca José Honório Rodrigues no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, em maio de 1968. Nesta procura destacar o quanto uma historiografia, por ele definida como “oficial” se afasta da análise em que o próprio

1 Há uma bibliografia consagrada a respeito do tema, todavia nossas argumentações a respeito do movimento abolicionista, no que diz respeito à melhores conceituações a respeito do movimento abolicionista, no que diz respeito à melhor conceituar as afirmações de José Honório Rodrigues, estão pautadas no estudo de Emilia Viotti da Costa (1999).

2 Existe na sociedade brasileira uma tradição histórica que o historiador carioca define como: “política de conciliação”. Essa prática explicaria os momentos de maior aproximação daqueles que exerciam o papel de controladores do Estado, ora se aproximando, ora se afastando do “povo”. No campo da produção historiográfica, o que resultaria desses instantes contrastantes seria a ênfase atribuída na participação dos setores subalternos. O estigma de História incruenta é atribuído por aqueles que identificam na História do Brasil uma situação de harmonia, com pouco derramamento de sangue. Para José Honório Rodrigues, um bom exemplo dessa interpretação historiográfica seria Hélio Viana. Por outro lado, a “história cruenta” caracteriza-se quando existem movimentos sociais que são nitidamente de oposição à estrutura social vigente, esses existiram em número expressivo na sociedade brasileira, porém poucos merecem maior destaque pela historiografia.

escravo fora responsável por uma resistência ao domínio instituído pelos grandes proprietários.

A esse respeito, o historiador afirma que:

A rebeldia negra foi um problema na vida institucional brasileira, representou um sacrifício imenso, violentou o processo histórico e originou um debate historiográfico. Como reação ao sistema escravocrata, a **rebeldia negra** (*grifo nosso*), insurreição racial, foi um processo contínuo, permanente e não esporádico, como fez a ver a historiografia oficial. O debate historiográfico resultou da interpretação oficial do sistema escravocrata, apresentado como tendo por base a legitimidade da propriedade e não o preconceito da inferioridade racial, muito mais forte nos Estados Unidos. (RODRIGUES, 1970, p. 67).

A forma de trato com o cativo ressalta as condições subumanas em que estavam alçados durante a existência da prática escravista no Brasil. Para melhor entendimento dessa particularidade, a respeito dos vários levantes realizados por escravos:

As insurreições negras no Brasil constituem um fato excepcional na história comparada da escravidão na América. Elas ainda não foram estudadas no seu conjunto, limitando-se a grande maioria dos estudiosos a tratar a guerra dos Palmares, que é um quilombo e uma insurreição, a de São Paulo de 1720, a do Maranhão em 1772, as insurreições dos Hauçás na Bahia, de 1807 a 1815, as dos nagôs, de 1826 a 1830, e especialmente a grande insurreição de 1835. Afora estas, tratadas por Nina Rodrigues e Artur Ramos, Clóvis Moura estudou mais a de 1822, na vila de São Mateus e a de 1844 na capital baiana. (RODRIGUES, 1970, p. 74).

O trabalho escravo, como parte necessária dos interesses dos grandes proprietários de terra, era identificado como forma possível de superar a ausência de força de trabalho em proporções que atendessem aos interesses da grande lavoura. Se esta obra fosse uma mercadoria em cima da qual os comerciantes pudessem ganhar, comprando barato e vendendo caro, melhor ainda.

No Brasil não havia o interesse em promover o sustento dos produtores, mas em produzir para o mercado consumidor em que o ganho do setor proprietário fosse o mais expressivo possível. Considerava-se a agricultura de subsistência um desperdício de investimento e de mão de obra que deveriam ser dirigidos à grande lavoura, principalmente de cana-de-açúcar e café, garantindo, dessa forma, "...a racionalidade e a eficiência

da grande lavoura para os quais a mão de obra escrava era fundamental”. (COSTA, 1999, p. 493).

O funcionamento do sistema de escravidão era destrutivo e opressor, não permitindo a organização por parte dos cativos. No entanto, a alta lucratividade dos proprietários permitiu a complexidade de sua organização e identificasse com a rotina de uma empresa. Os comerciantes e proprietários de escravos trabalhavam com a submissão daqueles com demonstrações constantes de crueldade. A pressão da competição comercial ajudou a difundir novas técnicas e a disciplinar o “escravo rebelde ou preguiçoso”, no trato senhorial dos proprietários de terras e escravos. (RODRIGUES, 1970).

Embora a maioria dos empregos livres concordasse implicitamente com a degradação do povo negro, eles não precisavam ser motivados pela hostilidade racial. Não foram raros os episódios de violência gratuita por causa da vulnerabilidade dos escravos, mas os sistemas escravistas bem sucedidos combinaram de forma sistemática coerção com produção e manutenção da ordem. Os manuais de administração de *plantations* costumavam enfatizar que as punições deviam ser aplicadas de forma metódica e previsível. A superpopulação navios negreiros que cruzavam o Atlântico e as provisões insuficientes de alimentos e água para os cativos causaram taxas de mortalidade muito mais altas do que entre os imigrantes livres. Mas esses métodos eram mais lucrativos, porque um grande número de escravos podia ser transportado em cada viagem. O funcionamento comum dos sistemas escravistas apresentava um pouco de impessoalidade e da “lógica funcional da organização empresarial moderna”, mesmo assim, “as próprias fazendas escravistas baseavam-se na relação pessoal característica entre superintendente, feitor e trabalhadores escravos.” (BLACKBURN, 2003, p. 31).

Nas condições descritas, a “rebelião negra” foi uma manifestação da problemática instituída com a escravidão, representou um sacrifício imenso, violento e um processo histórico que originou todo um debate historiográfico³. Como reação ao sistema escravista, a rebelião negra foi um “processo contínuo, permanente e não esporádico, como fez ver a historiografia oficial”. (RODRIGUES, 1970, p. 65).

O tema gera controvérsias, na maioria dos casos com tematizações que procuram instituir formas de interpretação que não recuperam

³ Para um apanhado amplo a respeito da produção historiográfica ver: Gomes, F. e Schwarcz, L. “*Dicionário da escravidão e liberdade*”, SP: Companhia das letras, 2018.

sua inserção social dentro do cenário definido por José Honório Rodrigues como “história cruenta”, pois, “foi objeto de análises em que se procurava destacar o processo como resultado incruento, em que a via institucional fora preterida em detrimento de acordos e conluios políticos.” (RODRIGUES, 1970, p. 69). Dessa forma, compreende-se o porque essa fora a forma escolhida para a mudança da ordem escravocrata, abortando qualquer inserção e participação do próprio escravo nesse debate.

Na contenda, o aspecto limitador da ação dos escravos está, mais uma vez, plasmado pelo tradicionalismo imperante entre nós. A história deixa de ser cruenta quando não há acordos entre os setores que compõem a elite dirigente do país e os setores subalternos. A conciliação entre os grupos rivais, porém não antagônicos, é elemento determinante para a caracterização do momento político social em cruento ou incruento. Um bom exemplo disso foi o processo que levou ao fim da instituição escravista. Quando conservadores e liberais não mais comungaram, segundo seus interesses, com tal manutenção, surgindo, assim, uma fratura em relação ao pensamento que esses grupos tinham acerca da escravidão. Logo, seu fim, em 1888, é consequência desse racha. Esse cenário em que a disputa política os levou a uma indisposição entrelaça-se à deterioração do sistema escravista, pois, segundo Marco Aurélio Nogueira:

Aos problemas inerentes a um sistema fechado e autocrático como era o monárquico, veio se somar um movimento mais fundo: o do desenvolvimento econômico posto em marcha a partir dos anos 40, cuja objetivação trouxe consigo uma nova dinâmica social. O regime mesmo, ao impulsionar a expansão da economia (particularmente comércio e agricultura de exportação), criava sem o saber condições que acabariam por inviabilizá-lo; até certo ponto, não seria capaz de acompanhar as mudanças que se sucederiam, bem como de responder às suas exigências. Foi ultrapassado pelos fatos da vida econômica. (NOGUEIRA, 1984, p. 69).

O contexto que ganhava novos ares e criava elementos para uma mudança circunstancial com a abolição, “a escravidão tornara-se uma instituição desmoralizada”. (COSTA, 1999) corresponde à própria condição de sistema “fechado e autocrático” que era a monarquia, um sistema que não criava mecanismos para acompanhar o próprio ritmo de suas mudanças. A questão que envolve o conjunto de leis abolicionistas surgidas ao longo da segunda metade do século XIX, em grande medida, segue essa premissa. Segundo Emília Viotti da Costa:

Por volta da década de 1880, era óbvio que a abolição estava iminente. O Parlamento, reagindo do abolicionismo de dentro e de fora do país, vinha aprovando uma legislação gradualista. As crianças nascidas de mães escravas foram declaradas livres em 1871, e em 1885 a liberdade foi garantida para os escravos com idade superior a 65 anos. O movimento abolicionista tornou-se irresistível nas áreas cafeeiras, onde quase dois terços da população escrava estavam concentrados. Com uma nova consciência de si mesmos e encontrando apoio em segmentos da população que simpatizavam com a causa abolicionista, grandes números de escravos fugiam das fazendas. A escravidão tornou-se uma instituição desmoralizada. Quase ninguém se opunha a ideia da abolição, embora alguns reivindicassem que os fazendeiros deviam ser indenizados pela perda de seus escravos. O único grupo que, no Parlamento, resistiu até o último minuto foi o dos representantes dos fazendeiros das antigas áreas cafeeiras, para quem os escravos representavam um terço do valor de suas hipotecas. Em maio de 1888 eles votaram contra a lei que aboliu a escravidão no Brasil. (COSTA, 1999, p. 362).

Com o intuito de procurar a explicação desse contexto, surge uma forma, do ponto de vista teórico, de apequenar a ação do negro mediante a violência em que sua condição de escravo o deixava. Sendo assim, houve, por parte de muitos intelectuais, a convivência com a afirmação de que o sistema escravista não conseguiu articular levantes, e estes, quando ocorreram, foram meras revoltas esparsas e esporádicas. O debate suscitado resultou na interpretação oficial do sistema escravocrata, apresentado como aquele que se baseou na legitimidade da propriedade e não no preconceito racial.

A versão de um “quadro paternal e doce” (RODRIGUES, 1970), em que a confraternização predominou sobre a animosidade, especialmente nas relações domésticas, falsamente generalizadas, subverteu a verdadeira inteligência do processo. Não é exato que o preconceito não tivesse aqui, como por toda a parte, infectado as relações raciais de senhores e escravos. No Brasil, a vitória lenta sobre o preconceito, ainda não de todo conquistada, representa um dos aspectos mais positivos de processo histórico humanista, progressista e civilizatório. Sofremos todos os preconceitos, fomos contra os índios, negros e judeus, e aprendemos a tolerância na educação da vida, na obra popular da miscigenação que abrandou e pacificou relações raciais e sociais. “Suportamos todas as lutas, especialmente as da gente mais humilde, e a confraternização conviveu com o combate.” (RODRIGUES, 1970, p. 68).

Como nas palavras de José Honório Rodrigues, “um quadro paternal e doce”, assim era pintado o contexto escravocrata. Despido de

violência e dos preconceitos e das lutas, aparecido mais recentemente para engrandecer o projeto de controle do Estado e a forma cruenta de suas lideranças. No entanto, essa condição ganha maiores contornos com as discussões que foram feitas para chegarmos ao fim da escravidão. “Diz que entre nós a escravidão é suave, e os senhores bons, porém, é que toda a escravidão é a mesma, e quanto a bondade dos senhores esta não passa de resignação dos escravos.” (NABUCO, 1999, p. 119). A violência com que o escravo era tratado foi apequenada por parte daqueles intelectuais que tratavam das condições do escravo e de todas as instituições que envolviam a escravidão, todavia essa não representava um “sistema fechado” (RODRIGUES, 1970). Não existia um critério restritivo entre o escravo e a porções livres da sociedade, dando margem a múltiplos contatos entre libertos e escravos, gerando, como consequência a essa peculiaridade, a mestiçagem.

A mestiçagem na interpretação honoriana:

Foi sempre característica dos pensadores brasileiros, desde o século XIX, pautar-se no referencial teórico elaborado pelos cientistas ocidentais, ou seja, o pensamento ocidental – tano americano, como europeu. Segundo Kabenguele Munanga:

A discussão travada por alguns iluministas a respeito do caráter ambivalente da mestiçagem, seja para explicar e confrontar a unidade da espécie humana (Buffon, Diderot), seja para negá-la (Voltaire); e ideia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as ideias sobre a degenerescência da mestiçagem etc, todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental repercutiu com todas as suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira. (...) Como aconteceu na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros no pensamento da ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu país, mas também, e, sobretudo, propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial. (MUNANGA, 2006, p. 53).

Entretanto, no desdobramento das discussões a respeito do ideário da mestiçagem no Brasil, os intelectuais, em sua grande maioria, apesar de terem sido “alimentados pela ciência ocidental” (MUNANGA, 2006), elaboraram propostas originais, diferentes das disseminadas em outros locais das Américas. Isso porque contávamos com uma diversidade de inte-

lectuais que, a reboque das condições locais, expressavam, em sua produção, certa particularidade. Esta, de um modo geral, passa a ser a modificada a partir da segunda metade do século XIX, por meio da alteração do eixo econômico do país.

Para caracterizar esse pensamento a respeito da mestiçagem, é necessário identificar aqueles que produziram uma interpretação pejorativa, destacando seus efeitos e suas consequências no processo de formação da identidade nacional. Nesse sentido, o caso mais específico seja de Oliveira Vianna, pois o autor de *Evolução do povo brasileiro* foi duramente criticado por José Honório Rodrigues como expressão de um pensamento social ultrarreacionário. Além disso, o intelectual fluminense apoiava-se na defesa da necessidade de um branqueamento na sociedade brasileira.

Oliveira Vianna tenta explicar a formação do país a partir do contexto típico do final dos anos 20 e começo dos 30, momento em que se consolidava no território nacional um movimento de centralização do poder e superação da ordem republicana anterior. Crítico ao governo republicano, responsabiliza-o pela ruptura do comando e da unidade havida no Império, consideradas fundamentais na estruturação política do povo brasileiro tornava-o avesso á democracia, principalmente porque essa requer o fim do personalismo, das relações pessoais de privilégios e de respeito à autoridade legal e à hierarquia.

A constituição de uma sociedade mestiça seria um dos fatores que impossibilitaria um governo nos moldes das democracias liberais modernas. A maior frequência de traços das raças inferiores seria uma das razões para o atraso brasileiro, que poderia ser superado com o “branqueamento” e educação de sua população. Segundo Oliveira Vianna, tanto o negro como o índio teriam grandes dificuldades de integrar-se e de tornarem-se civilizados.

Os negros, quando sujeitos à disciplina das senzalas, mantem-se dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, impostos pelos senhores, que os assimilam, tanto quanto possível, à raça superior. Abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada, em que vemos hoje. (...) Já o índio, há no seu temperamento ou na sua estrutura mental, como que uma certa dureza ou imaleabilidade, absolutamente invencível à ação educadora dos agentes civilizadores: ele é incivilizável por excesso de personalidade, por carência de ductibilidade mental, que permitia afeiçoar-se segundo as nossas ideias e os nossos sentimentos. (VIANNA, 1956, p. 158/9).

Outro fator que afasta o índio da civilização seria seu despreendimento, seu nomadismo e sua falta de ambição, tornando-o incompatível com a existência metódica, ordenada e medida do homem civilizado. Vianna sustenta suas argumentações tendo como base as teorias raciais, creditando ao “ariano” o papel-civilizador, “entre a mentalidade do homem branco e a do homem africano há uma diferença substancial e irredutível que nenhuma pressão social ou cultural será capaz de vencer e eliminar” (VIANNA, 1956, p. 160).

Acredita ainda que as dificuldades encontradas por índios e negros para uma “possível” ascensão social ocorrem dividido à indiferença e desconfiança frente aos valores e objetivos arianos. Desse modo, caberia à “raça branca” organizar e legislar, impondo ordem às camadas inferiores, compostas pelos inúmeros efeitos da mestiçagem que se operou entre nós:

Os mestiços podem tem valor quando herdam os genes do grupo superior (raça branca), mas de um modo geral, prevalecem os mestiços inferiores, devido a própria capacidade eugênica de suas raças de origem, tendendo a empurrá-lo para o grupo inferior, destruídos pela ação regressiva de atavismo bárbaros. (...) O negro, o índio, os mestiços de um e de outro, são na sua generalidade – à exceção dos mestiços superiores – destituídos de vontade, da capacidade de querer, de senso de continuidade, características da natureza inteiriças, monolíticas, são por isso, ao mesmo tempo, apáticos e impulsivos. Na composição de nosso caráter coletivo entram, mas apenas como força revulsiva e perturbadora. Nunca, porém, como força aplicada e uma função superior; como elemento de síntese, coordenação e direção. (VIANNA, 1956, p. 162).

Para Vianna, tanto os negros como os índios só se fazem agentes de civilização quando se caldeiam com o branco, ou seja, quando perdem sua pureza racial, sendo que o “mestiço superior” (VIANNA, 1956), capaz de civilizar-se, só o faz quando deixa de ser mestiço para tornar-se branco. O grande impedimento nesse sentido é que mantém uma “mentalidade mestiça”, e prossegue; “(...) Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro das características híbridas do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem essas características, quando deixam de ser psicologicamente mestiços, porque se arianizam.” (VIANNA, 1956, p. 178).

Representando uma versão radical do ideal do branqueamento, articula, em sua análise, a necessidade de uma evolução simultânea da raça, da sociedade e das instituições políticas. Entre os aspec-

tos reacionários – base da preocupação teórica conceitual do autor – uma das contradições que cercam o pensamento do autor no que concerne as teorias raciais. Apesar de sua admiração pelos teóricos das raças (Ratzel, Gobineau, Lapouge etc), e sua insistência nos conceitos de “raças superiores e inferiores, raça ariana e primitiva” ele não via tais diferenças como absolutas. Amparando-se nesses pressupostos, chegou a uma interpretação incompatível com as premissas do racismo científico: que o Brasil se tornaria branco por obra de sucessivas miscigenações: “o coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população, neste trabalho de arianização de nosso povo, há outros colaboradores mais enérgicos do que a imigração das raças brancas da Europa” (VIANNA, 1956). Segundo o autor fluminense, a existência de fatores de maior relevância acaba criando uma naturalização dessa superioridade, elevando, assim, a construção de uma nação homogênea no futuro. “Há as seleções naturais e sociais, que aceleram extraordinariamente entre nós a rapidez do processo redutor dos elementos bárbaros.” (VIANNA, 1956, p. 179).

A notória desqualificação das análises de Oliveira Vianna, não passaram despercebidas. A concepção liberal que lustra as assertivas preconceituosas de Vianna, levaram, no segundo volume de “História da história do Brasil”, José Honório a dedicar todo o volume ao “ultra reacionário” Oliveira Vianna.

Oliveira Viana representa uma historiografia antidemocrática, antiliberal, que não é propriamente conservadora, mas uma degeneração do conservadorismo, reatora, reacionária ou, como se dizia no Império, regressiva ou regressora. É a historiografia de retaguarda que almeja constituir uma sociedade segundo modelos históricos, considerados ideais, embora ultrapassados. Viana foi o líder, o chefe dessa corrente de pensamento regressista. (RODRIGUES, 1988, p. 03).

Voltado para uma história alienante em que o “ariano” tem mais importância que o povo na construção da sociedade Oliveira Vianna representa o que de mais reacionário surgiu na tentativa de explicar – com uma leitura mistificadora – a história dos setores de grandes proprietários de terra e escravos. José Honório Rodrigues, numa oposição ao reacionarismo de Vianna, centra sua preocupação no trato violento que fora dispensado ao negro e índio na composição da sociedade brasileira. Avalia o historiador carioca que o caráter cruento omitido pelo autor de *Evolução do povo brasileiro* (1956), remonta em apequenar, com relação à teorização do fato,

a resistência dos cativos e mais, em não levar em consideração que a mestiçagem, para além das peculiaridades que suas tematizações resgatam, foi um obstáculo na “Rebelião negra”:

A mestiçagem abatia as resistências, facilitava a confraternização, acomodava, enfim, as grandes massas negras. A confraternização, especialmente dos escravos domésticos – casos isolados de maior acomodação – foi um dos elementos que diminuíram o vigor da luta revolucionária e fortaleceram a solução pacífica gradual.(...) A via crucis para os escravos, das reformas lentas e pausadas, abria uma fronteira macia de temporização, que exigia a manutenção das condições degradantes da escravidão, mas não impunha a abnegação total ou o sacrifício da vida. Temos, assim, outra tese, ao lado da insurreição racial permanente, a da coexistência desta com a acomodação, juntamente com os instrumentos legais que vão sendo criados pela liderança das classes dominantes. (RODRIGUES, 1970, p. 78).

A acomodação, dessa forma, é entendida como fruto da personalidade gestada pela miscigenação. Perde-se o elemento de identidade que poderia criar uma forma de repulsa ao conformismo, porém, avalia-se que a miscigenação criou uma “temperança”, aspecto fundamental da constituição do povo brasileiro. Todavia, para José Honório Rodrigues, a eliminação dos conflitos que se originaram na questão escravista teve forte ligação com o conformismo impetrado pelas “lideranças arcaicas” e pela dissimulação que a miscigenação plasmou no Brasil. Essa tradição arcaica, que acredita na história unicamente incruenta, teme as reformas, teme perder a situação satisfatória e confortável em que vive e procura, para perpetuar essa condição, não dar margens a mudanças que fossem legítimas para o povo brasileiro.

A identificação da miscigenação como algo que desmobiliza as relações de enfrentamento por parte dos escravos é um dos aspectos que José Honório Rodrigues aponta para a formação de uma sociedade que procura mobilizar os seus valores e sua real força de participação. Outra questão para a qual chama atenção é a limitação dos anseios liberais que imperavam no Brasil, porém, devido a escravidão, o liberalismo no país tornou-se uma quimera, algo desconexo da estrutura do capital e, portanto, da lógica societária do Brasil no século XIX. Para embasar seu argumento, procura demonstrar como o processo de adoção de novas leis foi permitindo que o escravo pudesse resgatar-se por si próprio da escravidão, através de seu trabalho, isto é, por meio do pecúlio. Depois permitindo a elegibilidade dos

libertos, determinando um prazo de duração da escravidão, a partir da lei de 28 de setembro de 1885, ou de seu regulamento, de 12 de junho de 1886, em treze ou catorze anos e meio, “tudo isso modifica a condição do escravo, e os legisladores começam a falar no escravo como gozando uma condição de *statu liberi*” (RODRIGUES, 1970, p. 79).

A manutenção da escravidão e a discussão que ganha a proposta abolicionista na Câmara, no sentido constitucional, levou parte da intelectualidade brasileira da segunda metade do século XIX a proporcionar-se diante da temática da escravidão. José Honório, por sua vez, aponta como não foram plenamente discutidas as questões que estavam diretamente envolvidas com a escravidão, sendo as leis instituídas no Brasil desde a década de 30 do século XIX:

Os momentos de retardamento impediram sempre os instantes de aceleração. A legislação é enorme e mais demora a marcha que anima. Domina sobretudo uma mentalidade gradualista que, beneficia os grandes proprietários rurais, atrasa o país e impede o progresso do povo. Ela começa, em 7 de novembro de 1831, declarando livres os escravos vindos de fora do Império e impondo pena aos importadores; em 12 de abril de 1832 regulamenta-se esta lei; em 4 de junho de 1835, depois da Revolta dos Malês (janeiro de 1835), determinam-se as penas com que devem ser punidos os escravos que matem, firam, e cometam ofensa contra seus senhores; em 4 de setembro de 1850, a lei da repressão do tráfico e os decretos de 14 de outubro e 14 de novembro deste ano, que regulamentam essa lei de 1831, representam o instante da aceleração. Ajuda-se, assim, a formar o capital nacional desviado para o tráfico, e agora voltado para os melhoramentos nacionais. (RODRIGUES, 1965, p. 67).

A complexidade do caso escravismo-liberalismo foi apenas um paradoxo liberal. Nas trilhas da formulação de Alfredo Bosi, podemos pensar essa dicotomia “apenas um paradoxo verbal”. O seu consórcio só se caracteriza como contradição real atribuindo ao segundo termo um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia.

Esse liberalismo “ativo e desenvolto” simplesmente não existiu, enquanto ideologia dominante, no período que se segue à Independência e vai até os anos centrais do Segundo Império. “A antinomia tantas vezes acusada, e o travo de nonsense que dela poderia nascer, merecem um tratamento rigoroso que os desfaca” (BOSI, 1999, p. 196).

Para exemplificar, ficávamos longe de qualquer discussão a respeito da propriedade fundiária, ou mesmo de uma prática que valorize a

força de trabalho livre. “Não se toca na terra, nem se chega à libertação e muito menos se aceita tranquilamente o fim da escravidão. (RODRIGUES, 1965, p. 67). O pensamento cruento, que evita qualquer forma de integração à sociedade de classes, afasta o ideal liberal de seu funcionamento no Brasil.

O país não tem mais paciência para ouvir falar em liberais que não são abolicionistas. *Um partido liberal que não repudia a escravidão é um partido de nome suposto*, essas palavras de Joaquim Nabuco expressam o limite do liberalismo que os grupos políticos adotaram como linha mestra de suas ações. (...) Uniam-se todos, na manutenção do *status quo*, nas concessões graduais, atrasando o desenvolvimento do país, para benefício de uma classe, e não da nação. A conciliação, o compromisso político, que dominou o Estado Nacional, no Império e na República – divisões fictícias da realidade histórica – foi uma arte finória, desenvolvida e apurada pelas lideranças conservadoras fluminense, baiana e mineira, aquelas que tinham diante de si as grandes massas negras, as mais sofridas, as que tinham maiores reivindicações, as mais suscetíveis de aceitarem a palavra revolucionária. Conservadores do *uti possidetis* (o que possui) e liberais do *status quo* (no estado em que se encontra), não estavam realmente em oposição em qualquer coisa fundamental. Suas divergências são aparentes e suas lutas limitam-se à posse do poder. Ambos resumiam sua política ao progresso lento e refletido. (RODRIGUES, 1970, p. 81).

A oposição a qualquer discussão que levasse adiante a possibilidade de efetivação da abolição foi responsável por um número expressivo de petições da Câmara. Os porta-vozes dos interesses escravistas exigiam medidas que pusessem fim à agitação. Perseguiam os abolicionistas que oustavam pregar suas ideias nas cidades do interior, ameaçavam-nos de morte. Interrompiam, de armas na mão, comícios e abolicionistas. Seus capangas invadiam e quebravam as sedes dos jornais abolicionistas, expulsando-os das cidades. Usando de sua influência política, os fazendeiros tudo faziam para remover os juizes e outros funcionários públicos que davam apoio aos escravos ou mostravam simpatia pela abolição. Diziam que o abolicionismo era um movimento artificial, promovido por desordeiros e irresponsáveis que ameaçavam o futuro das nações. Pedia à Câmara que tomasse medidas para impedir a propaganda abolicionista. Citando uma dessas petições contrárias à abolição – que fora encaminhada à Câmara em 1884 – Emília Viotti da Costa explica que:

O movimento abolicionista que pretende acelerar a liberdade completa da escravidão na pais não cogitando das terríveis consequências desse passo precipitando para a lavoura e o pais em geral, obriga-nos a recorrer ao Parlamento, insistindo por adoção de medidas enérgicas e urgentes a fim de evitar que essa avalanche medonha em queda vertiginosa venha arrasar completamente o futuro da lavoura, tão empenhada em nossos dias, não só pela carestia de braços, como pela falta de confiança e de capitais. Não há brasileiro que não sinta palpitar em seu peito o nobre e generoso sentimento de liberdade, não há lavrador que não aspire ver resolvido esse magno problema que agita o país, mas o momento não é chegado, essa solução não tem razão de ser com a marcha acelerada que fora da legalidade lhe querem dar abolicionistas. Na ocasião oportuna, quando estiver a lavoura preparada para esse golpe decisivo, em nossos corações ecoará também esse grito simpático de liberdade. (COSTA, 1998, p. 65)

A maneira de encarar o problema expressa tipicamente o sentimento cruento e contrário às reformas por parte das elites. A concepção liberal, associada à maior dinâmica da sociedade, encontrava-se entre os “dois liberalismos” e sua forma de ação em plasmar os fatos que não permitissem que seus interesses pudessem ser afetados.

O liberalismo configura-se no Brasil por meio de possíveis caminhos instituídos pelos desdobramentos históricos de nossa emancipação política. Os “liberalismos”, acabam se formando como resultado das condições expressas na dissolução da Constituinte de 1823 e na Outorga de 1824, ou o outro, que ficaria submerso e incompleto quando sua realização era a condição necessária para superar os entraves do passado. Para o primeiro o “elemento nacional”, que compõe a corrente nacionalista, foi o ideário que fez eclodir as revoltas e manifestações de caráter nativista, esse liberalismo colide com o liberalismo de 1820 em Portugal, “momento de sua reestruturação dinástica, dessa forma, ocorre, inevitavelmente, um conflito de interesses e o liberalismo português acabou ditando o perfil político da Independência”. (FAORO, 2008, p. 80).

A “consciência possível” daqueles que instituíram o liberalismo no Brasil, recém emancipado politicamente no segundo quarte do século XIX, acabaram facilitando o caminho de superação do regime monárquico, dos limites da própria escravidão e o implemento da República. O liberalismo brasileiro poderia ser consolidado como “fio condutor” do sistema político e da responsabilidade dos seus agentes históricos, como José Honório Rodrigues já vaticinava, “no Brasil a estrutura é granítica, nada muda.”

(RODRIGUES, 1965). Dessa forma, mesmo com o trânsito de regime político – a instalação da República – não foi possível o surgimento do modelo democrático almejado pela sociedade.

Referências

- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. SP: Cultrix, 1994.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*, SP: Companhia das letras, 1996.
- COSTA, E. V. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. SP: UNESP, 1998.
- FAORO, R. *Existe pensamento político brasileiro?* SP: Brasiliense, 2008.
- GOMES, F. e SCHWARCZ, L. *Dicionário da escravidão e liberdade*, SP: Companhia das letras, 2018.
- NOGUEIRA, M. A. *As desventuras do liberalismo*, RJ: Paz e Terra, 1984.
- RODRIGUES, J. H. *Apresentação às obras de Capistrano de Abreu*, RJ: Civilização Brasileira, 1976^a.
- RODRIGUES, J. H. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*, RJ: Civilização brasileira, 1970.
- RODRIGUES, J. H. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*, RJ: Civilização brasileira, 1965.
- RODRIGUES, J. H. *História e Historiografia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1970.
- VIANNA, F. J. de O. *Evolução do povo brasileiro*. RJ: José Olympio, 1956.
- VIANNA, F. J. de O. *Populações meridionais do Brasil*. RJ: José Olympio, 1952.

Capoeira e musicalidade no Alto Solimões - Amazonas¹

Tharcísio Santiago Cruz

A capoeira e sua dimensão de arte

Quando Vicente Ferreira Pastinha, o mestre Pastinha, participou em 1964 do 1º Festival de Artes Negras em Dakar no Senegal, deu uma significativa contribuição para a compreensão da capoeira no universo das Artes. Sua intenção como o próprio mestre dizia, era “mostrar a capoeira do Brasil”, inclusive cantava uma música cujo verso é “Pastinha já foi a África, para mostrar a capoeira do Brasil”.

Participaram do Festival em Dakar, como representantes da cultura afro-brasileira grandes mestres de capoeira como: Mestre João Grande, Mestre Gato, o renomado capoeirista Camafeu de Oxóssi, além de cantores e músicos brasileiros como: Clementina de Jesus e Elton de Medeiros, segundo Litwinczik (2004)

Neste país, independente desde 1960, seu governo instaurou o presidencialismo e promoveu o movimento político-estético da negritude. Movimento de que estas celebridades eram expoentes, e que se tornou uma forma de combater o racismo valorizando a personalidade e a cultura específicas ao negro.

Contudo, argumenta Litwinczik (2004), uma série de equívocos e posições que geraram dúvidas e indignação principalmente com relação ao papel do Ministério das Relações exteriores do Brasil, em excluir a participação dos membros do Teatro Experimental Negro - TEN, na época expoentes de vanguarda com relação ao combate e denúncia ao racismo para com as populações negras.

Para se ter uma ideia sobre de que forma no teatro brasileiro eram representados os papéis com personagens negros ou negras, Abdias do Nascimento realizava alguns questionamentos, “Por que um branco brochado de negro?”. A partir destas e de inúmeras outras indagações, é

1 Este texto foi elaborado a partir de indicações de literatura e discussões propostas na disciplina Arte e Xamanismo, coordenada pela Drª Deise Lucy Montardo, no primeiro semestre letivo de 2018, na Pós-graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM.

que o militante Abdias do Nascimento ainda na década de 1940, insiste na ideia, que torna possível a existência do TEN e de *ter e ver* negros e negras em cena. Vale lembrar que em termos de artes teatrais, são obras e peças conhecidas e consolidadas mundialmente que fundamentam essa discussão, como exemplos, Hamlet, Otelo de Shakespeare, dentre outras tramas teatrais.

Segundo o próprio Abdias do Nascimento, na concepção do TEN, em sua fundação afirma que foram meses de discussão, debates curtos de alfabetização e de formação teatral, estudos literários na tentativa de mostrar uma outra possibilidade de inserção da população negra na sociedade, enfocando o mundo das artes, assim,

Revelou-se então a necessidade de uma peça ao nível das ambições artísticas e sociais do movimento: em primeiro lugar, o resgate do legado cultural e humano do africano no Brasil. O que então se valorizava e divulgava em termos de cultura afro-brasileira, batizado de “reminiscências”, eram o mero folclore e os rituais do candomblé, servidos como alimento exótico pela indústria turística (no mesmo sentido podemos inscrever hoje a exploração do samba, criação afro-brasileira, pela classe dominante branca, levada nos últimos anos ao exagero do espetáculo carnavalesco luxuoso e, pela carestia, cada vez mais longe do alcance do povo que o criou. (NASCIMENTO, 2004, p. 212)

As décadas de 1960/70 marcaram profundamente o continente africano, que vivenciava um grandioso processo de afirmação política, cultural e artística e de libertação das colônias europeias. Na perspectiva de Mudimbe (2013), se apresenta uma possibilidade da África para além dos estereótipos, invenções e discursos construídos mitificados e reproduzidos nas consciências humanas sobre o continente, que passa a se revelar em sua autenticidade. A arte africana, passa a ser discutida, juntamente com a noção de cultura no continente. Trata-se de um momento fantástico de encontro da capoeira como arte sendo apresentada ao continente que apresentou seus elementos de origem, presentes na musicalidade africana em seus cantos, mitologias, lendas e instrumentos.

A capoeira que um dia foi apresentada a África nos anos de 1960 e posteriormente a mais de 157 países, também pode chegar a região do Alto-Solimões no Amazonas e se constituir como prática cultural em suas dimensões de luta e arte.

Musicalidade em eventos de capoeira do Alto Solimões

Procuro aqui, apresentar aos leitores elementos componentes do contexto musical presente na capoeira do Alto Solimões, principalmente nos municípios e área de fronteira como Benjamin Constant e Tabatinga, no lado do Brasil e no distrito internacional de Letícia na parte da Colômbia, cabe aqui destacar a forte e presente musicalidade dos distritos de Santa Rosa e Islândia no lado do Peru, apesar de não ter sido possível a constatação da prática da capoeira nestes distritos.

O Alto Solimões, compreende onze municípios, sendo que alguns destes, como Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga fazem fronteira com os países: Colômbia e Peru. Esta região do Alto Solimões traz em sua configuração sociocultural marcante presença indígena, das etnias: Ticuna, Cambeba, Caixana, Uitoto e Cocama. A distância mais extrema é de 1250 km da capital, Manaus.

A musicalidade local apresenta evidentes influências indígenas, dos povos que habitam a região, estes do Brasil, Colômbia, Peru e com influências ainda do Equador. Paralelamente as canções e instrumentos indígenas têm prevalência, principalmente tambores e flautas. Este fator tem certa relevância pelo fato de que estes grupos têm tido um contato com a música e instrumentos musicais, o que diminui o estranhamento com relação ao uso de instrumentos musicais na capoeira local.

Alguns dos instrumentos musicais encontrados em maior frequência na região são: atabaques, tambores Tikuna (couro de cutia), violões, charangos, zampoñas, flautas de bambu, maracás, chocalhos (*dropas* e *aruré*), trompetes de madeira oca. Além de grupos musicais como o Raízes Caboclas² que construía alguns instrumentos musicais, utilizando matérias primas da região, como: cabaças, madeiras sementes. As cantoras indígenas, Djuena e Yra Tikuna, o grupo regional Moa.³

Em São Paulo de Olivença, por exemplo, identificamos a atuação do grupo folclórico “Dança do Cordão do Africano”, grupo que reúne trajes característicos como máscaras e chapéus e que faz uso de tambores (grandes tonéis), que dão a base percussiva em sua apresentação, principalmente nos meses de julho e agosto. Em vários municípios do Alto Solimões se faz o uso de atabaques nos cultos religiosos da Umbanda. Nos municípios brasileiros

2 Grupo de música regional que surgiu na década de 1980 e continua em atuação, principalmente em Manaus.

3 Grupo regional que segue a linha musical do Raízes caboclas. Um dos integrantes é um mestre de capoeira, além de inúmeros músicos locais.

e distritos do Peru e Colômbia é possível acompanhar as apresentações de grupos folclóricos locais, ou oriundos de outras regiões destes países.

Nesta apresentação procuro mencionar as realidades musicais existentes entre uma forte musicalidade indígena e sua importância como forma de conhecimento e abordagem de culturas e artes em suas possibilidades de apresentação e diálogo. De um outro lado o aspecto diaspórico de uma musicalidade afro-brasileira, presente na prática cultural da capoeira.

Nos eventos em que pude participar, a musicalidade é algo imprescindível, principalmente na realização dos batizados de capoeira, em tais situações é possível conhecer a: sonoridade, organização, manuseio, bem como, a demonstração de sua importância para esta arte. Penso aqui na capoeira como arte, para além de sua condição de luta, ou seja, arte que se mescla e vice-versa. Aproximo esta proposição à perspectiva teórica de Gell para quem a “antropologia da arte focaliza o contexto social da produção, circulação e recepção da arte, e não a avaliação de obras de arte específicas, o que, a meu ver, é função do crítico”. (GELL, 2009, p. 245).

Apresento o conceito de eventos, focalizando nos estudos de Peirano (2002), no sentido de que para a antropóloga o ritual tem papel significativo para, “... analisar eventos sociais em sentido lato, ampliando assim o foco desse fenômeno tão familiar aos antropólogos.” Mariza Peirano supõe que a antropologia como ciência experimente processos de renovação teórica, compreendo o movimento epistêmico desta ciência, o que permite a possibilidade de inúmeros diálogos com as situações, fenômenos e grupos em estudo.

...Em outras palavras, tanto eventos ordinários, quanto eventos críticos e rituais partilham de uma natureza similar, mas os últimos são mais estáveis, há uma ordem que os estrutura, um sentido de acontecimentos cujo propósito é coletivo, e uma percepção de que eles são diferentes. Eventos em geral são por princípio mais vulneráveis ao acaso e ao imponderável, mas não totalmente desprovidos de estrutura e propósito se o olhar do observador foi previamente treinado nos rituais. (PEIRANO, 2002)

Nos **eventos**⁴ denominados de *batizado* e *troca de cordas* do grupo de capoeira negros no Amazonas, pude estabelecer o contato com a

4 Com relação aos eventos faço referência aos batizados e troca de cordas realizados :2011, 2012, 2013 e 2014, dos quais participei na condição de capoeirista e como organizador, juntamente com o Mestre Gigante (F. dos Santos Cruz), com a participação dos mestres: Dedão (E. Samias), Girafa (I. de Freitas) e os demais integrantes do grupo de capoeira “Negros do Amazonas”.

musicalidade na capoeira em Benjamin Constant- Amazonas. Estes eventos são abertos, contam com a participação de outros mestres e capoeiristas para a realização do batizado e principalmente a troca de graduação, o que confere uma dependência destes agentes dentro da cerimônia e seus rituais.

Estes eventos, cerimônias e rituais nos aproximam de uma tradução daquilo que Turner (1974) denominou de *liminaridade* e *communitas*, pelo fato de possibilitarem a mudança de lugares e papéis dentro do grupo o que caracteriza um dos aspectos relevantes liminares próximos a uma condição de *comunitas*, esta não como movimento milenarista ou religioso, uma pela manutenção de símbolos e crenças respeitadas e transmitidas, pelos capoeiristas. Em certa medida ocorre uma “troca de poderes”, numa relação entre fortes e fracos, conhecedores e os que querem conhecer e que adentram no universo da capoeira, compartilhando suas “regras” e simbologias.

Este tipo de *communitas* está alicerçada no interior de uma relação secular entre fortes e fracos, exploradores e explorados, escravizadores e escravizados, universo este em que a capoeira foi forjada, alcançam uma condição, como afirma Turner, “a *liminaridade* implica que o alto não poderia ser alto sem que o baixo existisse e quem está no alto não poderia ser alto deve experimentar o que significa estar em baixo.” (TURNER, 1974, p. 119)

Os Instrumentos Musicais da Capoeira

Os instrumentos normalmente são trazidos pelos mestres de capoeira e por praticantes com experiência acumulada, dentre estes: atabaques, pandeiros, reco-reco, agogôs, caxixis e berimbaus, este instrumento, em maior quantidade por volta de oito, justifica-se pelo fato do arame arrebitado nas apresentações.

Estes são dispostos tendo o Berimbau, em suas três categorias: *médio*, *viola* e ao centro o *gunga ou berra-boi*, dois pandeiros, um atabaque, agogô e reco-reco. Para cada instrumento, os tocadores se revezavam, conforme o acontecer do evento. Os mestres iniciaram os primeiros toques ou chamadas, dentre estas o toque de *cavalaria* no berimbau, para início das apresentações, a seguir, proferiram agradecimentos ao público e iniciaram as explicações sobre o *batizado* e a *troca de cordas*, convém mencionar que tais explicações são acompanhadas de músicas e toques do berimbau pelas mãos dos mestres, para melhor explicar o andamento da cerimônia, pois normalmente o público é por demais diverso e conta com a presença de mães e avós em maior quantidade.

Sobre a origem deste instrumento existem inúmeras suposições e argumentos, o fato que o berimbau é originário do continente africano, o que o torna o mais ancestral instrumento desta prática cultural, mais que a própria capoeira, tem assim origens milenares, por mesclar elementos percussivos, cordas, arco, harpa, também pelo fato de ser usado em rituais fúnebres de povos da África, foi conhecido como *Urucongo*⁵ ainda no período da escravidão existem ainda hoje diversas denominações e instrumentos semelhantes ao berimbau brasileiro, tais como: berimbau de barriga, gunga, arco musical, etc. Nina Rodrigues, faz referência a um instrumento como de origem de Angolana, o

“... *Rucumbo*, instrumento dos Negros angolas, consistindo num arco de madeira flexível curvado por um fio grosso que fazem vibrar com os dedos ou com uma varinha. Na parte inferior do arco prendem uma cuia ou coité que funciona como aparelho de ressonância e, aplicado contra o ventre nu, permite graduar a intensidade das vibrações...” (RODRIGUES, 2010, p. 170)

No Brasil teve a função no período colonial, segundo Soares (1998) e Rego (1968) de ser usado na venda de verduras, animais e doces, o vendedor tocava o berimbau como forma de atrair a atenção de possíveis compradores. No período colonial, foi desenvolvido como instrumento a ser tocado com a boca e os dedos, conhecido como berimbau de boca, o que o aproxima de instrumentos africanos semelhantes.

Frunghillo (2002) define *agogô* como instrumento de percussão de metal, com campanhas ou de madeira, também de origem Africana um instrumento importante para a religião do Candomblé conhecido como *aguogue*, *gonge* ou *chicongo*. No Amazonas é comum na capoeira encontrarmos *agogôs* feitos com **ourico**⁶ de castanha do Pará.

Num segundo momento estes atores iniciam a cerimônia cantando e tocando berimbaus o hino nacional brasileiro, como uma forma de respeito e reverência à pátria e nação. O mestre então no berimbau apresenta o toque Amazonas, também conhecido como o Hino da capoeira, esta é uma referência direta ao mestre **Bimba**⁷ um dos incentivadores deste toque.

5 De acordo com Mário Frunghillo em seu dicionário de percussão Dentre outras inúmeras denominações do berimbau, como: Aricungo, aricongo, ricongo, Rucungo, Urucurgo, Orucungo, Oricunco, Uricungo, Rucumbo, Ricungo, Berimbau de barriga, Gobo, Marimbal, Bucumbumba, Bucumbunga, **Gunga**, Macungo, Matungo, Mutungo, Aricongo, Arco Musical e Rucumbo. No Sul de Moçambique, é chamado de Xitende. Em Angola é chamado de Hungu ou M'bolumbumba. Na língua Umbundo o nome é Ombumbumba. (p.40), FRUNGILLO, Mário. Dicionário de Percussão. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

6 Ourico é um tipo de carapaça arredondada que protege as castanhas, frutos, da árvore conhecida na região como castanheira, seu nome científico é *Bertholletia excelsa*.

7 Manoel dos Reis Machado, baiano, marceneiro de profissão, foi o responsável pela criação da modalidade

A partir do *toque de Amazonas* todos os capoeiristas já devem estar organizados em um grandioso círculo cerimonial para início das apresentações de capoeira, nessa parte os demais instrumentos passam a ser tocados. Primeiro no *toque de Angola* as músicas cantadas externam o aspecto de tradição tendo como referência central o mestre Pastinha, são cantadas as primeiras *Ladainhas*.

No mundo da capoeira as *ladainhas* tem o sentido de rememoração de fatos históricos importantes em que a capoeira está inserida, como a: escravização dos africanos, a África e regiões específicas como Benguela e Angola, as condições e situações de trabalhos dos escravos nas fazendas, o trabalho escravo nestas fazendas com o corte da cana, colheita de café, algodão, os agentes de poder e mando, os capatazes, proprietários (Sinhô e Sinhá), a guarda imperial, a polícia, as aventuras de grandes capoeiristas na parte rural e cidades, as maltas, a abolição, a Guerra do Paraguai.

Existem inúmeras afirmações a respeito da ancestralidade da capoeira, porém estas centram-se principalmente no período histórico que corresponde a escravização de africanos negros para o Brasil, o que demonstra o limite da construção da memória coletiva dos capoeiristas.

Com relação a musicalidade dos cantos e instrumentos, o ritmo musical é mais lento, no conhecido na capoeira *toque de Angola* nos instrumentos, há a participação dos integrantes da roda, através do coro que encerram as canções históricas juntamente com o início do jogo, como exemplo de coro, “ *Iêê viva meu mestre; iêê viva meu Deus; iêê a volta ao mundo; iêê a capoeira; Iêê sabe jogar; iêê vamo simhora*”.(música de domínio público)

Ainda com relação a parte musical no andamento da cerimônia, os cantores e a bateria desenvolvem outros cantos, como a *chula*, que são cantigas que também se reportam a fatos históricos relevantes, pode ser cantada e repetido os refrãos durante o jogo, principalmente na capoeira regional.

A partir da *chula* o jogo na roda vai adquirindo uma forma de maior velocidade, aos poucos os tocadores e cantadores vão introduzindo as *quadras*, que cantadas apresentam um repertório de estrofes curtas, com possibilidade de brincadeiras, uso de apelidos, ou situações vividas por antigos e contemporâneos capoeiristas. De certa forma a roda e ceri-

conhecida como Capoeira Regional ou Regional de Bimba, um dos mais importantes mestres e representantes da capoeira a partir do século XX.

mônia demonstram para o público a introdução de maior velocidade dos instrumentos o próprio andamento da roda e cerimônia vão naturalmente conduzindo-os para um ritmo denominado mais ligeiro, o *corrido*. Trata-se assim de cantigas mais aceleradas, são frases e versos curtos, com palmas na capoeira regional com a participação do coro, os toques variam entre: *São Bento Grande e Pequeno, Regional de Bimba*, ou até mesmo *Amazonas e cavalaria*.

O público normalmente composto por muitas mães e crianças se comporta como expectador, mas se anima, grita e bate palmas principalmente com os cantos corridos. Este parece ser um canto mais empolgante, por envolver situações vividas pelos capoeiristas presentes na roda e que já são conhecidos pelos presentes na cerimônia.

Um outro ritmo musical também presente na finalização do Batizado e troca de cordas é o **samba de roda**,⁸ há assim, uma mudança nos toques e ritmos dos instrumentos e nas cantigas que passam a ser substituídas por verdadeiros sambas, se possível neste momento a participação de pessoas da plateia.

De acordo com Câmara Cascudo, o samba como um nome angolano que passa a ser difundido no Brasil ainda no século XIX, tem raízes europeias, assim define, "...o samba possui atualmente uma grande variedade de tipos e de formas, rurais e urbanas, e, no Rio de Janeiro, até samba de morro, por vezes com a denominação de batucada..." (CASCUDO, 2002, p. 615), o autor faz referência a Edison Carneiro em Samba de Umbigada, para referir-se ao tipo de samba de roda como uma das suas variações, assim como outras modalidades, como o tambor de crioula.

A musicalidade na capoeira adquiriu uma condição fundamental, é possível afirmar que não há capoeira, principalmente roda sem a música, mesmo que seja cantada, ou com o toque dos instrumentos, mesmo apenas um berimbau, pandeiro e/ou atabaque. Em diversos registros históricos e antropológicos é possível constatar a importância da música na capoeira o que em certa medida afirma sua musicalidade nesta prática cultural, como aponta Valdeloir do Rego (1968).

8 Canjiquinha, (1989), afirma que juntamente com outras danças, como: samba de caboclo, puxada de rede e os golpes de capoeira, o mestre denominava tudo isto de shows folclóricos, isto entre as décadas de 1950/70, afirma ainda, "...naquela época pobre não podia pagar uma orquestra, nem um tocador de violão, saxofone, piston. O pobre comemorava seu aniversário era: com samba de roda." (p.51). Canjiquinha: a alegria da capoeira. Salvador/Bahia: editora Rasteira, 1989.

Capoeira e musicalidade em reflexão

Carvalho (2006), traça um paralelo entre as manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras e a forma como são percebidos, analisados e vividos por estudiosos e pelo próprio mundo da música no Brasil. Há segundo o autor um distanciamento e um esforço pelo não reconhecimento da presença destes elementos culturais. Posso aqui realizar um outro paralelo com relação a capoeira, por esta prática cultural e arte ter significativas ligações com a diversidade cultural africana e constituir-se em uma arte afro-brasileira, segundo o autor,

Não deixa de causar assombro, então, aos estudiosos, já agora por mais de um século, como foi possível aos escravos e seus descendentes na pós-escravidão preservarem formas de religiosidade tão intensas, tão sutis, e tão complexas quanto as encontradas nesses três lugares. Enquanto a maioria dos discursos ideológicos ocidentais sobre tradições culturais enfatiza a fluidez, a mudança, o dinamismo, a fusão, a abertura, a incorporação, a mistura, o cânone simbólico das religiões afro americanas tradicionais enfatiza a preservação, a raiz, a permanência, às vezes com tal força a ponto de chegar aos limites do suicídio cultural.). (CARVALHO, 2006, p. 08)

Há segundo José Jorge de Carvalho uma construção afro-americana a partir da participação africana e afro-brasileira, que podemos compreender como ressignificação de inúmeros elementos culturais, da arte e da capoeira.

A capoeira em si é uma arte performática, pela própria forma como se construiu e se constrói, demonstra que traduz de si, que nos aproxima da perspectiva de Schecner

...performances afirmam identidades, curvam o tempo, remodelam e adornam corpos. Performances artísticas rituais, cotidianas- são todas feitas de comportamentos duplamente exercidos, comportamentos restaurados, ações performadas que as pessoas treinam para desempenhar, que tem que repetir e ensaiar. (SCHECNER, 2003, p. 27)

Na capoeira há uma ação de esforço, tempo, treino a que se submetem os integrantes do grupo, preparando-se para o evento, como o batizado, nos eventos são protagonizadas atuações que podem ser caracterizadas como “extremas”, na acepção de Schecner, quando os capoeiristas ao som das músicas e dos instrumentos realizam acrobacias, saltos, contorcionismos, articulam os movimentos e golpes de capoeira, impensáveis

do ponto de vista da lógica e equilíbrio. Entretanto tudo isso exige muito treinamento durante todo o ano, com o objetivo também de demonstrar o melhor nas cerimônias, que em muitas situações tem a finalidade de serem verdadeiros espetáculos.

Aproximamo-nos daquilo que Marcel Mauss (2003), define como domínio do corpo, procede-se uma forma como os, homens, grupos e sociedade fazem uso do corpo, no sentido de que este é alvo de intenso preparo e treinamento, assim, "...O indivíduo assimila a série dos movimentos de que é composto o ato executado diante dele ou com ele pelos outros.". Na capoeira, há a exigência educativa: nos exercícios, movimentos, regras e na música.

Seeger (2008), analisa a partir de uma reflexão da sociologia da música, a inserção e abrangência da música nas sociedades, traz assim para o debate as análises de Alan Merriam, que analisa a música dentro de uma perspectiva de "função social", a partir da contribuição teórica de Durkheim, ou seja, para Seeger, este e outros autores analisam a relação entre música, cultura dentro de uma sistema social. Este autor conseguiu assim em sua análise perceber que a música além do ocidente possui além de funções possuem também verdadeiras teorias da música de semelhante complexidade as do mundo ocidental.

Anthony Seeger segue assim uma linha de análise de percepção da música enquanto uso, nos diversos segmentos, seja no grupo ou para o observador, não apenas o sentido de funções, como argumenta que

Se a função da música é controlar as relações de um grupo com o sobrenatural, precisamos saber por que os membros de um grupo usam a música para exercer tal controle e por que um gênero particular de música, enquanto distinto de todos os outros, pode ser empregado para outros fins. As afirmações mais gerais sobre as funções têm sido muito amplas e têm ignorado quase completamente a estrutura e a performance dos sons. (SEEGER, 2008, p. 250)

Nos eventos mencionados, fazendo o uso de registro de imagens, memória e participação como capoeirista, acentuo a musicalidade de certa forma fazendo uma aproximação Schecner (2003) percebi as modificações nos contextos, pois esta, escrita de hoje traz como base a teoria e a argumentação antropológica, desta forma,

Embora a coisa permaneça a mesma, os eventos de que esta coisa participa são diferentes entre si. Em outras palavras, a particularidade de um dado evento está não apenas em sua materialidade, mas em sua interatividade. Se é assim nos eventos filmados e digitalizados, tanto mais em relação à performance ao vivo, onde não só a produção, mas também a recepção varia de instância para instância. E mais ainda em relação à vida diária, onde o contexto é, necessariamente, incontável. (SCHECNER, 2008, p. 28)

Para o teórico, tanto objetos e seres sofrem uma interação nas novas performances, existem ações, relações e acima de tudo “relacionamentos”.

Mariza Peirano, enxerga nos eventos verdadeiros “atos da sociedade” que revelam as visões de grupo dominantes, como também de grupos em perspectivas de imponderáveis, assim,

Rituais e eventos ampliam, acentuam, sublinham o que é comum em uma sociedade, trazendo como consequência o fato de que o instrumental analítico utilizado para o exame de rituais mostra sua serventia para a análise de eventos rotineiros ou excepcionais de uma sociedade. Um outro ponto merece destaque: a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido. (PEIRANO, 2002)

Numa abordagem de caráter antropológico sobre a temática que propomos, torna-se ilustrativa a análise de Gell, no tocante ao papel da antropologia com relação a arte e o universo que está comporta, como o que hora trazemos, ou seja, a capoeira em sua musicalidade, o que requer a busca ou elaboração de novas e outras teorias e conceitos antropológicos, acompanhando o pensamento do autor

As “teorias antropológicas existentes” não dizem respeito à arte; elas tratam de assuntos como parentesco, economia de subsistência, gênero, religião, e coisas semelhantes. Assim, o objetivo é criar uma teoria sobre a arte que seja antropológica porque se assemelha a essas outras teorias que podem tranquilamente ser caracterizadas como antropológicas. (GELL, 2009, p. 248)

Em certa medida pensar e tratar a capoeira e sua musicalidade como arte, permite considerar o fenômeno recorrente, ou seja o conjunto de relações sociais que é estabelecida dentro do grupo, construída em diversas situações de contato permanente entre seus integrantes, seja, nos: trei-

nos, conversas, aprendizado dos instrumentos, artesanato, conversas com o mestre e o contato com outros capoeiristas com maior vivência musical.

Os antropólogos não podem ignorar as instituições; a antropologia da arte tem de levar em conta a base institucional da produção e circulação de obras de arte, na medida em que tais instituições existam. Porém, mesmo assim podemos afirmar que há muitas sociedades em que as “instituições” que fornecem o contexto para a produção e circulação da arte não são instituições especializadas em “arte”, e sim instituições de âmbito mais geral; por exemplo, cultos, sistemas de trocas, etc. (GELL, 2009, p. 253)

Nos eventos mencionados tive a oportunidade de experiência e perceber no andamento das cerimônias e rituais, verdadeiras situações liminares na perspectiva teórica de Turner, em seus aspectos positivos, semelhantes a que o autor analisa sobre a condição dos neófitos em determinadas estruturas sociais, ou seja, define apresenta situações e relações que possibilitam compor uma estrutura social, de forma semelhante de grupos, persistem relações de *superordenação e subordinação*.

No período liminar, tais distinções como gradações tendem a ser eliminadas. Além disso, é preciso compreender que a autoridade dos mais velhos sobre os novatos não se baseia em sanções legais: ela constitui, num certo sentido, a personificação da autoridade auto evidente da tradição. A autoridade dos mais velhos é absoluta. Porque representa os valores axiomáticos. Absolutos, da sociedade. Através dos quais se expressam o “bem comum” e o interesse comum. A essência do irrestrito obedecer dos neófitos é submeter-se aos mais velhos, Mas apenas na medida em que estes têm a seu cargo. Por assim dizer, o bem comum e representam, em suas pessoas, a comunidade total. (TURNER, 2003, p. 143)

Percebemos na elaboração teórica de Turner, algo semelhante ao que ocorre na capoeira, os eventos e rituais, demonstram de certa forma, o funcionamento da relação de “camaradagem”, os mais velhos(mestres) e os capoeiristas mais jovens (tipo de neófitos). Persiste uma relação de autoridade, tradição, respeito, apego aos ensinamentos, no caso tratado, musicais, a musicalidade é construída e transmitida no que acima de tudo, dentro de uma relação social na capoeira.

Considerações Finais

Este texto foi uma tentativa de mostrar a abrangência do universo da capoeira, com ênfase sobre sua dimensão de musicalidade, o que

permite refletir também sobre a música na capoeira, que apresenta em sua construção artística forte e presente contribuição de elementos culturais africanos e afro-brasileiros, seja a partir da religião, instrumentos musicais, presença e atuação dos corpos e musicalidade como um todo.

Victor Turner, ilustra a abordagem antropológica em seu conceito de *liminaridade* como manifestação de relações sociais dos grupos. Sem dúvida o grupo Negros no Amazonas e outros no Alto Solimões, estabelecem marcantes possibilidades dentro de suas relações sociais, seja, inter/intra grupos.

Nos eventos, ou seja, batizados e troca de cordas pude perceber e participar de relações, que me permitiram identificar e familiarizar com a musicalidade na capoeira, algo distante de minha compreensão em meu passado de contato com esta arte. Ha muito de arte na capoeira, em sua musicalidade que tem proximidade com a cultura e música do alto Solimões.

Trouxe aqui o recorte do fenômeno de musicalidade afro-brasileira e afronígena, numa relação dialógica que se constrói, visto que músicos, capoeiristas, artistas indígenas, folcloristas atuam em ambos os campos de possibilidades.

A musicalidade na capoeira, é constante, não apenas na região em destaque, mas em todos os lugares em que esta luta e arte se faz presente, cabendo assim a pertinente oportunidade do olhar e inovador conceitual da antropologia pensando a arte a capoeira e sua musicalidade.

Referências

CAMARA CASCUDO, Luíz da. Dicionário do Folclore brasileiro. São Paulo: Global, 2002

CARVALHO, Jose Jorge. A tradição musical Yoruba no Brasil. In: Músicas Africanas e Indígenas no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

FRUNGILO, Mário. Dicionário de Percussão. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

GELL, Allfred. Definição do problema: a necessidade de uma antropologia da arte. Revista Poiésis, n 14, p. 245-261, Dez. de 2009.

LITWNCZIK, Telma. I Festival Mundial de Artes Negras - Pastinha já foi à África. Revista "Toques de Angola" - Grupo Nzinga - Ano II - Brasília - Maio de 2004.

MAUSS, Marcel. As Técnicas do Corpo. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Nayf, 2003.

MESTRE CANJIQUINHA. Canjiquinha: a alegria da capoeira. Salvador/Bahia: editora Rasteira, 1989.

MUDIMBE, Valentin Yves. A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. São Paulo, Revista de ESTUDOS AVANÇADOS 18 (50), 2004.

NINA RODRIGUES, Raymundo. Os Africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

PEIRANO, Mariza. Apontamentos sobre rituais, eventos e política. ANPOCS/2002.

REGO, Valdeleir. Capoeira Angola: ensaio sócio antropológico. Salvador, 1968.

SCHECNER, Richard. O que é Performance? In: O Percevejo: Revista de Teatro, Crítica e Estética. ANO II; nº12. 2003. Unirio: Rio de Janeiro.

SEEGER, Anthony. Etnografia da música. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 17, p. 237-260, 2008.

SOARES, Carlos Eugenio Libano. A Capoeira Escrava no Rio de Janeiro: 1808-1850. São Paulo: Unicamp, 1998.

TURNER, Victor. Floresta de Símbolos: *Aspectos do Ritual Ndembu*. Rio de Janeiro: EDUFJ, 2003.

TURNER, Victor. O Processo Ritual. Petrópolis: Vozes, 1974.

Sobre os autores

Ana Maria de Mello Campos

Bacharel em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas pelo Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant-AM. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas e Doutoranda em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal. Email: am-mellocampos@hotmail.com

Ana Paula Bastos da Silva

Possui experiência na área de gestão com formação técnica em Administração pelo Instituto Federal do Amazonas - IFAM. Discente do curso de Pedagogia pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Desenvolve pesquisas nas áreas de educação e meio ambiente

Ana Paula Nunes Chaves

Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Email: ana.chaves@udesc.br

Antônio Carlos Batista de Souza (org.)

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Professor de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM - Campus Presidente Figueiredo. Ex-Professor de Geografia do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - PARFOR. Doutorando em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA. Possui experiência e pesquisa nas áreas de geografia agrária, geografia da população, meio ambiente e educação.

Artemis de Araújo Soares

Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, lotada na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEFF. Docente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA. Graduada

em Educação Física e em Letras pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, mestrado em Educação Física na Escola de Educação Física e Esporte na Universidade de São Paulo - USP e doutorado em Ciências do Desporto na Universidade do Porto. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação Física, Corporeidade, escolares, relações interculturais e povos da Amazônia – UFAM. Possui experiência na área de Educação Física e Esporte, com ênfase em Ginástica Rítmica, Gênero, Diversidade Cultural e Povos Indígenas.

Bruno Reinert de Abreu

Engenheiro Ambiental pela Universidade Luterana do Brasil, mestrando em Ciências e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará. Email: br_abreu@hotmail.com

Claudenilson Pereira Batista

Possui Graduação em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2004). Especialização em Educação Especial pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2008) e Especialização em Atendimento Educacional Especializado - AEE pela Universidade Estadual de Maringá (2011). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2013 - 2015). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial - NEPPD/FACED/UFAM, atuando principalmente no seguinte tema: Educação Especial; Formação de Educadores.

Darlan de Castro Coelho

Técnico em Processos Gerenciais, Centro Universitário Leonardo Da Vinci, 2016. Atua na Empresa Hiper Sport, como administrador de compras. email: darlan.coelho@hotmail.com.br

Diana Sandra Tamburini

Centro de Estudios Arqueológicos Regionales Departamento de Arqueología, Escuela de Antropología, Facultad de Humanidades y Artes. Universidad Nacional de Rosario. Entre Ríos 758 (2000EKF), Rosario, Argentina. E. mail: dianatamburini@hotmail.com

Emerson Sandro Silva Saraiva

Graduação em Pedagogia com Habilitação em Administração e Inspeção Escolar (2000), Especialização em Metodologia do Ensino Superior (2003), Mestrado em Educação (2007), Doutorado em Educação (2014-2018) pela Universidade Federal do Amazonas. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas, lotado na Escola Normal Superior, desde 2013. Atuou como Coordenador do Curso de Pedagogia da Escola Normal Superior - UEA. (2015-2017) Professor Formador da Secretaria Municipal de Educação - SEMED de Manaus (1995). Professor da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC do Amazonas (1993-2013). Gestor Escolar da SEMED/Manaus (2005-2010). Coordenador Pedagógico da SEDUC/Amazonas (2012-2013). Professor Substituto do Departamento de Administração e Planejamento da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (2011-2012). Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro Universitário do Norte (UNINORTE/LAUREA-TE). Membro da Comissão de Avaliação do Conselho Estadual de Educação do Amazonas para o Curso de Graduação em Informática da Universidade do Estado do Amazonas (2011). Contato pelo email: esaraiva@uea.edu.br/emerson.saraiva@outlook.com

Fabiana Martins

Acadêmica do curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Email: fabiluan@hotmail.com

Gilse Elisa Rodrigues (autora da foto da capa)

Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do RS, licenciada em Ciências Sociais e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Atualmente é professora assistente I na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Natureza e Cultura de Benjamin Constant. Atua em ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Antropologia e Sociologia, principalmente nos seguintes temas: violência, criminalidade, política penitenciária, gênero e poder, religiosidade e cultura popular, organizações de mulheres indígenas no Amazonas.

Iraildes Caldas Torres

Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia, Teologia, Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1987); Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Filosofia Teologia Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1989); Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1991); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (1998) e doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França (2015) com a tese A experiência estética da poiesis Sateré-Mawé, a face aurática/ancestral de sua cultura sob orientação do professor Dr. Jorge Santiago. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Amazonas. Possui experiência nas áreas de Sociologia, Antropologia, Etnologia Indígena e Serviço Social atuando principalmente nos temas de gênero e manifestações simbólicas; trabalho, movimentos e práticas sociais na Amazônia. Coordenou a pesquisa Gênero, etnicidade, práticas sociais e corporais das mulheres Sateré-Mawé em duas comunidades indígenas no Amazonas com financiamento da Fapeam, 2013-2015. Exerceu o cargo de Diretora da Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA) no período de 2009 à 2013. É Membro da Academia de Letras do Brasil. É Vice-Presidente da ABEPPA - Associação Brasileira de Escritores e Poetas da PAN- Amazônia. Atualmente exerce o cargo de coordenadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Jean Carlos Oliveira Coelho

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Gama Filho/RJ –UGF 1994. Pós-graduado em Operações em Logística -UEA. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior, Gestão Escolar e MBA em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Atua como orientador de TCC no Centro Universitário Leonardo Da Vinci. E-mail: jeanrio2004@yahoo.com.br

Joaquina Maria Batista de Oliveira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM) e doutoranda no mesmo Programa. É especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNINORTE). Atua como

professora de ensino superior do segmento privado e é revisora gramatical.
E-mail: j1401_vida@yahoo.com.br

Josenildo Santos de Souza

Licenciado em Filosofia, Especialista em Ética pela Universidade Federal do Amazonas e Mestre em Estudos Amazônicos pela Universidad Nacional de Colômbia - UNAL. Professor do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas – INC/BC/UFAM. Email: josenildo01@bol.com.br

Joyce Freitas Araújo Firmino

Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). E-mail: joyfreitasaraujo18@gmail.com

Juan B. Leoni

CONICET – Departamento de Arqueología, Escuela de Antropología, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario. Entre Ríos 758 (2000EKF), Rosario, Argentina. E-mail: jbleoni@hotmail.com

Julio Fabián Merlo

UE-INCUBA CONICET-UNICEN, Facultad de Ciencias Sociales. Olavarría, Av. Del Valle 5737, (B 7400 WI), Olavarría, Buenos Aires, Argentina. E-mail: jmerlo@soc.unicen.edu.ar e jfm2004jfm@yahoo.com.ar

Kelly Ludkiewicz Alves

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). Historiadora graduada pela USP, Mestre e Doutora em Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP. Desenvolveu estágio de pesquisa como investigadora visitante do Grupo de Pesquisa Lectura, escritura y alfabetización (LEA) da Universidad de Alcalá (Espanha), com financiamento do Programa de Bolsa Sanduíche PDSE - Capes. Coordena o Núcleo de Pesquisa e Memória das Escolas Baianas da FACED-UFBA e o Projeto de Extensão

Cineclube Vesúvio. Pesquisa na área de História da Educação Brasileira, com ênfase nos seguintes temas: escola e cultura; educação popular; alfabetização de adultos; educação radiofônica; educação e movimentos sociais, história da cultura escrita e escrita epistolar. Email: kellyludalves@gmail.com

Ludson da Cruz França

Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas do Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant-AM.

Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães

Graduada em Serviço Social – Centro Universitário do Norte – UNINORTE em 2015. Pós-graduada em Políticas e Gestão em Serviço Social – Centro Universitário Leonardo da Vinci em 2016. Atua como Pesquisadora, Grupo de Estudos e Pesquisa História, Educação, Sociedade e Política –GHESP – Contexto de Formação e Inserção Profissional de Professores no Curso de Formação de Docentes : A Proposta Pedagógica, suas Condicionantes e Perspectivas, Pesquisa -Programa de Iniciação Científica– PIC; Impactos do PIBID – 2017 - 2020; Grupo de Pesquisa : Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil : Metodologias e Tecnologias -Centro Universitário Internacional – UNINTER, 2017 -2020; Grupo de Pesquisa : A Contribuição da Prática Profissional do Assistente Social para o Desenvolvimento de Tecnologias Sociais - Centro Universitário Internacional – UNINTER, Curitiba – PR, 2018 -2020. Grupo de Estudos: Processo Civilizador PPGSCA – UFAM. Atua como Assistente Social na Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – AMARN, 2018. mcccguimaraes81@gmail.com

Maria Almerinda de Souza Matos

Licenciada em Educação Especial: deficientes mentais na 1ª turma do curso pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (1980). É Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (1996) e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2008). Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM) na categoria Adjunto Nível 4, vinculada ao Departamento de Teorias e Fundamentos (DTF). É coordenadora fundadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em

Psicopedagogia Diferencial (NEPPD), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas Públicas e Educação (GPPE/UFAM). Faz parte da Associação Brasileira de Autismo (ABRA), Membro da Sociedade Brasileira de Psicomotricidade (ABP), compondo também a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). Orientadora de Iniciação Científica na UFAM, na área de Ciências Sociais Aplicadas e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFAM (Mestrado e Doutorado). Tem diversos artigos publicados em anais de eventos científicos e em periódicos, bem como capítulos de livros e coletâneas. Foi coordenadora psicopedagógica do Centro de Triagem e Diagnóstico da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/AM) e coordenadora pedagógica/psicopedagógica/psicomotora na Escola Integrada Sempre Viva. Atualmente tem organizado diversos eventos com vistas à socialização de informações científicas relevantes para a comunidade acadêmica e público em geral, destacando-se o Encontro Amazônico de Psicopedagogia e o Simpósio do Autismo no Contexto da Inclusão. É membro da Câmara de Extensão e Interiorização da PROEXTI/UFAM, tendo o primeiro programa aprovado. É membro permanente da Comissão de Inclusão e Acessibilidade da UFAM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, Inclusão Escolar, Políticas Públicas, Necessidades Educacionais Especiais, Psicomotricidade e Psicopedagogia.

Michel Justamand (org.)

Bacharel e Licenciado em História pela PUC/SP (1999); Habilitado em Filosofia (2001) e em Sociologia (2002) ambos pela PUC/SP; Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP (2002); Licenciado em Pedagogia pela UniNove/SP (2003); Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP (2007); Pós-Doutor em História pela PUC/SP (2012); e Pós-Doutor em Arqueologia Pré-Histórica pela UNICAMP (2017). Foi professor de História e Geografia no Ensino Fundamental e de História e Sociologia no Ensino Médio da Rede Pública Estadual de São Paulo de 1995 a 2009. Foi docente da Universidade Bandeirante – UNIBAN, em São Paulo, de 2002 e 2007; Foi professor da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, em São Raimundo Nonato, em 2004; e também da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, em Tefé, de 2008 a 2009. É docente da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, em Benjamin Constant, desde 2009. É professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA, desde

2014. Dirige a Coleção FAAS, em parceria com a Profa. Gilse Elisa Rodrigues, desde 2012. Participa de grupos de pesquisas na UFAM, UNICAMP e PUC/SP.

Mírian de Araújo Mafra Castro

Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins - UEA (2010). No processo de formação acadêmica seu primeiro curso foi Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas (2008). Trabalhou na função de professora na modalidade Educação de Jovens e Adultos entre 2005 e 2006 na rede municipal de educação de Parintins. Professora efetiva da rede municipal de educação de Parintins desde 2007 até os dias atuais. cursou Bacharelado em Serviço Social pelo Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Educação e Zootecnia pela Universidade Federal do Amazonas (2011). Trabalha atualmente como professora lecionando a disciplina História no ensino regular da educação básica, nível Fundamental II (2014 e 2015). cursou História no Centro de estudos Superiores de Parintins pela Universidade do Estado do Amazonas (modalidade PARFOR, 2015). Desde a graduação em Serviço Social tem dedicado interesse pelos estudos sobre temáticas na área de Gênero, Cultura e Trabalho na Amazônia.

Nicole Maria Fernandes de Sousa

Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder – GEPOS.

Paulo Alves Junior

Professor de Teoria da História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB – Campus Malês/BA). Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010).

Rosane de Almeida Resende

Graduada em Enfermagem pela Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora - MG. Pós-Graduada em Programa Saúde da Família pela Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora – MG. Pós-Graduada em Gestão em Saú-

de pelo Instituto Federal do Amazonas - IFAM. Trabalhou no continente africano, em Angola, no Projeto de Cooperação Internacional Brasil-Angola. Atua como servidora da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, no Hospital Geral Roraima, na área de enfermagem. Possui experiência na área de saúde indígena, e atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de imigração haitiana e venezuelana no estado de Roraima.

Sebastião Melo Campos

Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. É bacharel em Serviço Social pela Universidade Paulista UNIP. Especialista em História e Geografia pelo Centro Educacional de Pesquisa da Amazônia. É Técnico Florestal pelo Centro de Estudos do Amazonas CETAM. Cursa Licenciatura em História pela Universidade Paulista – UNIP e o Mestrado profissional em Ciência e Meio Ambiente: Área de Concentração-Recursos Naturais e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas – INC/BC/UFAM. Email: s-melocampos@hotmail.com

Snidem (Gleison Medins de Menezes)

Especialista em Administração Pública (Universidade Cândido Mendes-UCAM); Bacharel em Ciências Econômicas (Universidade do Estado do Amazonas - UEA); Coordenador de Planejamento e Compras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Coari. Músico amador e poeta. Email: gleison.medins@hotmail.com

Solange Maria Pimentel

Mestre em Tecnologia e Trabalho (UTFPR- Universidade Tecnológica Federal do Paraná), Assistente Social (Faculdades Integradas Espiritista), orientadora de TCC do Grupo UNINTER.

Stephanie Belém

Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amazonas (2018), com interesse em estudos de gênero, arte contemporânea, cultura amazônica, feminismo, performance arte, fotografia, cinema e pintura.

Tharcísio Santiago Cruz (org.)

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (2002). Mestrado em Ciências do Ambiente e sustentabilidade na Amazônia pelo Centro de Ciências do Ambiente - UFAM. Especializações *Latu sensu* em Ética e Projeto Kantiano da crítica. Professor assistente da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do trabalho e Agrária, Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, educação indígena, Antropologia e ações afirmativas, Folclore, Populações de Várzea e de fronteira na Amazônia. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM desde 2017.

Washington Napoleão Eufrázio

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior. Psicólogo no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV). E-mail: w.napoleao@yahoo.com.br

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

ISBN 978-85-63354-17-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

ISBN 978-85-63354-18-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2

Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015

ISBN 978-85-63354-31-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

ISBN 978-85-63354-50-1

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

ISBN 978-85-63354-49-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

ISBN 978-85-63354-66-4

Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

ISBN 978-85-63354-52-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9

Michel Justamand, e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.). 2017

ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10

Carmen Junqueira, Michel Justamand, e Renan Albuquerque (orgs.), 2017

ISBN 978-85-63354-99-0

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-010-8

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12

Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-012-2

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-017-7

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14

Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes, Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-024-5

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15

Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-031-3

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16

José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018

ISBN 978-85-5467-031-3

Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17

Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araujo Soares e

Michel Justamand (orgs.), 2018

SBN 978-85-5467-050-4

Coleção FAAS TESES

Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú

Carmen Junqueira, 2018

ISBN 978-85-5467-027-6

Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada

Thereza Menezes, 2018

ISBN -978-85-5467-045-0

Obras afins

Coleção Diálogos Interdisciplinares

(Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand)

1 - É possível uma escola democrática?

Michel Justamand (org.).

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand.

3 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

Michel Justamand.

4 - História e representações: cultura, política e gênero.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.).

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa (orgs.).

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

Emerson Francisco de Souza (org.)

7 - Diálogos Híbridos.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).

8 - Diálogos Híbridos II.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.).

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin

Constant – AM

Sebastião Melo Campos

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua
no município de Benjamin Constant – AM

Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e

Josenildo Santos de Souza

11 - Tabatinga:do Conhecimento à Prática Pedagógica

Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org)

12 - Tabatinga e suas Lendas

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

Eliane Aparecida Faria de Paiva

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM

Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloisa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.)

- 15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vol. 2
Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org)
- 16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si
Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org)
- 17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia
Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org)
- 18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia
Camilo Torres Sanchez (org.)
- 19 - Processos psicossociais na Amazônia
Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.)
- 20 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis I:
intercâmbios nordestinos
Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo
- 21 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II:
intercâmbios nordestinos
Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo (org)
- 22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação
Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (org)
- 23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial
Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (org.)
- 24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil
Miguel Ângelo Silva de Melo
- 25 - Reflexões sobre violência e justiça
Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima
- 26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de enjamin Constant-AM
Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos

Coleção Arqueologia Rupestre

(Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand)

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental.

Michel Justamand

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

Michel Justamand.

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres.

Michel Justamand.

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar.

Michel Justamand.

5 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato –

PI

Michel Justamand.

6 - A mulher rupestre.

Michel Justamand.

7 - Arqueologia da Sexualidade.

Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari.

8 - Arqueologia do Feminino.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A.

Funari.

9 - Arqueologia da Guerra.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e

Pedro Paulo A. Funari.

10 - Arqueologia e Turismo.

Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez

Semente do Amanhã

Vem vindo de longe o futuro,
Vem surgindo em nuvens de fumaça.
Vem trazendo o peso da teimosia,
Vem fazer do caçador a caça.

Vejo o futuro nascer nas ruas,
Alucinado em doses de narcóticos.
Vejo várias matrizes nuas,
Se perderem em preconceitos de um mundo caótico.

Vejo um menino sentado na calçada,
Olhando os outros meninos indo à escola.
De pé no chão e roupa rasgada,
Tenta ganhar o pão pedindo esmola.

O menino agora não é mais menino,
Mas não entende o que lhe foi reservado.
Não tem nada e outros tem tudo,
Então vai à luta nas ruas alucinado.

Snidem

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



ALEXA
CULTURAL



EDUA

EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



ISBN 978-85-5467-051-1



9 788554 670511